

OROF AN. BSB N8. PRO. CSS. 11. 1. P. 1/80

ALBERTO MARCELO GATO

SECRET

118. PBO. CSS. 11-1. P-2

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 0492-B

Em 30 Dez 1975

*Do Santista geral do CSN, para
ouvir o membro do Conselho.
Em 31 dez 75
Geral*

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA

No Inquérito Policial Nº 53/75, realizado pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo e já encaminhado à 2ª Auditoria da 2ª C J M, figuram vários depoimentos em que são mencionados parlamentares que se beneficiaram, nas respectivas eleições de 15 de novembro de 1974, do apoio do Partido Comunista Brasileiro, entidade ilegal perante as leis do País.

O jornal "O ESTADO DE SÃO PAULO", edição de 24 do corrente, sob o título "Deputados refutam acusações do DOPS", publica o seguinte:

" Além de refutarem as acusações que recaem sobre suas pessoas, que constam no relatório do inquérito sobre o PCB que o DOPS encaminhou à 2ª Auditoria de Guerra, os deputados santistas Nelson Fabiano Sobrinho e Marcelo Gato declararam ontem - em Santos - que "o povo brasileiro sabe como foram conseguidos os depoimentos pelo DOI-CODI", e que por este motivo, não estão preocupados com as "acusações totalmente ridículas e levianas".

Demonstrando muita tranquilidade, Fabiano Sobrinho e Marcelo Gato comentaram que tais acusações já eram por eles esperadas, como uma tentativa de isolar o MDB do povo brasileiro. A certeza de que, a qualquer momento, surgiria uma tentativa de envolvê-los, foi reforçada quando duas advogadas, que trabalham no escritório de advocacia de Nelson Fabiano Sobrinho, foram presas e levadas ao DOI - em outubro passado.

Os dois deputados diziam, ontem, não estar propensos a divulgar nenhuma nota a respeito das acusações, e por isso resolveram apenas visitar a

SECRET

A. I.

N.º 11.1.P.3
N.º PRO-CCS-11.1.P.3
SECRETO

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 0492-B/MJ/75 - CONTINUAÇÃO

-2-

sucursal de "O Estado de São Paulo", para "dizer poucas palavras a respeito de tudo isso". Fabiano Sobrinho tem esta opinião: "Quanto às acusações sobre supostas ligações minhas com o P C B, todo povo paulista e brasileiro sabe como foram conseguidos esses depoimentos e como se processou este pseudo inquérito, que vem viciado por nulidade insanável desde sua origem: a violência. Por estes motivos, dispenso-me de comentar as acusações que são totalmente ridículas e levianas".

Para o deputado federal Marcelo Gato, as acusações não têm fundamento e servem apenas para intimidar: "Todos sabem o quanto há de sofrimento, tortura e medo em cada linha das declarações contidas nesse inquérito. Não me sinto atingido nem preocupado. Não preciso dar explicações, pois à minha consciência nada preciso explicar. Há os que se rejubilam com os métodos adotados pelo DOI-CODI. A Nação, porém, calcada na sua dignidade, sente vergonha por tudo isso. É mais uma tentativa de isolar o MDB do povo brasileiro. De intimidar. Nada disso funciona, pois o povo sabe muito bem o que está por trás desses pseudos inquéritos".

Os dois deputados acima referidos, ALBERTO MARCELO GATO e NELSON FABIANO SOBRINHO, por seu advogado IBERÊ BANDEIRA DE MELLO (Ofício datado de 26 de dezembro de 1975 - ANEXO Nº 1), negaram-se, no atendimento a convite que lhes foi dirigido, a comparecer à Delegacia de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo, para oferecer esclarecimentos sobre as declarações por eles prestadas ao "O Estado de São Paulo". Taxativamente, fazem constar que: "em atendimento à legislação vigente, afirmam que não comparecerão por entenderem que, no estrito cumprimento do que determina a lei, única força a que se submetem, estão defendendo as prerrogativas de todos os parlamentares brasileiros".

Os Deputados MARCELO GATO e NELSON FABIANO, confirmaram, porém, as respectivas declarações:

- de forma indireta, no mesmo ofício em que se negam a comparecer à Delegacia de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo, ao se referirem às "declarações que prestaram ao conceituado jornal O Estado de São Paulo";

SECRETO

SECRETO

- na edição de 27 de dezembro de 1975 de "O Estado de São Paulo" (ANEXO Nº 2), no seguinte trecho da notícia intitulada "Deputados não aceitam convite para ir ao DOPS": *"Os dois parlamentares opositoristas confirmaram ontem as declarações nas quais assinalaram que "o povo brasileiro sabe como foram conseguidos os depoimentos pelo DOI-CODI", destacando que as acusações contra eles são "totalmente ridículas e levianas";*

- ao se negarem, peremptoriamente, a qualquer retificação de suas declarações, na forma como foram publicadas, apesar das gestões, reiteradas e insistentes, promovidas pelo Governo do Estado de São Paulo.

A atitude atual dos Deputados NELSON FABIANO SOBRINHO e ALBERTO MARCELO GATO mostra-se coerente com os registros sobre eles disponíveis, dentre os quais se destacam aqueles incluídos: no ANEXO Nº 3, relativamente ao Dep Est MDB/SP NELSON FABIANO SOBRINHO; no ANEXO Nº 4, relativamente ao Dep Fed MDB/SP ALBERTO MARCELO GATO.

Conforme consta do preâmbulo do Ato Institucional Nº 5, o Governo da República, responsável pela ordem e segurança internas, não pode permitir que pessoas ou grupos anti-revolucionários trabalhem, tramem ou ajam contra a Revolução de Março de 1964, sob pena de estar faltando a compromissos que assumiu com o povo brasileiro, bem como porque o Poder Revolucionário, ao editar o Ato Institucional Nº 2, afirmou categoricamente, que "não se disse que a Revolução foi, mas que é e continuará" e, portanto, o processo revolucionário em desenvolvimento não pode ser detido.

Verificando-se, no comportamento passado e atual do Dep Fed/MDB MARCELO GATO e do Dep Est/MDB NELSON FABIANO SOBRINHO, nítida contestação à Revolução de 31 de Março de 1964, através dos registros existentes e do ataque desabrido que hoje fazem às autoridades responsáveis pela Segurança Interna — confirmado o estado de ânimo dos referidos Deputados em se manterem em permanente atitude anti-revolucionária — venho represen

P. 1.

SECRETO

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 0492-B/MJ/75 - CONTINUAÇÃO

-4-

tar a Vossa Excelência conforme determina o Art 2º, item I, do Ato Complementar Nº 39, no sentido de que lhes seja aplicada a suspensão dos direitos políticos, pelo prazo de 10 anos, e cassados os respectivos mandatos eletivos federal e estadual, tudo com vistas a preservar a Revolução, na forma recomendada pelo Art 4º do Ato Institucional Nº 5, de 13 de dezembro de 1968.

Sirvo-me da oportunidade para renovar a Vossa Excelência meus protestos do mais profundo respeito.

Munir Falcão

SECRETO

Coletivo

O Presidente da República,

no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, tendo em vista o artigo 182 da Constituição e após audiência do Conselho de Segurança Nacional, resolve

CASSAR

o mandato eletivo e suspender, pelo prazo de 10 (dez) anos, os direitos políticos, dos seguintes cidadãos:

- ALBERTO MARCELO GATO, Deputado Federal - SÃO PAULO; e
- NELSON FABIANO SOBRINHO, Deputado Estadual - SÃO PAULO.

Brasília, DF, em 5 de *januário* de 1976; 155º da Independência e 88º da República.

Ernesto Geisel
Murilo de Barros
Dep. Estadual

117

GM.

4 n.

MEX

MRE *J.F. [unclear] [unclear]*

MF (INT.)

MTP *Erroguing*

MAG *Alfonso Sanchez*

MEC *Vay Braf*

TO *Andrés Pineda*

MAE *J. Guayre*

MS *[unclear]*

MIC

MME

SEPLAN

MT *Manuel Raygoza*

ME *[unclear]*

EE *José Roberto [unclear]*

SNI

EMFA *Antonio Jorge Cornejo*

MPAS *L. G. Narváez*

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
PR 74 176
06 JAN 1976
SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO

2
PR - SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO
PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DE 6 JAN 1976

Armando Falcão
Ministro da Justiça

SECRETO

Brasília, 31-12-1975

Ar. Presidente: Sim

Junto, permito-me passar às mãos de V. Excia. a representação sobre os dois deputados paulistas.

A propósito, acore-me sugerir:

I - Que ao receber os votos dos Membros do Conselho de Segurança Nacional, o General Hugo de Abreu lhes solicite manter, acerca do assunto, o mais absoluto sigilo;

SECRETO

Armando Falcão

Ministro da Justiça

II - Que nenhuma comunicação se faça, antes do dia da divulgação do decreto, ao Governador de São Paulo, ou ao Presidente nacional da "ARENA" e aos líderes do Governo, no Senado e na Câmara.

Se isso v. facia. aquiescer, somente depois de assinado o decreto e minutos antes de sua divulgação o Ministro da Justiça fará, pelo telefone, as comunicações indispensáveis.

Respeitosamente,

A. Falcão

SECRETO

N8. PRO. CSS. 11.1.1.11

AVISO Nº 571

BRASÍLIA, DF,
Em 31 Dez 75

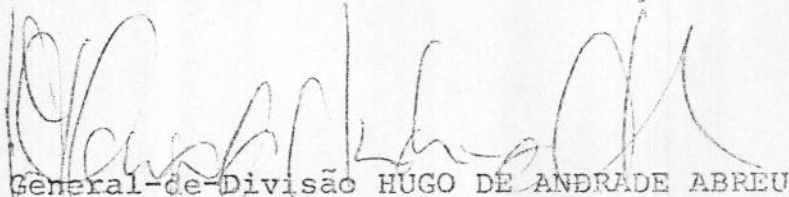
Senhor Vice-Presidente

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência, relativamente à representação do Senhor Ministro de Estado da Justiça para aplicação das sanções previstas no artigo 4º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, aos seguintes cidadãos:

- MARCELO GATO, Deputado Federal pelo MDB/SP; e
- NELSON FABIANO SOBRINHO, Deputado Estadual pelo MDB/SP.

2. Sobre o assunto em questão, tendo em vista o disposto no artigo 8º do Decreto-lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970, incumbiu-me o Excelentíssimo Senhor Presidente da República de solicitar o parecer de Vossa Excelência.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência meus protestos de estima e distinta consideração.



General-de-Divisão HUGO DE ANDRADE ABREU
Secretário-Geral do CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL

À Sua Excelência
General-de-Exército ADALBERTO PEREIRA DOS SANTOS
DD Vice-Presidente da República

SECRETO

SECRETO

Nº. PRO-CSS. 11-1 .P-12

AVISO Nº 572

BRASÍLIA, DF,

Em 31 Dez 75

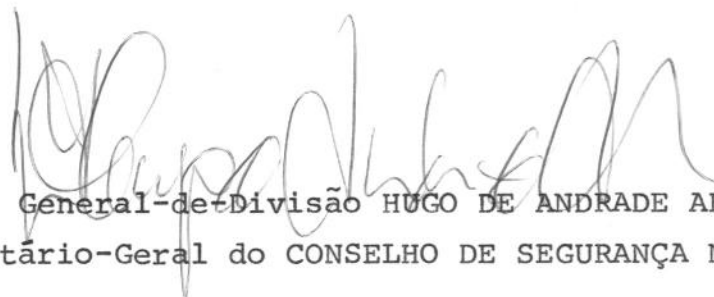
Senhor Ministro

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência, relativamente à representação do Senhor Ministro de Estado da Justiça para aplicação das sanções previstas no artigo 4º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, aos seguintes cidadãos:

- MARCELO GATO, Deputado Federal pelo MDB/SP; e
- NELSON FABIANO SOBRINHO, Deputado Estadual pelo MDB/SP.

2. Sobre o assunto em questão, tendo em vista o disposto no artigo 8º do Decreto-lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970, incumbiu-me o Excelentíssimo Senhor Presidente da República de solicitar o parecer de Vossa Excelência.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência meus protestos de estima e distinta consideração.



General-de-Divisão HUGO DE ANDRADE ABRU
Secretário-Geral do CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL

SECRETO

SECRET

Nº 8. PRO. CCS. 11. J. P. 13

ANEXO AO AVISO Nº 572

BRASÍLIA, DF,
Em 31 Dez 75

Sanções previstas no artigo 4º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, aos cidadãos MARCELO GATO e NELSON FABIANO SOBRINHO.

PARECER: De acordo.

Doutor ARMANDO RIBEIRO FALCÃO
Ministro de Estado da Justiça

PARECER: De acordo.

Almirante-de-Esquadra GERALDO AZEVEDO HENNING
Ministro de Estado da Marinha

PARECER:

De acordo.

General-de-Exército SYLVIO COUTO COELHO DA FROTA
Ministro de Estado do Exército

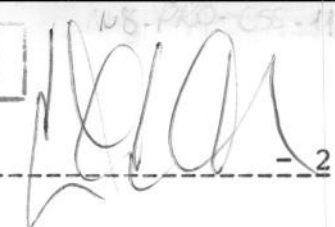
PARECER:

De acordo.

Embaixador ANTÔNIO FRANCISCO AZEREDO DA SILVEIRA
Ministro de Estado das Relações Exteriores

SECRET

- continuação do ANEXO AO AVISO Nº 572 -



PARECER:

Professor MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN
Ministro de Estado da Fazenda

PARECER: De acordo



General-de-Exército DYRCEU ARAÚJO NOGUEIRA
Ministro de Estado dos Transportes

PARECER:

Professor ALYSSON PAULINELLI
Ministro de Estado da Agricultura

PARECER:

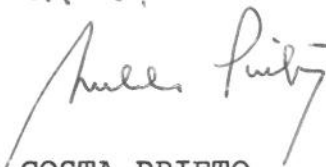
De acordo.



Senador NEY AMINTAS DE BARROS BRAGA
Ministro de Estado da Educação e Cultura

PARECER:

De acordo.



Deputado ARNALDO DA COSTA PRIETO
Ministro de Estado do Trabalho

SECRETO

- continuação do ANEXO AO AVISO Nº 572 - 3

PARECER:*De acordo.*

J. Joaze Macedo
 Tenente-Brigadeiro JOELMIR CAMPOS DE ARARIPE MACEDO
 Ministro de Estado da Aeronáutica

PARECER:

Doutor PAULO DE ALMEIDA MACHADO
 Ministro de Estado da Saúde

PARECER: *De acordo.**Shigeaki Ueki*

Doutor SHIGEAKI UEKI
 Ministro de Estado das Minas e Energia

PARECER:*De acordo*
A. Severo Fagundes Gomes

Doutor SEVERO FAGUNDES GOMES
 Ministro de Estado da Indústria e do Comércio

PARECER:*De acordo*
Maurício Rangel Reis

Doutor MAURÍCIO RANGEL REIS
 Ministro de Estado do Interior

SECRETO

SECRETO

- continuação do ANEXO AO AVISO Nº 572 - 4

PARECER:*de acordo*Capitão-de-Mar-e-Guerra EUCLIDES QUANDT DE OLIVEIRA
Ministro de Estado das ComunicaçõesPARECER:*de acordo*

General-de-Divisão HUGO DE ANDRADE ABREU

Ministro Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República

PARECER:*de acordo*

Ministro GOLBERY DO COUTO E SILVA

Ministro Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República

PARECER:*de acordo*

Professor JOÃO PAULO DOS REIS VELLOSO

Ministro Chefe da Secretaria de Planejamento

PARECER:*de acordo*

General-de-Divisão JOÃO BAPTISTA DE OLIVEIRA FIGUEIREDO

Ministro Chefe do Serviço Nacional de Informações

SECRETO

SECRET

18. PROC. 11-1, P. 17
[Handwritten signature]

- continuação do ANEXO AO AVISO Nº 572

PARECER:

De acordo
A. J. Corrêa

General-de-Exército ANTONIO JORGE CORRÊA
Ministro Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas

PARECER:

De acordo
L. G. do Nascimento

Professor LUIZ GONZAGA DO NASCIMENTO E SILVA
Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social

SECRET

SECRETO

Nº PRO. CSS. 11. 1. P. 18

AVISO Nº 573

BRASÍLIA, DF,
Em 31 Dez 75

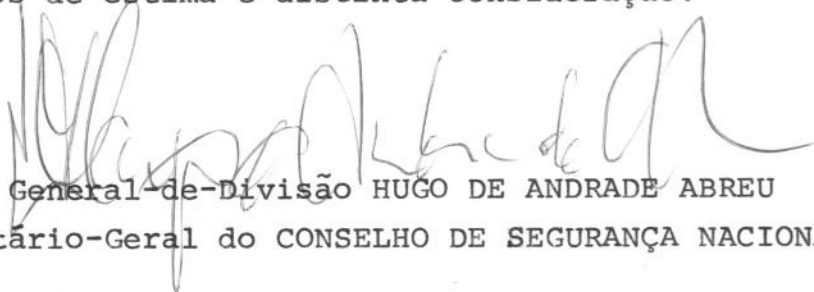
Senhor Chefe

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência, relativamente à representação do Senhor Ministro de Estado da Justiça para aplicação das sanções previstas no artigo 4º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, aos seguintes cidadãos:

- MARCELO GATO, Deputado Federal pelo MDB/SP; e
- NELSON FABIANO SOBRINHO, Deputado Estadual pelo MDB/SP.

2. Sobre o assunto em questão, tendo em vista o disposto no artigo 8º do Decreto-lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970, incumbiu-me o Excelentíssimo Senhor Presidente da República de solicitar o parecer de Vossa Excelência.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência meus protestos de estima e distinta consideração.



General-de-Divisão HUGO DE ANDRADE ABREU
Secretário-Geral do CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL

SECRETO

SECRET

[Handwritten signature]

ANEXO AO AVISO Nº 573

BRASÍLIA, DF,
Em 31 Dez 75

Sanções previstas no artigo 4º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, aos cidadãos MARCELO GATO e NELSON FABIANO SOBRINHO.

PARECER: *De acordo*

Gualter Maria Menezes de Magalhães

Almirante-de-Esquadra GUALTER MARIA MENEZES DE MAGALHÃES
Chefe do Estado-Maior da Armada

PARECER: *De acordo*

fr Fritz de Azevedo Manso

General-de-Exército FRITZ DE AZEVEDO MANSO
Chefe do Estado-Maior do Exército

PARECER: *De acordo.*

Ten. Br. Deoclécio Lima de Siqueira

Tenente-Brigadeiro-do-Ar DEOCLÉCIO LIMA DE SIQUEIRA
Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica.

SECRET

FICHA INDIVIDUAL

DATA: 30 DEZ 75	
NOME	ALBERTO MARCELO GATO
FILIAÇÃO	ANTÔNIO GATO JUNIOR DOLORES RODRIGUES DA SILVA
DATA DE NASCIMENTO	16 JAN 41
NACIONALIDADE	BRASILEIRA
NATURALIDADE	SERTÃOZINHO/SP
PROFISSÃO	QUÍMICO INDUSTRIAL E ADVOGADO DEP FED MDB/SP
ESTADO CIVIL	CASADO
INSTRUÇÃO	SUPERIOR
RESIDÊNCIA	SQN 202 - BLOCO "L" - APTº 403 BRASÍLIA/DF

HISTÓRICO DAS ATIVIDADES DO
DEP FED MDB/SP ALBERTO MARCELO GATO

(ACOMPANHADO DE FICHA INDIVIDUAL)

-----X-----

Em JULHO/68

- Líder dos metalúrgicos de SANTOS/SP. Acadêmico, ligado ao MDB.

- Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de SANTOS, fez pronunciamento sobre a difícil situação em que se encontra o trabalhador brasileiro e dirigiu telegrama ao Ministro do Trabalho e Previdência Social em que solicita a liberdade dos presos e o relaxamento da intervenção decretada na Entidade representativa da classe.

Em AGOSTO/68

Tomou posse, no dia 06 AGO 68, no cargo de Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico de SANTOS/SP.

Funcionário da COSIPA, estudante da FACULDADE DE ECONOMIA.

Teve sua posse prestigiada pelos conhecidos "esquerdistas" Dep Fed GASTONE RIGHI GUOGHI, Dep Est ESMERALDO SOARES TARDUQUINIO e o Vice-Prefeito de SANTOS, FRANCISCO PRADO DE OLIVEIRA RIBEIRO.

Em DEZEMBRO/68

Como Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de SANTOS, convocou Assembléia para tratar de vários assuntos, entre os quais: convênio do INPS com o Sindicato; Abono de Emergência; Plano de Promoções da COSIPA; Participação do Sindicato no Congresso Estadual dos Metalúrgicos. A referida Assembléia reali-

ANEXO Nº 4 - CONTINUAÇÃO

-2-

zou-se no dia 03 Dez 68, à noite, na sede do referido Sindicato, nela sendo combatidas a política salarial, o plano de saúde e as cooperativas habitacionais.

Em SETEMBRO/69

- Como Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de SANTOS/SP, em Assembléia realizada, no dia 25 Jul 69, na sede do Sindicato, criticou o impedimento à circulação do jornal "O METALÚRGICO", em face de restrição ao último número, salientando ser, no BRASIL, atualmente, impraticáveis o sindicalismo e a liberdade de opinião dos líderes sindicais.

- Suas atividades à testa do Sindicato dos Metalúrgicos de SANTOS/SP permitem caracterizá-lo como ideologicamente comprometido com o comunismo, e visando à desmoralização do Governo.

Em MAIO/70

JÚLIO FERNANDO TEIXEIRA TOLEDO e FLORIVALDO CAJÉ, ex-funcionários da COSIPA, e que, por força de lei, deixaram de pertencer ao Sindicato dos Metalúrgicos, têm sido constantemente vistos no Sindicato, em companhia de ALBERTO MARCELO GATO, URIEL VILLAS BOAS e outros elementos da entidade, a cuja sede têm livre acesso, inclusive ao uso de viatura e telefone do Sindicato.

Em JUNHO/70

Ex-funcionário da Aciaria e Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de SANTOS, facilita infiltrações comunistas na COSIPA, recebendo cobertura dos Engenheiros e Chefes de turnos em sua propaganda sindical.

Em JANEIRO/71

Em Assembléia realizada no dia 08 Jan 71, na Sede do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, concitou os operários a se rebelarem contra as pressões que estariam sofrendo para demitir-se do Sindicato.

Em MAIO/71

- Doze Sindicatos da Baixada Santista fizeram uma proclamação de 1º de Maio, durante a festividade comemorativa ao "DIA INTERNACIONAL DO TRABALHADOR", realizada na sede do Sindicato dos Empregados na Administração dos Serviços Portuários. A proclamação foi lida por ALBERTO MARCELO GATO, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de SANTOS, que fez um retrospecto das lutas de classe operárias no mundo até os nossos dias.

Transcrevem-se os seguintes trechos da Proclamação:

"Metade da população brasileira não participa da economia de mercado, oprimida por uma renda que lhe dá apenas condições de subsistência."

"Neste primeiro de Maio de 1971, queremos exprimir de novo nossos direitos de participar e usufruir do desenvolvimento, de defender as riquezas nacionais, de repudiar a todas as formas de exploração e opressão da pessoa humana."

"Neste Primeiro de Maio de 1971, queremos renovar sem descanso que é necessário o restabelecimento da plenitude do regime democrático, pois é nele que acreditamos como caminho mais correto para assegurar o desenvolvimento, a plena realização e a liberdade da pessoa humana."

- ALBERTO MARCELO GATO foi eleito, por expressiva maioria, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de SANTOS, S.VICENTE, GUARUJÁ e CUBATÃO, nas eleições realizadas nos dias 19, 20 e 21 do corrente.

Em JULHO/71

- Na Assembléia Geral Extraordinária dos Empregados da COSIPA, dia 12 Fev 71, num ambiente tenso e agitado, desenvolveu comentários a respeito da Lei de Estabilidade e Fundo de Garantia, citando exemplos da ALEMANHA que estabiliza o empregado com 2 (dois) anos e do MÉXICO, que o faz em seis (6) meses.

Criticou o fato de o Governo brasileiro não primar na

adoção de medidas de proteção ao trabalhador e, muito pelo contrário, sã as faz no intuito de prejudicar ainda mais. Formalizou, perante os trabalhadores, denúncia a ser entregue, pessoalmente ou por telex, em mãos do Sr Ministro do Trabalho, contra a ação que a COSIPA vem adotando sobre os seus empregados para que assinem o Fundo de Garantia e aceitem acordo na base de 60%. Citou a empresa como coatora, obrigando os seus funcionários a aceitarem o seu jogo, sob pena de demissão sumária.

Assegurou aos trabalhadores que tomará medidas em todas as instâncias, para responsabilizar os dirigentes da empresa que, no seu entender, vêm criando clima de "suspense" entre os funcionários.

Denunciou, também, que os dirigentes da COSIPA têm as costas quentes e cobertura por parte de círculos militares e de autoridades do Governo.

Demonstrou, mais uma vez, a sua posição contra o FGTS.

Finalmente, MARCELO GATO fez um apelo aos trabalhadores para que não se curvem diante das exigências da empresa e do Governo, proclamando o Sindicato apto a orientar a todos os seus associados e tomar medidas em todos os sentidos.

- Vem realizando uma política de conotações político-ideológicas para toda a categoria metalúrgica da Baixada Santista e com efeitos envolventes para as demais categorias da região. O Sr. ALBERTO MARCELO GATO, o Sr. MOACIR DE OLIVEIRA e de mais companheiros de diretoria têm se apresentado como contestadores do regime.

Atua de comum acordo com elementos cassados, entre os quais: MÁRIO COVAS (ex-Dep Fed - Líder da Oposição da Câmara Alta), GASTONE RIGHI (ex-Dep Fed, cassado), ESMERALDO TARQUÍNIO (eleito Prefeito de SANTOS e cassado antes de assumir), DAVID LERE, FRANCISCO PRADO, além de outros de ideologia notoriamente esquerdista e nocivos à Segurança Nacional.

Franqueia a sede do Sindicato para reuniões e contatos com os elementos mencionados.

Tem provocado movimentos de passo-tartaruga, mais conhe

cidos como "greve branca", entre os empregados da COSIPA, todos esses movimentos com o objetivo de diminuir a produção.

Utiliza como meio de divulgação, a serviço de interesses contrários ao regime, a edição de um jornal mensal, editado sob sua responsabilidade, "O METALÚRTICO", no qual faz concentrar as críticas ao Governo.

ALBERTO MARCELO GATO é o Presidente do DIEESE, Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas, entidade mantida por um grupo de Sindicatos do Estado de SÃO PAULO, contestadora da política econômica e salarial do Governo e sistematicamente se opondo aos estudos da Fundação GETÚLIO VARGAS.

Em SETEMBRO/72

O jornal "NOTÍCIAS POPULARES" publica notícia segundo a qual os dirigentes sindicais, este ano, decidiram tomar parte ativa na política, candidatando-se a Vereadores e a Prefeitos, nas eleições gerais de novembro vindouro, figurando entre eles ALBERTO MARCELO GATO, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de SANTOS, que disputará a vereança em nome das demais entidades de classe.

Em NOVEMBRO/72

Eleito Vereador à Câmara Municipal de SANTOS/SP.

Em JANEIRO/73

Eleito Vereador pela cidade de SANTOS, apoiado pelos esquerdistas.

Em OUTUBRO/73

O advogado JÚLIO FERNANDES TOLEDO TEIXEIRA, elemento esquerdista, está sendo o articulador da campanha de ALBERTO MARCELO GATO à Câmara Federal.

- Na reunião do MDB realizada no dia 17 Out 73, na sede da Sociedade Humanitária de SANTOS, à Praça José Bonifácio, 15, MARCELO GATO, usando da palavra fez severas críticas conta o Interventor do citado Município.

Em MAIO/74

Foi eleito, pela terceira vez consecutiva, liderando a Chapa "VERDE", para Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de SANTOS, com 4.084 votos, contra 459 votos obtidos por CYRO FRANCISCO ALVES, que liderou a Chapa "AZUL".

Em SETEMBRO/74

O Comitê Estadual de SÃO PAULO, do PCB, objetivando harmonizar suas fileiras no que diz respeito ao próximo pleito eleitoral, deliberou emprestar apoio a vários candidatos, incluindo MARCELO GATO entre eles.

Em NOVEMBRO/74

Em reuniões promovidas pelo CE/PCB/SP reiterou-se o apoio à sua eleição por parte do Partido Comunista Brasileiro.

Em 04 ABR 75

Relatório encaminhado pelo DOPS/SP à Justiça Militar sobre as atividades do PCB, no qual o ex-Dop MARCO ANTONIO COELHO menciona contatos de políticos com o PCB, para o apoio às suas candidaturas às eleições de 15 Nov 75, foi um dos políticos apontado como tendo se beneficiado do referido apoio.

Em 22 DEZ 75

A 2a. Auditoria da 2a. CJM recebeu do DOPS/SP o Inquérito realizado por aquela Delegacia sobre as atividades do Partido Comunista Brasileiro. No referido Inquérito, o Dep Fed ALBERTO MARCELO GATO (MDB/SP) é apontado como elemento de ligação entre o PCB e opositores ao Governo. Figura nos depoimentos das seguintes pessoas:

- JOÃO DOS SANTOS PEREIRA
- ABDALA MUSTAFÁ
- DIAMANTINO PEREIRA
- LÁZARO DE CAMPOS
- MARISA SAEREZ LEME
- ANA MARIA MADURO GONÇALVES BRANDÃO DIAS

-
- MÔNICA STANDACHER
 - SÔNIA MARIA DE OLIVEIRA MOROZETTI
 - LENITA NOBUKO YASSUDA
 - ALVARO BANDARRA
 - ROBERTO CALLAND SALES COSTA
 - FRANCISCO SIEDLER
 - MIGUEL GONÇALVES TRUJILLO FILHO
 - DAVI RUMEL
 - MARIA THEREZA MAC NEVIU EGGER MOELWALD
 - PEDRO DANIEL DE SOUZA
 - GENIVALDO MATIAS DA SILVA
 - CARMEN SYLVIA VIDIGAL MORAES
 - RICARDO ARTHUR COSTA E TRIGUEIROS
 - WALDIR JOSÉ DE QUADROS
 - FERNANDO GOMES DA SILVA
 - DAVID CAPISTRANO DA COSTA FILHO
 - JOSÉ CARLOS DE SOUZA ALVES
 - RICARDO DE MORAES MONTEIRO
 - MANOEL REINALDO DAMAZIO LEAL
 - SERGIO MARTINS
 - EMILIO BONFANTE DEMARIA
 - FREDERICO PESSOA DA SILVA
 - HELIO RODRIGUES
 - JOÃO DE SOUZA
 - SEBASTIÃO VITORINO DA SILVA

(Veja-se Apêndice A ao Anexo Nº 3)

ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA
BARDEIRA DE MELLO/NEGRINI
Inscr. CAB - SP n.º 125
Rua Liberato Falcão, 101 - 16.º andar
Fones: 32-5545 - 32-5765 - S. Paulo

IBERÉ BANDEIRA DE MELLO
PEDRO PAULO NEGRINI
JULIO FERHANO TOLEDO TEIXEIRA
MARCO ANTONIO RODRIGUES NAHUM
ADVOGADOS

ILMO. SR. BEL. DIRETOR DA DELEGACIA DE ORDEM POLITICA E SO -
CIED DO ESTADO DE SÃO PAULO,

O Deputado Federal MARCELO GAZO e o -
Deputado Estadual NELSON FARIAS, por seu advogado suscrito,
vêm, respeitosamente, à presença de V.S. informar o seguinte:

hoje, dia 2º de dezembro de 1975, por
intermédio do Bel. ROUSSEAU GULIELMIS, receberam convite pa-
ra comparecer a esse especializada afim de prestar esclareci-
mentos em sindicância, mandada instaurar por ordem de S. Exa.
o Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, -
Cel. R-1, ANTÔNIO BRASÃO DIAS, sobre declarações que presta-
ram ao conceituado jornal O ESTADO DE SÃO PAULO;

entretanto, em atendimento à legisla-
ção vigente, afirmam que não comparecerão por entenderem -
que, no estrito cumprimento do que determina a lei, única for-
ça a que se submetem, estão defendendo as prerrogativas de-
todos os parlamentares brasileiros;

afirmam, outrossim, que S. Exa., o Go-
vernador do Estado de São Paulo, a quem está subordinada a
Secretaria de Segurança Pública, já está a par de tal fato
através de comunicação telefônica para sua residência em Co-
pos do Jordão. Informou S. Exa. não haver determinado e, -

ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA
BANDEIRA DE MELLO/NEGRINI
Inscr. OAB - SP n.º 155
Rua Líbero Badurá, 101 - 13.º andar
Fones: 32-5145 - 32-5765 - S. Paulo

IBERÉ BANDEIRA DE MELLO
PEDRO PAULO NEGRINI
JULIO FERNANDO TOLEDO TEIXEIRA
MARCOS ANTONIO RODRIGUES NAHUM
ADVOGADOS

LUITO menos, ser do seu conhecimento referido ato, disse nes
no concordar integralmente com as razões e atitudes expostas
pelos deputados MARCELO GATO e NELSON TABIANKO.

São Paulo, 25 de dezembro de 1975.

~~IBERÉ BANDEIRA DE MELLO
advogado.~~

De escôto:

~~NELSON TABIANKO
Deputado Estadual~~

~~MARCELO GATO
Deputado Federal.~~

Deputados não aceitam convite para ir ao DOPS

Da Sucursa! e do
Serviço Local

Frisando que "estão defendendo as prerrogativas de todos os parlamentares brasileiros", os deputados Marcelo Gato e Nelson Fabiano Sobrinho, do MDB paulista, recusaram-se ontem a aceitar um "convite" para comparecerem ao DOPS a fim de prestarem esclarecimentos sobre entrevista concedida ao "Estado" na qual refutaram as acusações de que estariam envolvidos com o PCB. Segundo o secretário da Segurança, coronel Antonio Erasmo Dias, as declarações dos parlamentares "contêm inverdades e apreciações falsas e tendenciosas".

No ofício entregue ontem ao delegado do DOPS, pelo advogado Iberê Bandeira de Mello, os dois deputados afirmam que "não comparecerão por entenderem que, no estrito cumprimento do que determina a lei, única força a que se submetem, estão defendendo as prerrogativas de todos os parlamentares brasileiro". E acrescentam que comunicaram o "convite" ao governador Paulo Egydio. "Informou S. Exa. — diz o ofício — não haver determinado e, muito menos, ser do seu conhecimento referido ato, disse mesmo concordar integralmente com as razões e atitudes expostas pelos deputados Marcelo Gato e Nelson Fabiano".

SECRETÁRIO

Por sua vez, o secretário Erasmo Dias declarou que "ao tomar conhecimento de declarações atribuídas a deputados, a respeito de inquérito aberto no DEOPS para apurar atividades do Partido Comunista, verifiquei que essas declarações — publicadas duas vezes, nos dias 24 e 25 — contêm inverdades, apreciações falsas e tendenciosas, e, o que é mais gra-

ve, tentando indispor o povo contra os órgãos constituídos"

Enfático, o secretário da Segurança afirmou que as declarações dos deputados "não correspondem, em absoluto, à verdade".

Entendendo que as entrevistas de Gato e Fabiano constituíam crime contra a segurança nacional, autoridades policiais do DEOPS entraram em contato com o coronel Erasmo Dias, assim que tiveram conhecimento delas. O diretor do DOPS, delegado Tacito Pinheiro Machado, decidiu então solicitar o comparecimento dos dois representantes da oposição. Segundo esclareceu, Gato e Fabiano não receberam uma intimação mas um "convite" para prestarem esclarecimentos sobre a entrevista concedida ao "Estado". O secretário da Segurança foi informado da decisão tomada.

O objetivo, segundo autoridades policiais, era "verificar a autenticidade e veracidade das declarações atribuídas aos deputados para as medidas judiciais consequentes e competentes, já que o inquérito sobre as atividades do Partido Comunista foi remetido à Auditoria Militar".

Os dois parlamentares opositores confirmaram ontem as declarações nas quais assinalaram que "o povo brasileiro sabe como foram conseguidos os depoimentos pelo DOI-CODI", destacando que as acusações contra eles são "totalmente ridículas e levianas".

LEI DE SEGURANÇA

As autoridades do DEOPS entendem que as declarações dos parlamentares infringiram a Lei de Segurança Nacional. Em consequência, é possível que haja uma representação à Auditoria Militar comunicando o fato e "entregando o problema às mãos da Justiça".

Embora nada tenha sido decidido, comenta-se na polícia que o inquérito sobre as atividades do Partido Comunista Brasileiro "está muito bem documentado".

Polícia procura os pixadores

A Delegacia de Ordem Política e Social e a Polícia Militar só dispõem de um tubo de "spray" vazio e de um documento perdido para chegar ao grupo que, na noite de Natal, escreveu frases consideradas subversivas nas paredes de quase todos os postos de salvamento da praia de Santos. As inscrições, tais como "O petróleo é nosso", "Abaixo a ditadura" e "Fascistas, voltem aos quartéis", foram encontradas na manhã de anteontem, sendo imediatamente cobertas de pixe por agentes do DOPS.

No mesmo dia, os policiais comentaram o encontro de um documento de estudante e, embora sem especificar que espécie de documento, adiantaram que a assinatura de seu portador era semelhante a certas letras das inscrições. O documento foi encaminhado, segundo se informou posteriormente, ao DARC e aos órgãos de segurança para a realização de uma investigação.

O tubo de "spray" vazio, onde havia tinta de cor preta, foi achado na manhã de ontem, Vital Custódio da Silva, funcionário da Prefeitura de Santos no posto 5, onde terminam as inscrições que podiam ser encontradas desde o posto 1, foi quem achou o tubo. O funcionário seguiu orientação da própria Prefeitura, para comunicar a polícia se encontrasse alguma coisa.

O tubo, encontrado entre algumas touceiras, ao lado dos sanitários, trazia várias impressões digitais feitas nos borrões de tinta. O material foi posteriormente coletado e entregue ao Departamento de Polícia Científica para o exame datiloscópico e comparação com fichas de elementos envolvidos em subversão.

Segundo informou o delegado José Aurélio Cardoso, titular do DOPS, as investigações do caso serão feitas diretamente por São Paulo, "possivelmente através da Polícia Militar".

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

DEPENDÊNCIA DIVISÃO DE ORDEM SOCIAL -DOPS-

RELAÇÃO DOS INDICIADOS NO INQ.POL.Nº53/75, QUE MENCIONARAM EM SEUS INTERROGATORIOS, O APOIO DADO PELO PCB AOS CANDIDATOS DO MDB., NAS ELEIÇÕES DE 15/11/74.-

X JOÃO DOS SANTOS PEREIRA - fls.5v, 6, 6v, e 7.-

"Em 1968 e interrogando empregou-se na industria textil Santa Maria. Foi convidado para concorrer à vereância pelo MDB. -/- Aceitou o convite, foi registrado e entrou em contato com -/- LUIZ GONZAGA DE SOUZA, LAZARO DE CAMPOS e DIAMANTINO PEREIRA. Essas pessoas convidaram o interrogando a concorrer como candidato dos comunistas. Aceitou o convite, concorreu e foi -/- eleito. O Prefeito e o Vice, respectivamente Dr.AGRARIO ANTUNES e WALTER MENDES, tambem foram eleitos mediante apoio comunista mesmo sem ter firmado compromisso."

"Em 1972 realizou-se uma reunião do CM/Sorocaba para coordenar a campanha eleitoral municipal, discutindo-se quais os -/ candidatos do PCB que seriam vereadores (candidatos), Prefeitos e Vice-Prefeitos apoiados pelos comunistas. Participaram/ dessa reunião os membros do CM/Sorocaba. Após discutirem a situação municipal o interrogando foi eleito a concorrer como - candidato à reeleição pelo PCB à vereância de Sorocaba. Foi - decidido que para os ferroviarios votarem no MDB teria necessario um candidato da Ferrovia por indicação de ORELIO SABADIM e BRASIL MIRIM da OB. Ficou acertado que MARINO TOTA seria o/ candidato dos ferroviarios, nome indicado por ORELIO SABADIM e BRASIL MIRIM. Para Prefeito e Vice-Prefeito foram indicados Dr.ANTONIO HERNANDES MORENO e OSVALDO DUARTE, ambos não per-/ tencentes ao PCB. Essa reunião foi realizada na casa do inter/ rogando em 1972. Em 1974 realizou-se uma reunião na casa de - FRANCISCO SINDLER com a finalidade de ser coordenada a campanha eleitoral para Deputados Estaduais, Federais e Senadores."

"Nessa reunião ficou estabelecido que os comunistas iriam trabalhar para os candidatos do MDB, mas votariam em ALBERTO GOLDMANN para Deputado Estadual, MARCELO GATTO, para Deputado Federal e ORESTES QUERCIA para Senador."

"Em 1975, agosto, com a participação dos membros do CM/Sorocaba, realizou-se uma reunião para discutir as convenções partidarias do MDB Estadual e Nacional."

"Em abril de 1975 realizou-se uma reunião do CM para analisar a convenção municipal do MDB."



DEPENDÊNCIA..... DIVISÃO DE ORDEM SOCIAL = DOPS = fls.2

continuação...

MARINO TOTTA - fls. 11v e 12 - (Testemunha)

"Em 1972 foi procurado por BRASIL MIRIM e recusou a proposta que lhe fora feita de candidatar-se a vereador de Sorocaba - pelo MDB. Todavia logo após, foi procurado por uma outra pessoa FRANCISCO SIEDLER, atualmente comerciante em Sorocaba, o qual convenceu-o a aceitar a candidatura tendo em vista que faltava apenas uma pessoa para completar a legenda e que o depoente atendia as necessidades do Partido. Foi eleito vereador pelo MDB em 1972, exercendo mandato até hoje. Após eleito ~~xxxxxxx~~ foi convidado por JOÃO DOS SANTOS PEREIRA, também -/ vereador (reeleito) para uma reunião onde tratariam das diretrizes do MDB, ficando certo que JOÃO PEREIRA, que no momento da prisão soube ser codinominado de RUBENS, traria BRASIL MIRIM e ORELIO SABADIN. "

"Deseja esclarecer que participou das reuniões diante do compromisso dos coparticipes de que não falaria em PCB, tendo - seus companheiros de reunião cumprido o prometido, isto é, nada se falou em termos de PCB. Deseja informar que durante as reuniões foi criticado por haver votado em certas materias em favor do Prefeito e o Prefeito é da ARENA, fato que contrariava os interesses do MDB. Informou então, que tinha sido eleito pelo povo e que defenderia esses interesses, mesmo que tivesse que prejudicar qualquer Partido. Na 1ª reestruturação do Diretorio, acredita que como represalia, foi afastado de suas funções de membro, pensando que nas proximas eleições não teria legenda pelo MDB. Não sabe se o Presidente do Diretorio do MDB, ANTONIO HERNANDES MORENO é de esquerda, mas informa que uma grande quantidade dos membros do Diretorio pertence ao Partido Comunista Brasileiro, ou seja, JOÃO DOS SANTOS PEREIRA, LAZARO DE CAMPOS e outros cujos nomes não se recorda no momento. Nas sessões da Câmara, ultimamente, tem sido atacado e criticado por alguns vereadores, exatamente porque não defende pontos de vistas de interesse de esquerda. -/ Não é comunista nem nunca foi."

X ABDALA MUSTAFÁ - fls. 16v e 17 - (Indiciado)

"Nas ultimas eleições, por ordem de Francisco Siedler empenhou-se nas campanhas em prol das candidaturas dos seguintes membros do MDB : Marcelo Totta e Alberto Goldmann, ligava a base de Vila Ortencia ao Comitê Municipal de Sorocaba."

DEPENDÊNCIA
continuação...

"Nas últimas eleições distribuiu cédulas do MDB."

"Nas últimas eleições municipais de Sorocaba, por ordem do Partido, trabalhou para eleger João dos Santos Pereira, Teodoro Mendes e Valter Mendes, todos do MDB, esclarecendo que o primeiro nomeado pertence ao PCB."

BRASIL MIRIM - fls. 21v e 22 - (indiciado)

"Em agosto de 1975 participa de uma reunião do CM/Sorocaba - realizada na residência de Abdala Mustafá, com a presença dos seguintes militantes : o interrogando, Abdala Mustafá, João dos Santos Pereira, Diamantino Pereira, Lazaro de Campos, -/- Francisco Siedler e Edvaldo Alves da Silva, tendo sido tratado nessa reunião, de convenções municipais, estaduais e nacionais do MDB e Diretorio do MDB."

"Trabalhou em todas as campanhas eleitorais do MDB desde o início do MDB".

× DIAMANTINO PEREIRA - fls. 24v. - (indiciado)

"Que em agosto deste ano houve uma reunião na casa de um dos militantes a fim de se discutir sobre a convenção do MDB, que seria realizada em setembro;"

"Que, na última campanha para Deputado, receberam a determinação dada por EDVALDO ALVES DA SILVA "Ramos", membro do Comitê Estadual, de apoiarem os candidatos MARCELO GATTO e ALBERTO GOLDMAN;"

× LAZARO DE CAMPOS - fls. 31v e 32.- (indiciado)

"Que, no ano de 1974, como o interrogando fosse membro do Diretorio Municipal do MDB, onde também eram membros Abdala Mustafá e João dos Santos Pereira, foi procurado pelos demais componentes para apoiarem na eleição que se realizaria - em novembro os candidatos ALBERTO GOLDMANN e MARCELO GATTO, - aliados do PCB;"

"Que a função do interrogando no partido se resumia em : membro do Comitê Municipal de Sorocaba, com cargo de agitação e/propaganda nas campanhas eleitorais do MDB, distribuição de materiais de candidatos aliados e candidatos do PCB; O partido apoiou a Deputados Estadual LUCIANO LEPERA, a Deputado Federal GERALDO RODRIGUES DOS SANTOS e também no plebiscito do Presidente Goulart;"

DEPENDÊNCIA

continuação...

ORELIO SABADIN - fls. 38 - (indiciado)

"Que, ANTONIO ordenou que nas eleições de quinze de novembro ultimo, o interrogando e Brasil Mirim deveriam trabalhar para a vitoria do candidato ALBERTO GOLDMANN, o que foi feito e no mes de outubro, mandou que procurassem colaborar para o mes - nacional de finanças..."

SARITA D'AVILA MELLO - fls. 44 - (indiciada)

"Nesse ano dedicou-se às eleições, como tanto outros alunos, interessando-se pela campanha do MDB (eleições de 15 de novembro de 1974). Apoiou, sem qualquer interferencia do PCB, para ALBERTO GOLDMANN (posteriormente eleito Deputado Estadual)."

ELEANORA MACHADO FREIRE - fls.47 - (declarações)

"Que, em outubro de 1974 houve uma outra reunião na qual compareceram os mesmos elementos da primeira, tendo VITOR convocados todos os presentes para trabalharem na eleição que seria realizada em novembro, dizendo que o apoio deveria ser dado a FRANCISCO AMARAL, candidato a deputado federal e a ALBERTO GOLDMANN, deputado estadual;"

⊗ MARISA SAENZ LEME - fls.05 - (indiciada)

"... onde discutiram um documento do CE/SP contendo orientação do PCB com vistas às eleições de 15 de novembro de 1974. Este documento recomendava que todo o esforço fosse no sentido de apoiar o MDB e seus candidatos e divulgar a plataforma do MDB, tendo sido informado por José Salvador Faro, secretário da base que os candidatos apoiados pelo PCB eram Alberto Goldman, Marcelo Gatto e Nelson Fabiano Sobrinho, o que foi aceite por todos os presentes, não sabendo o efeito obtido - uma vez que a outra reunião foi realizada após as eleições. - Em outubro de 1974, juntamente com José Salvador Faro, participou de uma reunião no Comitê Eleitoral de Alberto Goldman, tendo o mesmo exortado aos presentes a apoiarem sua candidatura e a plataforma do MDB."

× ANA MARIA MADURO GONÇALVES BRANDÃO DIAS - fls.64v.(indiciada)

"...Que, na campanha eleitoral de 1974 a interroganda e seu marido não trabalharam para os candidatos ALBERTO GOLDMANN e MARCELO GATTO, embora soubessem que tinham sido apoiados pelo partido;"

DIVISÃO DE ORDEM SOCIAL =DOPS= fls.5

DEPENDÊNCIA.....

continuação...

STELA REGINA FRANCO BRANDÃO - fls.67v. (indiciada) fls.69v.

"A interroganda participou também da campanha eleitoral do MDB, apoiando o Deputado Estadual ALBERTO GOLDMANN,..."

"Participou ainda de uma reunião da Juventude Democrática do - MDB, na Câmara Municipal de São Paulo, aproximadamente no mes/ de dezembro de 1974, ..."

ZILDA MARCIA GRICOLI - fls.75 e 76v. (indiciada)

"Ainda neste ano participou da campanha eleitoral de ALBERTO - GOLDMANN, sem vínculo em atividade subversiva."

"Ressalta ainda que em fins de 1974, mais precisamente em dezembro/74, antes da primeira reunião em termos de PCB, participou de uma reunião da Juventude Democrática, sem caráter subversivo, na Câmara Municipal de São Paulo..."

X MONICA STAUDACHER - fls.81v e 82 - (indiciada)

"Que, o partido participou da campanha do MDB, tendo os militantes da base da interroganda o apoiado, sendo certo que a interroganda, JORGE BONTE RETTI, e "Tereza" compareceram no comitê - do Deputado ALBERTO GOLDMANN, com o qual trocaram idéias sobre a eleição de 1974; Que o militante JORGE BONTE RETTI e a interroganda fizeram campanha de rua em prol de ALBERTO GOLDMANN e de "Marcelo Gatto, candidato a Deputado Federal, nas proximidades do bairro de São Miguel;"

"Que, na primeira reunião em que a interroganda tomou parte, - tomou conhecimento que a base estava trabalhando junto ao -/ - ~~XXXXXX~~ IEPES - Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais do MDB,..."

X SONIA MARIA DE OLIVEIRA MOROZETTI - fls.8, 8v, 9 e 8v. (indiciada)

"Que em junho de 1972 a organização de Base da Faculdade Católica de Direito de Santos, votou e apoiou o candidato a vereador NELSON FABIANO SOBRINHO."

"Esclarece que em junho de 1974 a Base dos Advogados se reuniu e decidiu apoiar NELSON FABIANO SOBRINHO, para a Assembleia Legislativa do Estado e ALBERTO MARCELO GATO, para a Câmara Federal. Esclarece que em princípios de 1975, a interroganda foi - procurada por CARLOS ALVARES PIRES e ROBERTO LEE, para organizar o Departamento de Juventude do MDB, em Santos tendo decidido assim de participar das reuniões da organização de base dos - advogados."

DEPENDÊNCIA

continuação...

"Em julho ou agosto do mesmo ano, além dos elementos acima - participou de uma reunião NELSON FABIANO SOBRINHO, a convite de MARCO AURELIO DA COSTA MILANI em reuniões realizadas na - casa deste ultimo, ..."

"...: foi discutida a forma de convocação de jovens que parti- cipariam da comissão provisoria e estatuto etc., para formarem a criação da Juventude do MDB em Santos."

"Para melhor conseguir o seu intento a interroganda manteve - contatos com a Juventude do MDB de São Paulo,..."

"O objetivo da juventude do MDB, para o PCB é que através da - tomada do poder, de todas as posições do Comando e liderança, como diretórios acadêmicos, sindicatos etc., levar a Derruba- da do poder. Assim esclarece que a organização da Juventude - do MDB de Santos, para o PCB, este pretende organiza-la forman- do um grupo de jovens para formarem mais uma frente de oposi- ção ao Governo. Esclarece que por problemas de politica local do MDB, a organização da juventude foi adiada, e nossos esfor- ços, ou seja o esforço da interroganda e dos demais militantes do PCB, foram concentrados na filiação de novos elementos para integrarem o MDB/Santos, tendo em vista a eleição do Diretorio Municipal, que se realizou em julho p.p.,..."

"Esclarece que o Departamento de Juventude do MDB/Santos, se- ria gerido conforme orientação do PCB."

X LENITA NOBUKO YASSUDA - fls.104v. (indiciada)

"Nas eleições de 15/11/74 Waldir José de Quadros trouxe ins- truções que transmitiu individualmente aos membros para apoiar a campanha eleitoral de Alberto Goldmann e Marcelo Gato."

"...receberam os membros orientação para se infiltrarem no - MDB por filiação e atuação junto à Juventude do MDB, o que - foi feito."

(X) ALVARO BANDARRA - fls.111, 113, 113v. (indiciado)

"O interrogando teve conhecimento de que da sua volta ao Par- tido até o presente foi dado apoio eleitoral aos seguintes - elementos :- em 1964, em Santos, apoio a ESMERALDO SOARES TAR QUINIO DE CAMPOS FILHO para Prefeito e EDGAR DA SILVA LEME, - PAULO PIMENTEL e HERMOGENES LEITE para vereadores; em 1972, - em Santos, apoio a ALBERTO MARCELO GATO e NELSON FABIANO SO- BRINHO para vereadores, em Guarujá, EDMIR TRINCO para vereador,

DIVISÃO DE ORDEM SOCIAL =DOPS= fls.7

DEPENDÊNCIA
continuação...

vereador, em São Paulo EFRAIM CAMPOS para vereador; em 1970 - apoio no Estado para FREDERICO BRANDÃO para Deputado Federal/ e ALBERTO GOLDMANN para Deputado Estadual; em 1974 foram apoiados estadualmente ALBERTO MARCELO GATO para Deputado Federal e ALBERTO GOLDMANN para Deputado Estadual; que houve ainda apoio em diversas áreas do Estado, para outros elementos, como na - Baixada Santista para NELSON FABIANO SOBRINHO a deputado estadual, em Osasco a GUAÇU PITERRI para deputado federal, em Guarulhos para FREDERICO BRANDÃO, também para deputado federal, - havendo ainda apoio isolado a outros candidatos como em Sorocaba e a um outro elemento eleito em São José dos Campos."

"Na campanha de vereadores em 1972 e interrogando teve alguns contatos com ALBERTO MARCELO GATO, para discussão de normas - de propaganda e controle do que estava sendo feito, principalmente em materia de propaganda, pois era ele quem arcava com as - despesas emitindo o material que queria e não o determinado - pelo Partido, tanto que na opinião da Direção a campanha publicitaria deixou muito a desejar. O candidato NELSON FABIANO SOBRINHO a vereador não era membro do PC e recebeu apoio de um - restrito setor de advogados, mais pela insistência de DANTE - LEONELLI que era seu particular amigo, e o mesmo por ter pequeno apoio do Partido desenvolveu-se uma campanha eleitoral sem disciplina entrando em atrito com ALBERTO MARCELO GATTO, pois entrou em setores que deveriam apoiar a ALBERTO MARCELO GATTO. Quanto a campanha eleitoral para deputados em 1974 como a decisão deveria ser do CE e não do CM e interrogando teve uma participação maior, porém sempre pelo lado organico, com discussão no secretariado do CM ou com VALTER DE SOUZA RIBEIRO e posteriormente com ANTONIO BERNARDINO DOS SANTOS. Os debates foram maiores, até o desaparecimento de VALTER DE SOUZA RIBEIRO pois o mesmo era um intransigente defensor da candidatura de GUAÇU PITERRI, querendo colocar o ALBERTO GOLDMANN junto com ALBERTO MARCELO GATTO como candidato estadual. Em Santos firmou-se um ponto de vista de que o candidato a deputado federal deveria - ser ALBERTO MARCELO GATTO e que haveria possibilidades de somente com o apoio do PC na baixada eleger também o NELSON FABIANO SOBRINHO a deputado estadual, independente do PC, apoiar no resto do Estado para deputado estadual o ALBERTO GOLDMANN."

"... ao trabalho de arregimentação de novos membros, pelo partido foi fraco, tendo outros setores que não tem nenhuma ligação com o partido conseguido um numero bem maior de filiações -

DEPENDÊNCIA.....

continuação...

filiações ao MDB. Isso refletiu-se na eleição para o Diretorio quando uma chapa formada com o apoio de ALBERTO MARCELO GATTO, ATHIE JORGE CURY estes deputados federais, EMILIO JUSTO e NELSON FABIANO SOBRINHO, deputados estaduais e os vereadores - ANTONIO RUBEM COSTA DE LARA, CARLOS SANTOS TAVARES, JOSE GONÇALVES e NOÉ DE CARVALHO, foi derrotada por uma que teve sua formação apoiada apenas pelo deputado estadual DEL BOSCO AMARAL e pelo vereador MARTINHO NELSON RIBEIRO. Com esse resultado o partido que poderia influir nas decisões, no comportamento e na atividade da Comissão Executiva, acabou sem essa possibilidade já que devido aos acontecimentos na Assembleia Legislativa com o choque entre ALBERTO GOLDMANN e JOAQUIM DEL BOSCO AMARAL, essa divergencia foi até a eleição da Comissão Executiva do Diretorio Municipal de Santos, tendo DEL BOSCO AMARAL vetado a participação de qualquer elemento de outra chapa."

FERNANDO JOSÉ DIAS - fls.135 - (indiciado)

"...que nas ultimas eleições de novembro (1974), o interrogando e os demais componentes de seu Diretorio, resolveram trabalhar em apoio às Candidaturas dos opositoristas: ALBERTO GOLDMAN e GUAÇÚ PITERRI, respectivamente Deputados, Estadual e Federal; Que, para tanto, colaboraram em reunião na residencia do Vereador de Diadema, JOSE ROCHA (M.D.B.), para traçarem planos no apoio àquelas campanhas, melhor dizendo, àquelas candidaturas;"

(X) ROBERTO GALLAND SALES COSTA - fls.143v e 144 - (indiciado)

"...iriam trabalhar a favor da candidatura de NELSON FABIANO e MARCELO GATO, o primeiro candidato a deputado estadual e o Marcelo candidato a Deputado Federal, ambos pelo MDB, além de trabalharem a favor de ORESTES QUERCIA, sendo o trabalho de apoio efetuado em Santos e São Vicente; Que, o interrogando não trabalhou a favor de ALBERTO GOLDMANN;"

"que, no mes de setembro de 1974 o ~~interrogando~~ interrogando foi apresentado à advogada SONIA MARIA DE OLIVEIRA MOROZETTI, a SANDRA MARIA NOGUEIRA MULLER, a MARINA SAENZ LEME, a MILANI de tal e MACHADO de tal, que trabalhavam na Baixada Santista a favor de NELSON FABIANO, MARCELO GATO e ORESTES QUERCIA, candidatos a cargos eletivos,..."

ADELGIDO JUSTINIANO DE PAULA - fls. 166v. (indiciado)

DEPENDENCIA.....
 continuação...

"O interrogando tem conhecimento que o Partido se utiliza de políticos para a pratica de suas atividades subversivas, por-
 rem concretamente só pode citar o caso do militante LUIZ PAU-
 LO COSTA que é Secretario do Diretorio local do MDB."

HENRIQUE D'ARAGONA BUZZONI - fls.181 - (indiciado)

"Que o conhecimento do interrogando com referido individuo -
 se dera quando da campanha à Deputado Estadual de ALBERTO -
 GOLDMANN, em 1974 (no diretorio sito à Av.Pacaembu), apresen-
 tação essa formulada, quer lhe parecer, por JOSE ROBERTO FAN-
 GANIELLO MELHEM, militante da "base de advogados" a que o in-
 terrogando pertence;"

RAIMUNDO LOPES DA SILVA - fls.186 - (indiciado)

"que em outubro de 1974, o interrogando participou de uma reu-
 nião realizada no Comitê do MDB, na cidade de Diadema, insta-
 lado numa garagem da residencia de JOSE ROCHA, então vereador
 naquele municipio, onde compareceram tambem LUIZ MARTINS DE -
 OLIVEIRA, FERNANDO JOSE DIAS, JOSE ROCHA, com a presença tam-
 bem dos candidatos a Deputado Estadual e Federal ALBERTO GOLD-
 MAN e GUAÇU DINAER PITERI, respectivamente, onde ficou decidi-
 do o integral apoio do Partido Comunista àqueles candidatos, -
 tendo o interrogando, como os demais elementos tendo sido con-
 vocados por FERNANDO JOSÉ DIAS..."

"...esclarece ainda, que na reunião realizada na casa de JOSE
 ROCHA, alem de outros problemas levantados por ALBERTO GOLD-
 MAN, foi colocado tambem em pauta o AI-5 e o Decreto 477/69, -
 para os quais o MDB se propunha a lutar com mais veemência -
 na Assebleia Legislativa e Câmara Federal;"

JOSE FERREIRA DA SILVA - fls.189 - (indiciado)

"...foi discutido o assunto sobre os candidatos que deveriam
 merecer o apoio do Partido, chegando todos a conclusão que -
 apoiariam todos os elementos do MDB, isso porque os mesmos -
 tinham uma filosofia que melhor atendia aos interesses do Par-
 tido ou do trabalhador;"

X FRANCISCO STIEDLER - fls.192v. - (indiciado)

"Por ocasião das ultimas eleições legislativas houve uma de-
 terminação do GE/SP através de EDVALDO ALVES DA SILVA, para
 que fosse dado apoio aos candidatos do partido ALBERTO GOLD-
 MAN." S. G. - S.S.P. - Mod. 27

DEPENDÊNCIA DIVISÃO DE ORDEN SOCIAL =DOPS= fls.10

continuação...

GOLDMAN e MARCELO GATO e Deputado Estadual e Federal, respectivamente."

○ JOSÉ ROBERTO FANGANIELLO WILHEM - fls.197, 198, 198v., 199 -
(indiciado)

"... em 1969, a convite de um ex-colega da Faculdade, o Dr. - Pedro Garaude Junior, que pertence ao MDB, entrei para o Setor Jovem dessa agremiação política, do qual faziam parte, entre - outros, os seguintes membros do MDB: Isaac Spector, Laercio - de Souza Cavalcanti, Mario Hato - atual vereador à Câmara Mu - nicipal de São Paulo, José Chaves Soares - atual Deputado Fe - deral, etc. Não havia, no Setor Jovem do MDB, atuação ou qual - quer influencia emanada do PCB, nem de minha parte, já que ali - ingressei por conta própria e me achava afastado do PCB. Per - maneço até esta data nas fileiras do MDB, sendo que o Setor - Jovem dissolveu-se em princípio de 1972."

"...Após a campanha eleitoral de 1974, em fins do ano, José - Carlos Souza Alves propôs-me compormos, juntos, uma fração do PCB destinada a prestar assessoria aos parlamentares do MDB. - Essa fração passou a contar, posteriormente, creio que já em - 75, com a presença de Waldir José de Quadros que também desco - nhecia atender por Correia ou Zé. Outra pretensão desta fração de Entendimentos Políticos era influir na atuação de setores - do MDB, particularmente o IEPES - Instituto de Estudos Políti - cos, Economicos e Sociais. No princípio deste ano de 1975, em - minha casa, à Rua Henrique Schaumann, nº1180, Apto.114, nesta - Capital, V.Madalena, reunimo-nos, os tres componentes da fração - acima citados, estando presente o assistente do CE do PCB Afon - se Celso Nogueira Monteiro - Viana, que nos foi apresentado - por José Carlos de Souza Alves, como "Viana". Nessa reunião de - cidiu-se estruturar a fração, ficando José Carlos de Souza Al - ves a incumbencia dos contatos com o assistente Agonzo Celso - Nogueira Monteiro e dos contatos com os parlamentares, de mo - do geral, para Waldir José De Quadros o trabalho político jun - to à Juventude do MDB, já por si absorvente, e para mim, a - incumbencia dos contatos com os parlamentares, e que faria - conjuntamente com José Carlos de Souza Alves, coadjuvando-o. - Passamos a prestar assessoria parlamentar ao Deputado Estadual ALBERTO GOLDMANN, que, particularmente conheço desde meu in - gresso no MDB em 1969 e com quem colaborei em ambas as suas - campanhas eleitorais, tendo com o mesmo laços pessoais de -

"segue"

DEPENDÊNCIA..... DIVISÃO DE ORDEM SOCIAL -DOPS- fls.11

continuação...

amizade, o que me torna sobretudo proximo do aludido Deputado. Notadamente em suas atitudes que tomou, o Dep. Alberto Goldman orientou-se pela sugestão dada pela fração de Entendimentos Politicos, ou seja: na questão relativa à sua opção por candidatar-se à liderança da bancada do MDB na Assembleia Legislativa, em vez de postular a Presidência daquela Casa e no episodio do pedido da suplementação de verba encaminhado pelo Governo do Estado à Assembleia, quando seria a sua preocupação de lider, manter unida a bancada da maioria e lhe fizemos ver que a posição mais razoavel seria a debater-se pela aprovação do pedido, ainda que contrariando a tendencia dominante da bancada de rejeitá-la. Tais sugestões foram feitas ao Deputado por mim e por JOSÉ CARLOS DE SOUZA ALVES. Também com o Deputado Estadual Nelson Fabiano Sobrinho tenho antigos laços de amizade, já que fomos colegas de ginasio e colegial do Instituto de Educação Canadá, em Santos, São Paulo. A fração de Entendimentos Politicos teve, com este Deputado, uma reunião, em fins de março de 1975, também feita em minha casa, à qual o Deputado Nelson Fabiano Sobrinho compareceu acompanhado de um talvez assessor, Dr. Milani, advogado de Santos, e a fração estava representada por mim, José Carlos de Souza Alves, Waldir José de Quadros e estando presente, ainda, Afonso Celso Nogueira Monteiro, assistente do CR do PCB. Não houve, na reunião, menção direta ou indireta do PCB, mas a fração, apresentando-se como um grupo de emedebistas, alguns dos quais já conhecidos pessoais do Deputado, propoe-lhe ampla assessoria politica durante o seu mandato, o que o Deputado Nelson Fabiano Sobrinho aceitou, ficando de serem estabelecidos no futuro os termos em que se efetivaria esse assessoramento. Cumpre-me esclarecer, que, embora nascido nesta Capital, minha familia/transferiu-se para São Vicente-SP., quando eu contava com quatro anos, e ali me criei, até os dezessete anos, quando regressamos a São Paulo. Os tres membros da fração de Entendimentos Politicos, José Carlos de Souza Alves, Waldir José de Quadros e o interrogando, estabelecemos uma reunião semanal, que era feita ao almoço, todas as quartas-feiras, no restaurante South Bar, no 4º andar de um edificio da rua 24 de maio. Nessas reuniões debatiamos os planos de atuação da fração, entre os quais o trabalho que poderíamos desenvolver face à formação dos Distritos Distritais do MDB. Assim é que, sendo José Carlos de Souza Alves e eu moradores de V. Madalena, resolvemos, unindo-nos a Henriqueta D'Aragona Buzzoni, e Julia

DEPENDENCIA DIVISÃO DE ORDEM SOCIAL =DCPS= fls.12

continuação...

Julio Fernando Toledo Teixeira retro referidos, também residentes no bairro, tentar desenvolver um trabalho que culminasse na conquista do controle do Diretorio Distrital do MDB de Vila Madalena. Pela exiguidade de tempo e pelo elevado numero de filiações partidarias a obter, tal objetivo não foi alcançado. Sempre tive muito recato quanto à minha condição de militante do PCB, não revelando a ninguém, nem indagando de ninguém informações quanto à filiação partidaria de quem quer que fosse."

LUIZ GUILHERME DE MORAES MONTINHO - fls.211 - (indiciado)

"...a criação de um comitê de Defesa dos Presos Politicos por fim aprovado e a principio contando com a participação do MDB e da Igreja de São Paulo."

BENAURO ROBERTO DE OLIVEIRA - fls.27v.(II.Vol.)-(indiciado)

"Neste mês, voluntariamente e juntamente com José/Salvador - Faro e Sergio Gomes da Silva participou da Campanha Eleitoral de Novembro/1970 na qual trabalhou para José Chasin a Deputado Federal e para Alberto Goldmann para Deputado Estadual, - candidatos estes que não eram do PCB mas que receberam apoio deste dado suas plataformas politicas."

x MIGUEL GONÇALVES TRUJILLO FILHO - fls.32, 32v, 33(II.Vol)
(indiciado)

"Que, durante sua militancia o interrogando compareceu em uma reunião, como convidado, em dezembro de 1974, cujo tema central foi o papel do PCB de Sorocaba no apoio aos candidatos - ALBERTO GOLDMANN e MARCELO CATTO;"

"Que, ainda o contato com ANTONIO CARLOS D'AVILA seria para a criação da Juventude do MDB de Sorocaba; Que, assim o interrogando compareceu com aquele elemento numa assembleia da Juventude do MDB de São Paulo, que se realizou no prédio da Camara dos Vereadores, no Viaduto Maria Paula, e contou com a presença de 200 (duzentos) jovens, tendo sido aprovado os estatutos da Juventude do MDB em São Paulo e procuraram saber as possibilidades de implantação da Juventude em Sorocaba, tendo levado alguns estatutos para aquela cidade;"

"Que, o interrogando foi incumbido por FRANCISCO SIEDLER de - infiltrar-se no MDB, procurando filiar o maior numero possível

DEPENDÊNCIA

continuação...

numero possivel de pessoas para desenvolver uma politica de -
massas através daquele Partido, bem como criar a Juventude do
MDB em Sorocaba; Que, se filiou ao MDB em dezembro de 1974 -
vindo a conhecer o presidente do diretório municipal do MDB -
ANTONIO HERMANDEZ MORENO ao qual fez a proposta de criação do
departamento da juventude do partido, ficando aquele de apre-
sentar a proposta em reunião do diretório, sendo que, algumas
semanas depois disse ao interrogando que a proposta havia sido
aceita; que, a assembleia de fundação foi realizada em abril
deste ano, nas dependencias do Curso de Madureza do Cebolinha,
contando com a presença de políticos locais, como : SANTANA -
GUIMARÃES, AGRARIO ANTUNES, ANTONIO HERMANDEZ MORENO, EDUARDO
MARCIANO DA SILVA, GERVASIO PORFIRIO DO NASCIMENTO e OSWALDO
DUARTE, comparecendo tambem tres jovens do MDB de São Paulo, -
convidados pelo diretório do MDB Local: ALFREDO DE TAL, Asses-
sor do Deputado ALBERTO GOLDMANN, ROQUE MESQUITA, Assessor do -
Deputado NATAL GALE, e um outro cujo nome ignora; Que falaram -
nessa reunião ROQUE MESQUITA e ALFREDO, tendo sido formada -
entre os presentes uma comissão provisoria para a elaboração -
dos estatutos e filiação de jovens ao MDB, composta de cinco -
membros : EDSON DIAS, OSWALDO DUARTE FILHO, ADJAIR DE CAMPOS, -
LUIZ ROSSATI e o interrogando; Que, o interrogando seria Res-
ponsavel pelas relações publicas da Juventude, sendo sua tarefa
representar essa Juventude junto à Juventude do MDB de São Pau-
lo; Que, compareceu algumas vezes à Assembleia Legislativa onde
o interrogando recebeu de ALFREDO alguns estatutos do MDB e -
discursos do Deputado do MDB ALBERTO GOLDMANN; Quem sua ativida-
de nesse Juventude passou a ser no sentido de dar maior dina-
mização e posteriormente infiltrar as ideias do PCB; fazer -
contatos politicos ou sociais com membros dos mais variados -
ramos de atividades; obter o maior numero possivel de membros;"

LUIZ MARTINS DE OLIVEIRA - fls. 38 - (indiciado)

"que, em companhia de Fernando José Dias e Raimundo Lopes da -
Silva esteve presente na residencia do vereador de Diadema, -
José Rocha, quando se procurava apoiar o atual deputado Alberto
Goldmann, sendo que os tres não participaram de nenhum debate."

X DAVI RUMEL - fls. 42 - (indiciado)

"Que, o interrogando é eleitor recente, tendo votado apenas -
nas ultimas eleições (novembro 1974), oportunidade em que tra-

"segue"

continuação...

em que trabalhou para os candidatos do MDB, mencionando os nomes de ALBERTO GOLDMANN, ULISSES GUILMARÃES, MARCELO GATO e um tal de Helio, candidato a Deputado Estadual; Que, o interrogando alega que o nome dos candidatos eram de somenos importancia visto o que importar, e tambem por ser orientaçã do Partido - (PCB), o que interessava era o maior numero possivel de vtos - para o MDB;"

X MARIA THERESA MAC NEVIN EGGER MOELWALD - fls.48 - (indiciada)

"A base apos essa primeira reunião só se reuniu após as eleições de novembro/74, porém antes Dela Marisa Saenz Leme procurou a interroganda em sua residencia para esclarecer que a orientação do PCB era apoiar a candidatura de Alberto Goldmann para Deputado Estadual e Marcelo Gatto para Federal, pelo MDB. Por falta de tempo se limitou apenas em retirar cédulas no Comitê eleitoral dos candidatos citados e distribui-las no local de trabalho, isto em na Prefeitura Municipal de Muã." "

X PEDRO DANIEL DE SOUZA - fls. 62 - (indiciado)

"que, no ano de 1974 o "Balbino" informou ao seu grupo que o Partido Comunista Brasileiro, em São Caetano, iria apoiar as candidaturas de Marcelo Gato e Goldmann, isto é, Alberto Goldmann, para Deputados, E Orestes Quercia para Senador, por razões que desconhece;"

⊗ GENIVALDO MATIAS DA SILVA - fls.65v. e 66 - (indiciado)

"que, passados dois meses, o interrogando voltou a encontrar-se com Jose Montenegro, nesse ponto previamente marcado, e dele o interrogando recebeu instruções no sentido de inscrever-se como filiado ao Directorio do MDB no bairro de Tucuruvi;"

"que em um desses "pontos" o interrogando recebeu instruções, já em outubro de 1974, para reunir um grupo de jovens para trabalhar em Santos, na campanha eleitoral de candidatos do MDB, entre eles, MARCELO GATO, NELSON FABIANO SOBRINHO, e para ORESTES QUERCIA; que o PCB já havia tomado uma posição de integral apoio aos candidatos do MDB, sendo certo que aqui em São Paulo, o interrogando por sua recreação trabalhou para ALBERTO GOLDMANN; que para essa viagem para Santos o interrogando reuniu jovens, ligados ou não ao PCB, e dentre eles JOCEMIR MATIAS DA SILVA, VALMIR FICINATO, SUELI DO CARMO ROCHA, ILLIANA MARIA DE COES, ROBERTO CALADO SALLES COSTA e MARICI APARECIDA SILVA;

"segue"

continuação...

que em Santos se instalaram juntos a Comissão de Campanha Eleitoral dos candidatos acima referidos, e o grupo de jovens liderados pelo interrogando desceu para Santos umas quatro ou cinco vezes, em fins de semana, para a campanha eleitoral; que em janeiro de 1975, num dos pontos que cobriu com JOSE MONTENEGRO DE LIMA, este lhe informou que já havia representantes do Setor Universitário na JUVENTUDE DO MDB - JMDB, da qual o interrogando já participava; que na JMDB o interrogando havia sido eleito Coordenador da Comissão de Promoções Culturais; que por volta do mês de junho o interrogando foi informado por ~~MURRINKEN~~ JOSE MONTENEGRO DE LIMA que iria participar de uma reunião com membros do Setor Universitario, e essa reunião foi realizada no Guarujá, em uma casa talvez alugada para esse fim, e da qual participaram SERGIO GOMES DA SILVA, vulgo "Helio", JOSE MONTENEGRO DE LIMA, REGIS SAVIETTI FRATIS, vulgo "Ricardo", EDIVALDO ALVES DA SILVA, vulgo "Ramos", WALDIR JOSE DE QUADROS, vulgo "Correia", e o interrogando; que representando o Setor Universitario compareceram SERGIO GOMES DA SILVA e WALDIR JOSE DE QUADROS, e nessa reunião foi discutido artigos do jornal Voz Operaria, situação politica nacional, antes e depois das eleições, e ainda a formação de uma Comissão Comunista dentro da Juventude do MDB; que além da leitura e discussão sobre esse editorial de Voz Operaria, foi discutido ainda a necessidade de uma orientação única da Juventude do MDB e Juventude Comunista;"

X CARMEN SYLVIA VIDIGAL MORAES - fls.77v.(II.Vol.)--(indiciada)

"Que, por solicitação de outros comunistas, podendo citar seus nomes como sendo : FREDERICO PESSOA DA SILVA e JOSE MONTENEGRO LIMA, auxiliou nas campanhas dos candidatos ao legislativo, no ultimo pleito (novembro de 1974), ALBERTO GOLDMANN, AYRTON ESTEVES SOARES e MARCELO GATO, auxilio esse consubstanciado em distribuição de cédulas em locais diversos; Que, a interroganda alude que a posição do Partido Comunista Brasileiro era a de que tivesse que serem trabalhados o maior numero possível de candidatos do MDB, cuja politica do mencionado partido é a que mais interessa ao PCB;"

X RICARDO ARTHUR COSTA E TRIGUEIROS - fls.86v.(II.Vol.)--(indiciado)

"Ainda em 1974, pouco antes das eleições, houve uma reunião na base dos advogados, na qual foi apresentado como novo intgran

"segue"

DEPENDÊNCIA DIVISÃO DE ORDEM SOCIAL - DOPS - fls. 16

continuação...

integrante e que transcorreu no escritório de advocacia do Dr. HENRIQUE D'ARAGONA BUZZONI, na Rua Xavier de Toledo, com a participação dos advogados VALTER UZZO, do interrogando, JULIO -/ FERNANDO TOLEDO TEIXEIRA, JOSE ROBERTO FANGANIELLO MELHEM e - RUBENS VASCONCELOS. Nessa reunião foi discutida a reativação da base dos advogados, que estava inerte, bem como a participação nas eleições, como apoio total aos candidatos do MDB, a especial apoio às candidaturas de ALBERTO GOLDMANN e ALBERTO MARCELO GATTO. Discutiu-se outrossim a necessidade de angariar finanças para o PCB."

x WALDIR JOSE DE QUADROS - fls. 95v. e 96. (II. Vol.) - (indiciado)

que, no mes de setembro de 1974, quando o interrogando se encontrava ligado ao Secretariado do Setor Universitario do PCB, o JOÃO GUILHERME VARGAS NETO informou a seus componentes que todos iriam trabalhar em prol das candidaturas de ALBERTO GOLDMAN e MARCELO GATO e ao candidato ao Senado, indicado na Convenção Estadual do MDB, que veio a ser o ORESTES QUERCIA, sendo que as preferencias sobre o Alberto Goldman e Marcelo Gato haviam sido determinadas pelas suas atuações como políticos que já eram, o primeiro deputado estadual e o segundo vereador; que, trabalharam nos termos permitidos pela lei, na distribuição de material de propaganda; que, em dezembro de 1974 o interrogando compareceu a uma reunião da "Juventude Democrática", na Câmara Municipal, criada pelo MDB, oportunidade em que foi criado o Setor Jovem do MDB, tendo sido eleito 1º Vice-presidente da Comissão Provisoria Coordenadora, constituída em torno de 23 elementos; que, em setembro de 1975, o interrogando foi eleito presidente da Comissão Provisoria Coordenadora, já oficialmente pelo MDB; que, no inicio deste ano de 1975 o interrogando passou a fazer parte da "Fração" do PCB junto ao MDB, por estar ligado ao Setor Jovem do MDB, juntamente com JOSE -/ CARLOS DE SOUZA ALVES, mencionado no inicio de seu interrogatório, e do advogado JOSE ROBERTO FANGANIELLO MELHEM; que, o JOSE CARLOS ficou com a tarefa de coordenar a "fração" e manter contatos com os parlamentares, trabalhando no diretório do MDB de Vila Madalena juntamente com MELHEM; que, no mes de junho de 1975, em uma residência da cidade do Guarujá, ignorando o seu proprietario e seu endereço, o interrogando participou de uma reunião com o pessoal da JUVENTUDE COMUNISTA, em companhia de SERGIO GOMES DA SILVA, onde encontrou REGIS SAVIETO PRATI.

"segue"

continuação...

JOSE MONTENEGRO DE LIMA, EDVALDO ALVES SILVA e GENIVALDO MATIAS DA SILVA, estes da Juventude Comunista; que, nessa reunião discutiu-se como se deveria atuar junto ao Setor Jovem do MDB;"

UBIRATAN DE PAULA SANTOS - fls.100 - (II.Vol.)- (indiciado)

"Que, como exemplo de Dirigente, o interrogando cita: ANTONIO BERNARDINO DOS SANTOS (Chico) e JOÃO GUILHERME VARGAS NETO -/ (Fred); Que, como simpatizante cita : MARIA HELENA de tal..., como militante, todos os elementos citados que participavam da "organização"; Como aliados, pode citar : O Partido Político "MDB", a Igreja Católica, o Jornal "O Estado de São Paulo" e outros mais."

x FERNANDO GOMES DA SILVA - fls.123 - (II.Vol.) - (indiciado)

"Que o interrogando participou de uma reunião na casa de MONIKA STAUDACHER, na qual compareceram também os seguintes militantes do partido: JOÃO GUILHERME VARGAS NETO, Assistente Político, WALDIR JOSE DE QUADROS, RICARDO DE MORAES MONTEIRO, RUBEM SEVERIAN LOUREIRO, SERGIO GOMES DA SILVA, JOSE OTAVIO GLOS CALACHI, ALLEN HABERT, EDSON MIGUEL, DAVID RUMEL e a dona da casa; Que nessa reunião foi feita com o fim de discutir as eleições parlamentares que seriam realizadas em novembro, tendo o partido decidido que apoiaria a candidatura de ALBERTO GOLDMANN para Deputado Estadual, de MARCELO GATO para Deputado Federal e o candidato que fosse lançado a Senador pelo MDB; - Que trabalharam para essas candidaturas as pessoas da reunião exceto o interrogando, em virtude de estar preocupado com o final do curso de Engenharia;"

x DAVID CAPISTRANO DA COSTA FILHO - fls.132v.133-(II.Vol.)(indiciado)

"Dessa época em diante o trabalho do CM e da "frente de massas" se concentrou no processo eleitoral. Para traçar planos de atuação durante as eleições formou-se uma Comissão Eleitoral, composta de Nelson, "Felix" e "Rui" e outro cujo nome não se recorda. Essa comissão produziu um documento que não foi aprovado pelo CM., passando ao interrogando a responsabilidade pela orientação da campanha. Juntamente com Carlos Peres e Moacir, advogados, antigamente quando estudantes eram membros do partido e então em 1974 simpatizantes, trabalharam para organizar a juventude Democrática do MDB em Campinas, que chegou a ter perto de duzentos aderentes. Em outubro foi forma

"segue"

DEPENDÊNCIA..... DIVISÃO DE ORDEM SOCIAL -DOPS- fls.18

continuação...

foi formada uma comissão organizadora da Juventude, formada - entre outros por -o interrogando, encarregado de um futuro jornal da Juventude, afinal reduzido à impressão de cópias do discurso de encerramento da campanha de Orestes Quercia, por Carlos Peres (presidente), por Moacir, pela mulher do interrogando Ignez Gonçalves de Castro (simpatizante) tesoureira, por -/ Célia Leitão Ramos (socióloga, professora da UNICAMP, simpatizante) e por João Paulo (estudante)".

"O Partido apoiou, em Campinas, os candidatos Marcelo Gato e - Alberto Goldmann."

⊗ JOSE CARLOS DE SOUZA ALVES - fls.136v.,137, 137v.,138 e 139 - (II.Vol.) -(indiciado)

"Que, no final de 1973, o interrogando tomou conhecimento através do Comitê Estadual do PCB por intermedio de JOÃO GUILHERME VARGAS NETO, que o mesmo fora designado para compor na qualidade de Coordenador uma Frente intitulada Frente de Entendimentos Politicos, na companhia de JOSE ROBERTO FANGANIELLO MELHEM e - WALDIR JOSE DE QUADROS, vulgo "Correia"; Que, em seguida, a -/ Frente passou a agir, cuja ação seria a de formular, para discussão do Comitê Estadual da "Organização" sua politica relativa ao MDB (Movimento Democrático Brasileiro); Que, tal Frente/ através seus Membros, foram filiados, melhor dizendo, se filiaram ao Partido Político "MDB", em seus Directorios; Que, o interrogando afirma que sua indicação para Coordenar referida -/ Frente, se deve ao fato de João Guilherme Vargas Neto conhecer das relações que uniam o Deputado Alberto Goldmann do MDB e -/ sua pessoa; Que, as tarefas incumbidas à "F.E.P." o interrogando inumera-as : 1º) manter ligações e entendimentos com politicos do MDB que exerciam ou não cargos eletivos; 2º) orientar - o Comitê Estadual do PCB em sua politica eleitoral; 3º) formar opinião sobre questões politico-partidarias, legais, de forma/ a leva-las aos politicos aliados do PCB e o 4º item : orientar o trabalho de participação comunista no MDB; Que, assim sendo/ foi orientado a procurar o Deputado Estadual ALBERTO GOLDMANN- (MDB) e com o mesmo manter contatos em nome do PCB; Que, a preocupação inicial do interrogando foi no sentido de obter do Deputado em questão, informações acerca dos procedimentos regulares da Assembleia Legislativa de S.Paulo e de suas Sessões, -/ bem como, da posição politica dos demais deputados estaduais - do MDB; Que, por outro lado, o interrogando aduz que como o ano

"segue"

DEPENDENCIA

continuação...

o ano de 1974 era um ano eleitoral, passou a concentrar seus - esforços na discussão dos nomes que seriam apoiados no pleito/ de 15 de novembro daquele ano; Que, as primeiras discussões -/ com os membros de seu grupo girara em torno de dois nomes pro- postos pelo CM de Santos do PCB e que eram : ALBERTO GOLDMANN MARCELO GATO e NELSON FABIANO SOBRINHO, respectivamente candi- dados a Deputados Federal e Estadual; Que, o interrogando, -/- aduz ter sido viceralmente contrario àquelas duas indicações, - recomendando ao Comitê Estadual que rejeitasse tais propostas/ pelos seguintes aspectos : 1º) MARCELO GATO segundo seu pare-/- cer, não possuía experiência necessária para o exercício de um mandato no Congresso Nacional, devendo sim, receber o apoio do PCB na baixada santista, se se dispusesse a concorrer a uma -/ cadeira na Assembleia Legislativa de São Paulo; 2º) NELSON FA- BIANO, além de ser um candidato de poucas possibilidades elei- torais, também não tinha comprovadas suas posições políticas; - Que, aduz ainda, haver recomendado ao PCB apoio aos candidatos GUAÇU PITERI, ULISSES GUIMARÃES e FREITAS NOBRE para a Câmara/ Federal, visto serem esses os candidatos preferenciais de AL-/- BERTO GOLDMANN, a quem certamente seria dado o apoio dos comu- nistas; Que, muito embora aquelas ponderações do interrogando, - a "Organização" não acatara o ponto de vista do interrogando, - tendo o Comitê Estadual do PCB alegado : que deveria ser apoiado um Candidato a Deputado Federal como MARCELO GATO, por tra- tar-se ele, de líder sindical e também, por existir uma Resolu- ção do Comitê Central do PCB que dava mais importancias as coi- sas nacionais do que regionais; Que, o interrogando cita, que por deliberação do C.E., mais os seguintes candidatos, sempre - do MDB foram apoiados : Para Deputado Federal : FREDERICO BRAN- DÃO (região de Guarulhos), JOAQUIM BEVILACQUA (região do Vale do Paraíba), GUAÇU PITERI (na Capital e em Osasco), ULISSES -/ GUIMARÃES e FREITAS NOBRE (ambos na Capital); Que, para Deputa- do estadual : ALMIR PAZIANOTO (região do ABC), ROBSON MARINHO - (no Vale do Paraíba) e NEMI TALES (região de Guarulhos); Que, - aduz o interrogando que de todos esses, apenas ALMIR PAZIANOTO, /é que não logrou-se eleger, tendo os demais todos conseguido; Que, nessa oportunidade, o interrogando transmitiu o ponto de - vista da resolução do "C.E.", num apelo ao Deputado ALBERTO -/ GOLDMANN, no sentido de que apoiasse a candidatura de GATO; -/ QUE, GOLDMANN atendera aquele apelo, contudo acentuou que não - abriria mão de suas "dobradinhas" com GUAÇU PITERI, ULISSES -/

"segue"

DEPENDÊNCIA..... DIVISÃO DE ORDEM SOCIAL =DOPS= fls. 20

continuação...

ULISSES GUIMARÃES e FREITAS NOBRE, já acertadas anteriormente/ com aqueles candidatos à Câmara Federal; Que, assim sendo, o -/ PCB passou a concentrar seu apoio à candidatura de ALBERTO GOLDMAN, como aos demais, consubstanciada em recursos humanos, lançando seus quadros da Capital nesse intuito; Que, uma vez iniciada a campanha, passou o interrogando juntamente com os outros membros da "Frente" a frequentar o Comitê Eleitoral de ALBERTO GOLDMANN, situado na Av. Pacaembu, nº947, participando ao lado de pessoas amigas do então candidato, na elaboração e distribuição de material de propaganda e de outras atividades próprias do momento eleitoral, passando a reunirem-se com pessoas que se faziam necessárias, na qualidade de colaboradoras do -/ Candidato em questões; Que, passada as eleições, o interrogando reuniu-se com GOLDMAN, juntamente com inúmeras pessoas, podendo citar RODOLFO GUILHERME PEANO e AMÉRICO DE TAL... (sócio do/ Deputado numa empresa de construção civil), alegando desconhecer suas ideologias, reunião essa legal e aberta que dentre outras coisas, debateram os resultados eleitorais, composição de bancada emedebista recém-eleita e a possibilidade dele, GOLDMAN vir a ser o Presidente da Assembleia Legislativa ou líder/ da "Bancada" na Câmara; Que, várias pessoas se manifestaram, sendo as opiniões divergentes, tendo o interrogando nessa oportunidade manifestado opinião no sentido dele, GOLDMANN, aceitar a liderança da "Bancada", opinião essa coincidente com a -/ "Bancada" do MDB, uma vez que mais tarde GOLDMAN veio a aceitar a posição de "Líder da Oposição"; Que, o interrogando, alega que após o início dos trabalhos parlamentares, representava naquele tempo, melhor dizendo, naquela época, responsável pela Frente de Entendimentos Políticos do PCB, já então, oficializada pelo Partido Comunista Brasileiro, procurou um contato com o Deputado Estadual NELSON FABIANO SOBRINHO (apoiado pelo PCB, contato esse conseguido através apresentação pessoal de GOLDMAN, que ocorrera no interior do prédio da Assembleia, sem que GOLDMAN tivesse mencionado a qualidade de interrogando; Que, o interrogando deseja esclarecer, que a esta altura, já não estava mais recebendo a "assistência" de JOÃO VARGAS NETO, passando a ser seu "assistente", a pessoa que fazia seus contatos para a "organização" um indivíduo chamado APOENSO GILSO NOGUEIRA MONTEIRO, cognome "Viana" ou "Vasco"; Que, ainda ao tempo das "campanhas eleitorais" o interrogando teve oportunidade de conhecer um militante do PCB de nome MARCO AURELIO MILANI, cujo

"segue"

DEPENDÊNCIA..... DIVISÃO DE ORDEM SOCIAL =DOPS= fls.21

continuação...

cujo cognome desconhece, sabendo ser um advogado residente em Santos; Que, como MARCO AURELIO era amigo pessoal do Deputado Estadual NELSON FABIANO SOBRINHO, solicitou através daquele, um contato com este, que realmente se efetivara; Que, muito embora o interrogando já lhe havia sido apresentado por GOLDMAN, nesta nova oportunidade, pode ventilar sua condição de membro do PCB, assim como, o cargo que exercia nessa "Organização"; Que, posteriormente, se realizou nesta Capital, na residência de JOSE ROBERTO FANGANELLO MELHEM, localizada na Rua Henrique Schaumann, bairro da Vila Madalena, que contou com a participação do interrogando, MELHEM, que era amigo de infância do Deputado NELSON FABIANO SOBRINHO, WALDIR JOSE DE QUADROS (presidente da Juventude Democrática do MDB), MARCO AURELIO MILANI (também membro do Diretorio do MDB de Santos) e AFONSO CELSO NOGUEIRA MONTEIRO - (Ex-Deputado Estadual do Rio de Janeiro e membro do Comitê Estadual do PCB), como também, o Deputado acima mencionado; Que, - nessa reunião, dentre outras coisas, foi oferecida uma assistência-técnica àquele Parlamentar, assim como, poder reunir-se algumas vezes com o interrogando, para discussões a aplicação de programa político partidária, por parte do MDB; Que, o parlamentar acataria aquelas ponderações, sendo que o interrogando algumas vezes se reuniu com ele, sempre no próprio da Assembleia; - Que, JOSE ROBERTO MELHEM, digo, WALDIR JOSE DE QUADROS é Presidente da Comissão Provisória da Juventude Democrática do MDB;- Que, o interrogando esclarece que a Frente de Entendimentos Políticos pretendia incentivar a participação de técnicos oposicionistas, comunistas ou não no IEPES (Instituto de Estudos Políticos, Economicos e Sociais), órgão de assessoria parlamentar do MDB, atualmente desorganizado e inoperantes; Que, outra ~~uma~~ pretensão da "Frente" a ser realizada através o interrogando, era manter contatos com outros parlamentares; Que, para tanto, o interrogando procurou o Deputado ALBERTO GOLDMAN - pedindo-lhe uma aproximação com o Senador Orestes Quercia, ao que GOLDMAN alegou-lhe não poder apresenta-lo diante do Senador, como intermediário do PCB, recusando-se aquele atendimento, pelo menos nos moldes que lhe foram propostos; Que, em agosto do corrente ano, o Deputado ALBERTO GOLDMAN, contribuiu para o PCB - com a quantia de Hum mil cruzeiros, destinada ao auxílio às famílias dos presos políticos, importância essa entregue em mãos do interrogando que a encaminhou à Comissão de Justiça Paz da Câmara Metropolitana de São Paulo; Que, dentro da militância do interrogando no PCB, além das pessoas mencionadas no presente"

DEPENDÊNCIA DIVISÃO DE ORDEM SOCIAL =DOPS= fls. 22

continuação...
no presente..."

"Que, o interrogando deseja esclarecer que onde consta em seu interrogatório que a contribuição efetuada por GOLDMANN no valor de Hum mil cruzeiros para auxílio às famílias dos presos - políticos, consta, no interrogatório, que fôra para o PCB, deseja retifica-la, em nome da verdade, que foi para auxílio à- / aquelas pessoas, não tendo sido mencionado na ocasião o nome do PCB...."

ANTONIO DA COSTA GADELHA - fls.143 - (II.Vol.) - (indiciado)

"Com relação a ELIEU VIEIRA SOBRAL, mantém relações sociais e/ comerciais com ele e sua esposa MARIA APARECIDA DE MARCO SOBRAL que é subscritora de uma cota de consorcio da firma de inter- / rogando , q que foi ou ainda é Diretor do Sindicato dos Banca- / rios, tendo tendencias esquerdistas, é a unica filiação parti- / daria que sabe é com o MDB."

X RICARDO DE MORAES MONTEIRO - fls.148 - (II.Vol.) - (indiciado)

"Que houve uma reunião do secretariado realizado no sítio de - MONIKA STAUDACHER, "ELIANA", onde se discutiu a posição do se- / tor perante as eleições de novembro de 1974, tendo ficado deci- / dido se apoiar as candidaturas dos candidatos do MDB : ALBERTO / GOLDMANN e MARCELO GATTO, informando que realmente trabalharam / fazendo campanhas de rua para tais candidatos; Que a reunião - / desse secretariado foi ampliada com a participação de mais al- / gumas pessoas, tendo comparecido os seguintes militantes : LUIZ / GUILHERME DE MORAES MONTEIRO, DAVID RUMEL e outros que não se - / recorda, além dos membros normais do secretariado;"

X MANOEL REINALDO DAMAZIO LEAL - fls.156v., e 157 -(II.Vol.)
(Indiciado)

"que, por ocasião das eleições de 1974, o interrogando passou/ pela casa de ~~XXXXXXXX~~ ADELGIDO JUSTINIANO DA SILVA, para saber/ se havia indicação para apoiar algum candidato bom, ocasião em / que o mesmo indicou os nomes de ALBERTO GOLDMAN e MARCELO GATO, / mas o interrogando não participou de nenhum trabalho para a - / campanha desses dois candidatos;"

X SERGIO MARTINS - fls.172v., (II.Vol.) - (indiciado)

"segue"

DEPENDÊNCIA DIVISÃO DE ORDEM SOCIAL =DOPS= fls.23

continuação...

SERGIO MARTINS - fls.172v., (II.Vol.) - (indiciado)

"Que, no início do ano de 1974, o interrogando participou de - uma reunião na casa do militante DANTE LEONELLI (atualmente fa- lecido), que contou com a participação de VALTER DE SOUZA RI-/- BEIRO, ALBERTO ALVES FILHO, MARCO AURELIO DA COSTA MILANI (que se encontra foragido) e JOSE CEZIMBRA, além do proprietário do imóvel e do interrogando; Que, também, participaram os candida- tos à Deputado Federal e Estadual (pleito de 1974), MARCELO GA TO e NELSON FABIANO SOBRINHO, respectivamente; Que, nessa even- tualidade, discutiu-se o apoio que o PCB daria aos candidatos/ do MDB (Movimento Democrático Brasileiro) nas futuras eleições; Que, no segundo semestre do mesmo ano, outra reunião fora rea- lizada, ~~XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX~~ desta feita na residência de JOSE - CEZIMBRA, contado com as mesmas participações da primeira, ex- clusão feita a MARCO AURELIO DA COSTA MILANI e VALTER DE SOUZA RIBEIRO, oportunidade em que foi transmitida a palavra de ordem do PCB no sentido daquele apoio aos candidatos do MDB; Que, -/ perguntado ao interrogando se os Parlamentares : NELSON FABIANO SOBRINHO, MARCELO GATO, assim como, ALBERTO GOLDMAN, seriam mi- litantes do Partido Comunista Brasileiro, o interrogando res-/- pondeu que, de seu conhecimento tais indivíduos não são militan- tes no Partido, podendo quando muito taxa-los de simpatizantes;"

EDWALDO ALVES SILVA - fls.183, 183v., 184, 184v., 186
(II.Vol.) (indiciado)

"Através desses elementos entrou em contato com NELSON DE TAL, aposentado da Fepasa, FULANO DE TAL CARPELETTI ou SCARPELARI, - um vereador eleito em 1972, pelo MDB."

"Na casa de AGOSTINHO DE TAL chegou a ser feita um encontro on- de cistiu, digo, onde discutiu-se os problemas partidários e - questões do MDB."

"...ainda veio a conhecer outro militante também de nome EDSON, advogado dos dois Sindicatos que funcionam no mesmo prédio e - que também é vereador pelo MDB à Câmara Municipal de Bauru..."

"Através de ADELGIDO ficou conhecendo LUIZ PAULO COSTA, elemen- te independente que atua no MDB, com que conversou duas vezes, sem identificar a condição do interrogando de dirigente do PCB".

"Essa reunião foi realizada dias depois na casa de MODESTO DE -

"segue"

DEPENDÊNCIA DIVISÃO DE ORDEM SOCIAL =DOPS= fls.24

continuação...

DE TAL, que aparentava ser república estudantil, no final da reunião ficou resolvido que os estudantes deveriam participar/da Juventude do MDB,"

"Como esse elemento trabalha no Hospital do Servidor Público - de São Paulo, encontrou-o na porta do Hospital. Nos contatos - que mantiveram foi informado que ele participava da juventude/ do MDB em Taubaté."

"Em junho ou julho de 1975, não havia coordenação entre o se- tor universitário do CE e a Coordenação Nacional da Juventude/ do CC, frente à atividade na juventude do MDB. Visando acabar/ essa deficiência, REGIS SAVIETTO FRATTI, vulgo "RICARDO", mon- tou uma reunião visando coordenar o trabalho do Setor Universi- tário e da Comissão Juvenil na Juventude do MDB."

"Como resolução das discussões decidiu-se criar uma Comissão - para coordenar o trabalho na Juventude do MDB, composta..."

X EMILIO BONFANTE DEMARIA - fls.196, 196v. -(II.Vol.)-(indiciado)

"...realizaram três reuniões, sendo que as duas últimas, uma - foi realizada antes das eleições de 1974 e a outra depois, ten- do em vista o proprio pleito; Que ficou decidido o apoio aos - candidatos do MDB, principalmente a ABBERTO GOLDMAN e MARCELO/ GATO, sendo que na reunião posterior foi feito um balanço das/ eleições;"

"Que, no ano de 1974 houve uma reunião do CE, realizada em Pe- ruibe, para se discutir o apoio a candidatos do MDB de um modo geral e mais especificamente a ALBERTO GOLDMANN e MARCELO GATO, bem como eleger o secretariado do CE, cujos membros estão acima especificados;"

X FREDERICO PESSOA DA SILVA - fls.32v., (III Vol.) - (indiciado)
fls.35

"Que, no ano de 1972, arrecadaram para o mes nacional de finan- ças do partido, Cr\$3.000,00 e todos os militantes, simpatizan- tes, etc..., trabalharam para os candidatos ~~xxxxxxx~~ do MDB, - especificamente para CARLOS AUGUSTO COIMBRA DE MELO, fazendo - campanha de rua, cabalando votos na boca da urna e nessa época começou-se a organizar a Juventude do MDB;"

"...se discutiu as linhas gerais da campanha eleitoral, tendo/
"segue"

DEPENDÊNCIA

continuação...

tendo se decidido aplicar a resolução da Direção Estadual que definiu MARCELO GATO e ALBERTO GOLDMANN como candidatos de concentração, mas que também deveriam trabalhar para FRANCISCO -/ AMARAL e NATAL GALE; Que, deveriam ~~trabalhar~~ dar aumento ao -/ trabalho de organização da Juventude Democrática Do MDB, a cargo de DAVID; Que, frequentemente se encontrava o interrogando. ..."

ADEMIR GEBARA - fls. 42, 42v., (III Vol.) - (indiciado)

"...orientando seus elementos no sentido de engajamento legal no processo eleitoral, principalmente na Juventude Democrática do MDB. A esse respeito tem a dizer que participou de uma/ assembleia da Juventude Democrática do MDB em um salão desocupado sito no início da rua Cezar Bierrembach, Centro de Campinas."

"A finalidade dessa reunião foi a discussão da posição do PCB/ em torno das eleições de novembro/74 a partir da orientação do Comitê Estadual de São Paulo."

X HELIO RODRIGUES - fls. 62v., 63 - (III Vol.) - (indiciado)

"Esclarece o interrogando que em Campinas o PCB fez campanhas eleitorais para eleição dos candidatos GOLDMAN, AMARAL e QUERCIA, além de MARCELO GATO."

"Entende o interrogando como apoio de organização os sindicatos, diretórios acadêmicos juventude democrática do MDB etc..."

X JOÃO DE SOUZA - fls. 66 - (III Vol.) - (indiciado)

"Que houve mais duas reuniões na casa do interrogando, nos meses de outubro e novembro, que tinham a finalidade de apoiarem e trabalharem para os candidatos ORESTES QUERCIA, ALBERTO GOLDMAN e MARCELO GATO, tendo comparecido os mesmo militantes da primeira reunião;"

OSWALDO LUIZ DE OLIVEIRA - fls. 91 - (III Vol.) indiciado

"Também no início de 1975, ficou o interrogando responsável pela formação de uma base que atuaria junto à Juventude do MDB e/ seria composta por Célia de tal, Adir Aparecida Juliano, Carlos Peres Aidar e Meacir Pêras, tendo reunido apenas uma vez para esse fim, pois os elementos que a compunham achavam não haver necessidade de sua formação."

"segue"

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

DIVISÃO DE ORDEM SOCIAL =DOPS= fls.26

DEPENDÊNCIA.....
continuação...

X ANTONIO BERNARDINO DOS SANTOS - fls.99v e 100 -(III Vol.)
(indiciado/s)

"...no segundo semestre de 1974, um plano com o objetivo principal e plano de trabalho do PCB em São Paulo, nas eleições de 15 de novembro de 1974. Que, esclarece que ALBERTO GOLDMAN, -/ MARCELO GATO, ORESTES QUERCIA, receberam o apoio do PCB na re- rida eleição, sendo que a decisão foi tomada pelo CE/SP., e -/ transmitida ao CM/SP., durante a segunda reunião acima mencio- nada."

⊗ SEBASTIÃO VITORINO DA SILVA - fls.123 - (III Vol.) - (indiciado)

"Que, ficou decidido que deviam fazer tudo para eleger ALBERTO MARCELO GATO, Deputado Federal e NELSON FABIANO, Deputado Esta- dual, quando a ALBERTO GOLDMANN não havia problema, já que o - mesmo podia se considerar eleito, sendo que JOSE CARLOS DE SOU- ZA ALVES, "JUACA", deveria procurar discutir com os candidatos, a necessidade de trabalhar mais na Capital;"

Era o que continha nos interrogatorios, declarações e depoimentos da cópia do Inquerito Policial nº ... 53/75, conforme determinações constantes da autoridade policial que preside este procedimento.

São Paulo, 26 de dezembro de 1975.-

O Escrivão de Policia,

Nelson C. Filho

IDENTIDADE	FOTO
FILIAÇÃO-PAI	
MÃE	
IDADE ESTADO CIVIL	
PROFISSÃO POSTO OU GRAD.	
FUNÇÃO	
NACIONALIDADE Bras. NATURAL DE	
LÊ ESCREVE CERT. RESERVISTA	
TÍTULO ELEITOR LOCAL TRABALHO	
ESTUDANTE ESCOLA	
..... NÍVEL	
RESIDÊNCIA	
OUTROS DADOS Deputado Federal p/MDB/SP	
.....	

NOME ALBERTO MARCELO GATO

HISTÓRICO

- Através o D.O. nº 3, de 6 Jan 76, teve cassado seu mandato eletivo federal e suspensos seus direitos políticos pelo prazo de 10 anos , com base no Ato Institucional nº 5, de 13 Dez 68.

CIC

FICHA INDIVIDUAL

DATA: 30 DEZ 75	
NOME	<u>ALBERTO MARCELO GATO</u>
FILIAÇÃO	ANTÔNIO GATO JUNIOR DOLORES RODRIGUES DA SILVA
DATA DE NASCIMENTO	16 JAN 41
NACIONALIDADE	BRASILEIRA
NATURALIDADE	SERTÃOZINHO/SP
PROFISSÃO	QUÍMICO INDUSTRIAL E ADVOGADO DEP FED MDB/SP
ESTADO CIVIL	CASADO
INSTRUÇÃO	SUPERIOR
RESIDÊNCIA	SQN 202 - BLOCO "L" - APTº 403 BRASÍLIA/DF

HISTÓRICO DAS ATIVIDADES DO
DEP FED MDB/SP ALBERTO MARCELO GATO
(ACOMPANHADO DE FICHA INDIVIDUAL)

-----X-----

Em JULHO/68

- Líder dos metalúrgicos de SANTOS/SP. Acadêmico, ligado ao MDB.

- Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de SANTOS, fez pronunciamento sobre a difícil situação em que se encontra o trabalhador brasileiro e dirigiu telegrama ao Ministro do Trabalho e Previdência Social em que solicita a liberdade dos presos e o relaxamento da intervenção decretada na Entidade representativa da classe.

Em AGOSTO/68

Tomou posse, no dia 06 AGO 68, no cargo de Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico de SANTOS/SP.

Funcionário da COSIPA, estudante da FACULDADE DE ECONOMIA.

Teve sua posse prestigiada pelos conhecidos "esquerdistas" Dep Fed GASTONE RIGHI GUOGHI, Dep Est ESMERALDO SOARES TARDUQUINIO e o Vice-Prefeito de SANTOS, FRANCISCO PRADO DE OLIVEIRA RIBEIRO.

Em DEZEMBRO/68

Como Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de SANTOS, convocou Assembléia para tratar de vários assuntos, entre os quais: convênio do INPS com o Sindicato; Abono de Emergência; Plano de Promoções da COSIPA; Participação do Sindicato no Congresso Estadual dos Metalúrgicos. A referida Assembléia reali-

ANEXO Nº 4 - CONTINUAÇÃO

-2-

zou-se no dia 03 Dez 68, à noite, na sede do referido Sindicato, nela sendo combatidas a política salarial, o plano de saúde e as cooperativas habitacionais.

Em SETEMBRO/69

- Como Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de SANTOS/SP, em Assembléia realizada, no dia 25 Jul 69, na sede do Sindicato, criticou o impedimento à circulação do jornal "O METALÚRGICO", em face de restrição ao último número, salientando ser, no BRASIL, atualmente, impraticáveis o sindicalismo e a liberdade de opinião dos líderes sindicais.

- Suas atividades à testa-do Sindicato dos Metalúrgicos de SANTOS/SP permitem caracterizá-lo como ideologicamente comprometido com o comunismo, e visando à desmoralização do Governo.

Em MAIO/70

JÚLIO FERNANDO TEIXEIRA TOLEDO e FLORIVALDO CAJÉ, ex-funcionários da COSIPA, e que, por força de lei, deixaram de pertencer ao Sindicato dos Metalúrgicos, têm sido constantemente vistos no Sindicato, em companhia de ALBERTO MARCELO GATO, URIEL VILLAS BOAS e outros elementos da entidade, a cuja sede têm livre acesso, inclusive ao uso de viatura e telefone do Sindicato.

Em JUNHO/70

Ex-funcionário da Aciaria e Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de SANTOS, facilita infiltrações comunistas na COSIPA, recebendo cobertura dos Engenheiros e Chefes de turnos em sua propaganda sindical.

Em JANEIRO/71

Em Assembléia realizada no dia 08 Jan 71, na Sede do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, concitou os operários a se rebelarem contra as pressões que estariam sofrendo para demitir-se do Sindicato.

Em MAIO/71

- Doze Sindicatos da Baixada Santista fizeram uma proclamação de 1º de Maio, durante a festividade comemorativa ao "DIA INTERNACIONAL DO TRABALHADOR", realizada na sede do Sindicato dos Empregados na Administração dos Serviços Portuários. A proclamação foi lida por ALBERTO MARCELO GATO, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de SANTOS, que fez um retrospecto das lutas de classe operárias no mundo até os nossos dias.

Transcrevem-se os seguintes trechos da Proclamação:

"Metade da população brasileira não participa da economia de mercado, oprimida por uma renda que lhe dá apenas condições de subsistência."

"Neste primeiro de Maio de 1971, queremos exprimir de novo nossos direitos de participar e usufruir do desenvolvimento, de defender as riquezas nacionais, de repudiar a todas as formas de exploração e opressão da pessoa humana."

"Neste Primeiro de Maio de 1971, queremos renovar sem descanso que é necessário o restabelecimento da plenitude do regime democrático, pois é nele que acreditamos como caminho mais correto para assegurar o desenvolvimento, a plena realização e a liberdade da pessoa humana."

- ALBERTO MARCELO GATO foi eleito, por expressiva maioria, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de SANTOS, S.VICENTE, GUARUJÁ e CUBATÃO, nas eleições realizadas nos dias 19, 20 e 21 do corrente.

Em JULHO/71

- Na Assembléia Geral Extraordinária dos Empregados da COSIPA, dia 12 Fev 71, num ambiente tenso e agitado, desenvolveu comentários a respeito da Lei de Estabilidade e Fundo de Garantia, citando exemplos da ALEMANHA que estabiliza o empregado com 2 (dois) anos e do MÉXICO, que o faz em seis (6) meses.

Criticou o fato de o Governo brasileiro não primar na

adoção de medidas de proteção ao trabalhador e, muito pelo contrário, sô as faz no intuito de prejudicar ainda mais. Formalizou, perante os trabalhadores, denúncia a ser entregue, pessoalmente ou por telex, em mãos do Sr Ministro do Trabalho, contra a ação que a COSIPA vem adotando sobre os seus empregados para que assinem o Fundo de Garantia e aceitem acordo na base de 60%. Citou a empresa como coatora, obrigando os seus funcionários a aceitarem o seu jogo, sob pena de demissão sumária.

Assegurou aos trabalhadores que tomará medidas em todas as instâncias, para responsabilizar os dirigentes da empresa que, no seu entender, vêm criando clima de "suspense" entre os funcionários.

Denunciou, também, que os dirigentes da COSIPA têm as costas quentes e cobertura por parte de círculos militares e de autoridades do Governo.

Demonstrou, mais uma vez, a sua posição contra o FGTS.

Finalmente, MARCELO GATO fez um apelo aos trabalhadores para que não se curvem diante das exigências da empresa e do Governo, proclamando o Sindicato apto a orientar a todos os seus associados e tomar medidas em todos os sentidos.

- Vem realizando uma política de conotações político-ideológicas para toda a categoria metalúrgica da Baixada Santista e com efeitos envolventes para as demais categorias da região. O Sr. ALBERTO MARCELO GATO, o Sr. MOACIR DE OLIVEIRA e demais companheiros de diretoria têm se apresentado como contestadores do regime.

Atua de comum acordo com elementos cassados, entre os quais: MÁRIO COVAS (ex-Dep Fed - Líder da Oposição da Câmara Alta), GASTONE RIGHI (ex-Dep Fed, cassado), ESMERALDO TARQUÍNIO (eleito Prefeito de SANTOS e cassado antes de assumir), DAVID LERE, FRANCISCO PRADO, além de outros de ideologia notoriamente esquerdista e nocivos à Segurança Nacional.

Franqueia a sede do Sindicato para reuniões e contatos com os elementos mencionados.

Tem provocado movimentos de passo-tartaruga, mais conhe

cidos como "greve branca", entre os empregados da COSIPA, todos esses movimentos com o objetivo de diminuir a produção.

Utiliza como meio de divulgação, a serviço de interesses contrários ao regime, a edição de um jornal mensal, editado sob sua responsabilidade, "O METALÚRTICO", no qual faz concentrar as críticas ao Governo.

ALBERTO MARCELO GATO é o Presidente do DIEESE, Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas, entidade mantida por um grupo de Sindicatos do Estado de SÃO PAULO, contestadora da política econômica e salarial do Governo e sistematicamente se opoendo aos estudos da Fundação GETÚLIO VARGAS.

Em SETEMBRO/72

O jornal "NOTÍCIAS POPULARES" publica notícia segundo a qual os dirigentes sindicais, este ano, decidiram tomar parte ativa na política, candidatando-se a Vereadores e a Prefeitos, nas eleições gerais de novembro vindouro, figurando entre eles ALBERTO MARCELO GATO, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de SANTOS, que disputará a vereança em nome das demais entidades de classe.

Em NOVEMBRO/72

Eleito Vereador à Câmara Municipal de SANTOS/SP.

Em JANEIRO/73

Eleito Vereador pela cidade de SANTOS, apoiado pelos esquerdistas.

Em OUTUBRO/73

O advogado JÚLIO FERNANDES TOLEDO TEIXEIRA, elemento esquerdistas, está sendo o articulador da campanha de ALBERTO MARCELO GATO à Câmara Federal.

- Na reunião do MDB realizada no dia 17 Out 73, na sede da Sociedade Humanitária de SANTOS, à Praça José Bonifácio, 15, MARCELO GATO, usando da palavra fez severas críticas conta o Interventor do citado Município.

Em MAIO/74

Foi eleito, pela terceira vez consecutiva, liderando a Chapa "VERDE", para Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de SANTOS, com 4.084 votos, contra 459 votos obtidos por CYRO FRANCISCO ALVES, que liderou a Chapa "AZUL".

Em SETEMBRO/74

O Comitê Estadual de SÃO PAULO, do PCB, objetivando harmonizar suas fileiras no que diz respeito ao próximo pleito eleitoral, deliberou emprestar apoio a vários candidatos, incluindo MARCELO GATO entre eles.

Em NOVEMBRO/74

Em reuniões promovidas pelo CE/PCB/SP reiterou-se o apoio à sua eleição por parte do Partido Comunista Brasileiro.

Em 04 ABR 75

Relatório encaminhado pelo DOPS/SP à Justiça Militar sobre as atividades do PCB, no qual o ex-Dop MARCO ANTONIO COELHO menciona contatos de políticos com o PCB, para o apoio às suas candidaturas às eleições de 15 Nov 75, foi um dos políticos apontado como tendo se beneficiado do referido apoio.

Em 22 DEZ 75

A 2a. Auditoria da 2a. CJM recebeu do DOPS/SP o Inquérito realizado por aquela Delegacia sobre as atividades do Partido Comunista Brasileiro. No referido Inquérito, o Dep Fed ALBERTO MARCELO GATO (MDB/SP) é apontado como elemento de ligação entre o PCB e opositores ao Governo. Figura nos depoimentos das seguintes pessoas:

- JOÃO DOS SANTOS PEREIRA
- ABDALA MUSTAFÁ
- DIAMANTINO PEREIRA
- LÁZARO DE CAMPOS
- MARISA SAEREZ LEME
- ANA MARIA MADURO GONÇALVES BRANDÃO DIAS

- MÔNICA STANDACHER
- SÔNIA MARIA DE OLIVEIRA MOROZETTI
- LENITA NOBUKO YASSUDA
- ALVARO BANDARRA
- ROBERTO CALLAND SALES COSTA
- FRANCISCO SIEDLER
- MIGUEL GONÇALVES TRUJILLO FILHO
- DAVI RUMEL
- MARIA THEREZA MAC NEVIU EGGER MOELWALD
- PEDRO DANIEL DE SOUZA
- GENIVALDO MATIAS DA SILVA
- CARMEN SYLVIA VIDIGAL MORAES
- RICARDO ARTHUR COSTA E TRIGUEIROS
- WALDIR JOSÉ DE QUADROS
- FERNANDO GOMES DA SILVA
- DAVID CAPISTRANO DA COSTA FILHO
- JOSÉ CARLOS DE SOUZA ALVES
- RICARDO DE MORAES MONTEIRO
- MANOEL REINALDO DAMAZIO LEAL
- SERGIO MARTINS
- EMILIO BONFANTE DEMARIA
- FREDERICO PESSOA DA SILVA
- HELIO RODRIGUES
- JOÃO DE SOUZA
- SEBASTIÃO VITORINO DA SILVA

(Veja-se Apêndice A ao Anexo Nº 3)

Terroristas são ouvidos

Rio (M) - O Conselho Especial de Justiça da Primeira Auditoria da Aeronáutica prosseguirá hoje o sumário de culpa de Fernando Palha Freire, Colombo Vieira de Sousa Júnio e Jessie Jane acusados de terem sequestrado o avião da Cruzeiro do Sul, prefixo PP-PDX, no dia primeiro de julho último.

Antes da sessão os oficiais componentes do CEJ examinarão a petição dos advogados de defesa, que arguíram sua incompetência para processar e julgar os réus. Em seguida na hipótese de se darem por competentes, os juízes-militares interrogarão as primeiras testemunhas de acusação arroladas pelo Ministério Público. Os réus estão enquadrados na Lei de Segurança Nacional podendo ser condenados à morte ou à prisão perpétua, segundo pediu o promotor em sua denúncia.

ABSOLVIDOS

Após uma sessão secreta de 25 minutos, o Conselho Permanente de Justiça da Primeira Auditoria da Primeira Circunscrição judiciária Militar absolveu ontem 29 ex-estudantes da Faculdade Nacional de Filosofia acusados de atividades subversivas no período anterior à Revolução de 31 de Março de 1964.

Os advogados levantaram uma preliminar pedindo a extinção da punibilidade "pela prescrição da ação penal" aceita unanimemente pelo CPJ. Em face disso, a sessão que terminaria à noite foi concluída às 17 horas, uma vez que alguns advogados usaram da palavra durante pouco tempo.

Antes da defesa, o promotor Eudo Pereira Guedes fez um retrospecto do processo, analisando aspectos jurídicos para pedir a condenação de todos os réus de acordo com o art. 36 da antiga Lei de Segurança Nacional. O membro do Ministério Público irá recorrer da sentença ao STM segundo informou ao término da sessão.

Um dos réus - Pedro Celso Uchoa Cavalcanti Neto - é atualmente, professor de Sociologia da Universidade Católica de Washington, D. C. segundo documento anexado ao processo pelo seu defensor Tício Lins e Silva.

O advogado Jorge Tavares citou o Presidente Médici quando disse que "não se deve lançar pedra no passado", explicando que o processo foi instaurado após a revolução. A punibilidade está extinta razão por que se recusou a entrar no mérito da acusação.

Segundo a denúncia, os réus se reuniram e desenvolveram atividades contra a segurança do país na Faculdade Nacional de Filosofia onde fizeram, também funcionar uma célula do extinto Partido Comunista. Tais fatos ocorreram com mais intensidade durante os governos dos ex-Presidentes Jânio Quadros e João Goulart.

Estavam denunciados Adir Moisés Luis, Alberto José Barros da Graça, Alberto Passos Guimarães Filho, Antônio Carlos Farias Pinto Peixoto, Carlos Maurício Gierbrecht Ferreira Chaves, Elias Mansur Simão Filho, Eunice Morais Gutmann Fernando Buncharít, Horácio Monteiro, Jackson de Carvalho Sampaio Jaime Simão Portugal Goldstein João Guilhermes Viegas Neto, José Rufino dos Santos José de Albuquerque Sales, José Novais, Luís Sérgio Dias, Manuel Sérgio Valim, Maria Auxiliadora da Silva Costa Maria Helena Poppe de Figueiredo, Marlene Ferreira de Paiva, Marli Viana de Araújo, Maurício Martini de Melo, Miguel Armony Paulo Lôbo de Medeiros Pedro Celso Uchoa Cavalcanti Neto, Pedro de Alcântara Figueira, Regina do Prado Ruben César Fernandes e Wilson do Nascimento Barbosa.

República,
do Quadro de Mé-
Saúde da Marinha
ja do Hospital das
ter sido indicado
Janeiro de 1976;
ência e 88º da
Correa
República,
rtigo 99, parágrafo
to aprovado pelo
de 29 de dezem-
ve
-Guerra José Car-
dro de Médicos do
a Marinha, para
das Forças Ar-
Janeiro de 1976;
ência e 88º da
Correa
República,
rtigos 36, item VII,
nº 64.775, de 3 de
solvo
de Infantaria Au-
liard, para servir
das Forças Arma-
Janeiro de 1976;
ência e 88º da
Correa
República,
rtigos 36, item VII,
nº 64.775, de 3 de
solvo
de Infantaria Hely
para servir no Es-
ças Armadas.
Janeiro de 1976;
ência e 88º da
Correa
República,
rtigos 36, item VII,
nº 64.775, de 3 de
solvo
a de Infantaria
D'Ávila, para servir
das Forças Arma-
Janeiro de 1976;
ência e 88º da
Correa
República,
rtigos 36, item VII,
nº 64.775, de 3 de
solvo
a de Cavalaria Ro-
nçelics, para servir
das Forças Arma-
Janeiro de 1976;
ência e 88º da
Correa

O Presidente da República,
de acordo com os artigos 12, parágra-
fo 1º, 13 e 18, item III, do Regula-
mento aprovado pelo Decreto nú-
mero 72.699, de 27 de agosto de 1973,
resolve
NOMEAR
o Coronel da Arma de Artilharia "T"
Hermano Lomba Santoro, para inte-
grar o Corpo Permanente da Escola
Superior de Guerra.
Brasília, 5 de janeiro de 1976;
155º da Independência e 88º da
República.
ERNESTO GEISEL
Antonio Jorge Correa
O Presidente da República,
de acordo com os artigos 36, item VII,
e 58 do Decreto nº 64.775, de 3 de
julho de 1969, resolve
NOMEAR
o Coronel da Arma de Artilharia Ivan
da Costa Ramos, para servir no Esta-
do-Maior das Forças Armadas.
Brasília, 5 de janeiro de 1976;
155º da Independência e 88º da
República.
ERNESTO GEISEL
Antonio Jorge Correa
O Presidente da República,
de acordo com os artigos 36, item VII,
e 58 do Decreto nº 64.775, de 3 de
julho de 1969, resolve
NOMEAR
o Coronel da Arma de Artilharia Le-
lio de Almeida Tavares, para servir
no Estado-Maior das Forças Arma-
das.
Brasília, 5 de janeiro de 1976;
155º da Independência e 88º da
República.
ERNESTO GEISEL
Antonio Jorge Correa

MINISTÉRIO
DA
JUSTIÇA

DECRETOS DE 5 DE JANEIRO
DE 1976

O Presidente da República,
no uso das atribuições que lhe con-
fere o artigo 4º do Ato Institucional
nº 5, de 13 de dezembro de 1968,
tendo em vista o artigo 182 da
Constituição e após audiência do
Conselho de Segurança Nacional,
resolve
CASSAR
o mandato eletivo e suspender, pelo
prazo de 10 (dez) anos, os direitos
políticos, dos seguintes cidadãos:
— Alberto Marcelo Gato, Deputado
Federal — São Paulo; e
— Nelson Fabiano Sobrinho, Deputado
Estadual — São Paulo.
Brasília, 5 de janeiro de 1976;
155º da Independência e 88º da
República.
ERNESTO GEISEL
Armando Falcão
Geraldo Azevedo Hennings
Sylvio Frota
Antônio Francisco Azevedo da
Silveira
José Carlos Soares Freire
Dyrcou Araújo Nogueira
Alysson Paulinelli
Ney Braga
Arnaldo Prieto
J. Araripe Macedo
Paulo de Almeida Machado
Severo Fagundes Gomes
Shigeaki Ueki
João Paulo dos Reis Velloso
Maurício Rangel Reis
Evelides Quandt de Oliveira
Hugo de Andrade Abreu
Golberg do Couto e Silva
João Baptista de Oliveira Figuei-
rado
Antonio Jorge Correa
L. G. do Nascimento e Silva

O Presidente da República,
usando da atribuição que lhe confere
o artigo 102 do Decreto nº 65.689,
de 11 de junho de 1970, e tendo em
vista o que consta do Processo nº ..
50.747, de 1974, do Ministério da
Justiça, resolve
REVOGAR
o decreto de 21 de março de 1975, pu-
blicado no Diário Oficial do dia 24
subseqüente, que determinou a expul-
são do território brasileiro do cidadão
Manuel Barbero Belmonte, de naciona-
lidade espanhola, filho de Félix Bar-
bero Menjibar e de Bernarda Bel-
monte, nascido aos 14 de março de
1951, em Málaga — Espanha, e resi-
dente no Estado de São Paulo.
Brasília, 5 de janeiro de 1976;
155º da Independência e 88º da
República.
ERNESTO GEISEL
Armando Falcão

MINISTÉRIO
DO
EXÉRCITO

DECRETOS DE 5 DE JANEIRO
DE 1976

O Presidente da República,
de acordo com os artigos 100, item I,
e 155, da Lei nº 5.774, de 23 de de-
zembro de 1971, resolve
CONCEDER TRANSFERÊNCIA
para a Reserva Remunerada ao Co-
ronel da Arma de Cavalaria
(3G-89.766) — Lannes Corrêa Cunha,
com a remuneração a que faz jus, ob-
servados os artigos 20; 21, item 3;
63, § 1º; 68, § 1º; 120; 127, item 2;
124; 135; 167; 168, e 170, da Lei nº ..
5.787, de 27 de junho de 1972, por
estar beneficiado pelo artigo 1º da Lei
nº 1.156, de 12 de julho de 1950, e
contar mais de 35 anos de serviço.
Brasília, 5 de janeiro de 1976;
155º da Independência e 88º da
República.
ERNESTO GEISEL
Sylvio Frota
O Presidente da República,
de acordo com os artigos 100, item I,
e 155, da Lei nº 5.774, de 23 de de-
zembro de 1971, resolve
CONCEDER TRANSFERÊNCIA
para a Reserva Remunerada ao Co-
ronel Médico (1G-250.288) — Antonio
Carlos Lopes Gomes dos Santos, com
a remuneração a que faz jus, obser-
vados os artigos 20; 21, item 3; 120;
127, item 2, e 170, da Lei nº 5.787, de
27 de junho de 1972, por estar bene-
ficiado pelo artigo 1º da Lei nº 1.156,
de 12 de julho de 1950, e contar mais
de 35 anos de serviço.
Brasília, 5 de janeiro de 1976;
155º da Independência e 88º da
República.
ERNESTO GEISEL
Sylvio Frota
O Presidente da República,
de acordo com os artigos 100, item I,
e 101, da Lei nº 5.774, de 23 de de-
zembro de 1971, resolve
CONCEDER TRANSFERÊNCIA
para a Reserva Remunerada ao Te-
nente-Coronel da Arma de Infantaria
(1G-286.965) — Enio de Albuquerque
Lacerda, com a remuneração a que
faz jus, observados os artigos 20; 21,
item 3; 63, item 1; 63, § 1º; 63, § 1º;
127, item 3; 134; 135, § 2º; 167, e 168,
da Lei nº 5.787, de 27 de junho de
1972.
Brasília, 5 de janeiro de 1976;
155º da Independência e 88º da
República.
ERNESTO GEISEL
Sylvio Frota

O Presidente da República,
de acordo com os artigos 103, item II,
110, item II; 112, item II; 113, e
114, § 1º, da Lei nº 5.774, de 23 de
dezembro de 1971, resolve
REFORMAR
o Major da Arma de Artilharia
(1G-778.283) — Leno de Carvalho,
com a remuneração a que faz jus, ob-
servados os artigos 20; 21, item 3, e
124, item 2, da Lei nº 5.787, de 27 de
junho de 1972, por ter sido julgado
definitivamente incapaz, para o ser-
viço ativo das Forças Armadas.
Brasília, 5 de janeiro de 1976;
155º da Independência e 88º da
República.
ERNESTO GEISEL
Sylvio Frota

O Presidente da República,
de acordo com os artigos 103, item II,
110, item II; 112, item V, e 115, le-
tra b, da Lei nº 5.774, de 23 de de-
zembro de 1971, resolve
REFORMAR
o Major Veterinário (1G-888.595) —
Cylas Aurélio Nogueira, com a remu-
neração a que faz jus, observados os
artigos 20; 21, item 3 e 124, item 4,
da Lei nº 5.787, de 27 de junho de
1972, por ter sido julgado definitiva-
mente incapaz para o serviço ativo
das Forças Armadas.
Brasília, 5 de janeiro de 1976;
155º da Independência e 88º da
República.
ERNESTO GEISEL
Sylvio Frota

O Presidente da República,
tendo em vista o que consta do Pro-
cesso protocolizado no Ministério do
Exército sob o nº 3663-73 — DIP,
resolve
ALTERAR
o Decreto de 21 de janeiro de 1975,
publicado no Diário Oficial do dia
subseqüente, que concedeu transfe-
rência para a Reserva Remunerada
ao Major Dentista (3G-87.884) — Al-
varo Marçal Medeiros Pacheco, com
a remuneração a que faz jus, para de-
clarar que devem ser observados os ar-
tigos 20; 21, item 4; 162, e 170, da Lei
nº 5.787, de 27 de junho de 1972, por
estar beneficiado pelo artigo 1º da Lei
nº 1.156, de 12 de julho de 1950, e não
como constou no mencionado ato.
Brasília, 5 de janeiro de 1976;
155º da Independência e 88º da
República.
ERNESTO GEISEL
Sylvio Frota

O Presidente da República,
tendo em vista o que consta no Pro-
cesso protocolizado no Ministério do
Exército sob o nº 18313-74 — DIP,
resolve
ALTERAR
o Decreto de 5 de setembro de 1974,
publicado no Diário Oficial do dia
subseqüente, que concedeu transfe-
rência para a Reserva Remunerada ao
Major Dentista (1G-214.187) — Ra-
phael Gomes de Sant'Anna Junior,
com a remuneração a que faz jus,
para declarar que devem ser observa-
dos os artigos 20; 21, item 4; 130, e
162, da Lei nº 5.787, de 27 de junho
de 1972, e contar mais de 35 anos de
serviço, e não como constou do mencio-
nado ato.
Brasília, 5 de janeiro de 1976;
155º da Independência e 88º da
República.
ERNESTO GEISEL
Sylvio Frota

D. O. de 6. 1. 76



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

O Presidente da República,

no uso das atribuições que lhe confere o artigo 49 do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, tendo em vista o artigo 182 da Constituição e após audiência do Conselho de Segurança Nacional, resolve

CASSAR

o mandato eletivo e suspender, pelo prazo de 10 (dez) anos, os direitos políticos, dos seguintes cidadãos:

- ALBERTO MARCELO GATO, Deputado Federal - SÃO PAULO; e
- NELSON FABIANO SOBRINHO, Deputado Estadual - SÃO PAULO.

Brasília, DF, em 5 de *janeiro* de 1976; 1559 da Independência e 889 da República.

Ernesto Geisel

Murilo de Azevedo
Capitão de Armas

118

64.

411.

TERÇA-FEIRA, 6 DE JANEIRO DE 1976

Do início ao fim do processo, 2 semanas

23 de dezembro — Os jornais publicam as conclusões do inquérito instalado pelo DOPS paulista — no qual morreu o jornalista Vladimir Herzog — sobre as atividades do Partido Comunista Brasileiro, com 105 indiciados, no qual são citados nominalmente os deputados Marcelo Gato, Nelson Fabiano Sobrinho e Alberto Goldman como envolvidos com o PCB. No entanto, nos autos remetidos à Justiça Militar, não figuram os nomes dos três parlamentares. Isso ocorreu em consequência da intervenção do governador, que determinou a retirada dos nomes. Fontes ligadas ao Palácio dos Bandeirantes explicam que houve um engano na liberação do inquérito para a imprensa: em vez do texto final, foi divulgado um "rascunho".

24 e 25 de dezembro — O deputado Alberto Goldman divulga nota repudiando as conclusões do inquérito do DOPS. Os deputados Marcelo Gato e Nelson Fabiano Sobrinho fazem declarações mais incisivas. Gato destaca que "todos sabem o quanto há de sofrimento, tortura e medo em cada linha das declarações contidas nesse inquérito". Fabiano enfatiza que "todo o povo paulista e brasileiro sabe como foram conseguidos esses depoimentos e como se processou esse pseudo-inquérito". Ambos assinalam que "o povo brasileiro sabe como foram conseguidos os depoimentos pelo DOI-CODI".

26 de dezembro — Pela manhã, Gato e Fabiano recebem um "convite" para comparecer ao DOPS e explicar os termos da entrevista que concederam no dia anterior. Os dois se recusam e comunicam sua decisão ao governador, que se encontra em Campos do Jordão. Egydio diz que não dera ordens para que ambos fossem chamados e, segundo os parlamentares, chega a dizer que não devem aceitar o "convite". No entanto, sugere que se reúnem na casa de seu secretário particular, George Nogueira, com o secretário da Segurança, para discutir uma saída para o caso. Ao encontro comparecem ainda o líder da Arena, deputado Nabi Abi Chedid, o advogado dos dois parlamentares, Iberê Bandeira de Mello, o diretor do DOPS, delegado Tacito Pinheiro Machado, e o delegado Tuma. A reunião se estende por três horas. Há várias versões sobre o encontro. Uma fonte governamental diz que se chegou a redigir o esboço de uma nota de retratação, que deveria ser divulgada por Gato e Fabiano até 12 horas do dia 29. No entanto, outras fontes asseguram que a discussão foi extremamente áspera, em altos brados. Os deputados se teriam mantido irredutíveis em

viagem do secretário da Segurança a Brasília. Del Bosco repete a pergunta ao governador, em busca de maiores detalhes, e é informado de que a situação é "gravíssima", tendo fugido ao controle do governo estadual. À noite, o presidente do diretório regional do MDB, Natal Gale, e o deputado Alberto Goldman, vão à residência particular de Egydio, onde já se encontra Armond, de retorno de Brasília. A informação é de que o caso já se encontra nas mãos do presidente da República.

30 de dezembro — Como os rumores continuam crescendo, o secretário de Imprensa da Presidência da República, Humberto Barreto, desmente enfaticamente que o coronel Erasmo se tivesse avistado com o general Geisel ou com algum dos seus auxiliares imediatos — os chefes dos Gabinetes Civil e Militar, generais Golbery do Couto e Silva e Hugo Abreu, o chefe do Serviço Nacional de Informações, general João Batista de Figueiredo. O desmentido não diminui a especulação e começam a crescer as notícias de cassação de Gato e Fabiano.

1.º de janeiro — O governador Paulo Egydio começa a aguardar a decisão das autoridades federais sobre a sorte dos dois deputados oposicionistas, em sua residência particular do Morumbi. Sua viagem de descanso para Cabo Frio é sumariamente adiada. Os deputados Marcelo Gato e Nelson Fabiano deixam Santos. Sabe-se agora que Fabiano foi descansar em São Sebastião, onde se encontrava o senador Franco Montoro.

2 de janeiro — A sala VIP do aeroporto de Brasília é acionada para receber uma autoridade paulista que chega num jato executivo e necessita de um transporte de carga para as bagagens que traz. O passageiro é o secretário da Fazenda, Nelson Gomes Teixeira, que, ao descer do aparelho, diz a um repórter do Estado, que vem participar de uma reunião com assessores do ministro da Fazenda. No entanto, não houve nenhuma reunião e o chefe da assessoria do ministro Mario Simonsen, Marcos Amorim, ignorava a chegada de Nelson Gomes Teixeira. Segundo se comenta depois, o secretário teria levado a Brasília os documentos solicitados pelo presidente Geisel para a fundamentação do processo de cassação de Gato e Fabiano com base na acusação de envolvimento com o Partido Comunista.

Ainda pela manhã, o novo assessor especial do Planalto, coronel Wilberto Lima, dada a insistência dos jornalistas credenciados na Presidência da República, promete um esclarecimento sobre os boatos para o final da tarde. No entanto, no começo da noite ele diz que nada tem a declarar sobre o assunto. Cresce a certeza, entre os repórteres, de que a cassação já é um fato consumado.

5 de janeiro — Pouco depois das 14 horas, o deputado Marcelo Gato entra no Sindicato dos Metalúrgicos, em Santos. Entre acenos e sorrisos, demonstra cansaço. Quando lhe perguntam sobre o inquérito do DOPS, limita-se a comentar: "Já estou cansado disso..." E, depois, emenda: "Nada tenho a declarar". Segundo alguns amigos, estaria atendendo a um apelo do deputado Ulysses Guimarães para que guardasse silêncio. Sua única queixa: o calor excessivo dentro do sindicato. Pelo telefone, procura localizar Nelson Fabiano, com quem deveria viajar hoje para Brasília, onde se avistaria com a direção do MDB. Mas Fabiano, que deixara São Sebastião pela manhã, ainda não chegara a Santos.

Poucos políticos da oposição são encontrados em São Paulo. O deputado Natal Gale viajou para Orlandia, o deputado Ulysses Guimarães saiu para almoçar e ninguém sabe do seu paradeiro. Em Campinas, o senador Orestes Quércia mantém-se em silêncio. Na oposição, a expectativa é geral e somente haverá pronunciamentos depois de uma decisão governamental. A exceção é o deputado Del Bosco Amaral que anuncia sua intenção de solicitar uma reunião extraordinária da direção estadual do partido.

Ao cair da tarde, o secretário da Segurança recusa-se a receber a imprensa e seu assessor Lívio Carneiro ainda insiste em dizer que sua recente ida a Brasília se destinava a cumprimentar autoridades pela passagem do Ano Novo. Às 16 e 45, o governador Paulo Egydio recebe um telefonema do ministro Armando Falcão que lhe comunica a decisão do presidente Geisel, de cassar o mandato e os direitos políticos dos deputados Marcelo Gato e Nelson Fabiano Sobrinho.

Em Santos, Gato conversa com um jornalista pelo telefone quando este lhe comunica que Falcão acabara de anunciar em Brasília a cassação com base no Ato Institucional n.º 5. O parlamentar oposicionista silencia. Depois, agradece a informação e desliga o telefone.

Deputado federal Marcelo Gatto

Brasília e São Paulo — Advogado e químico industrial, Alberto Marcelo Gatto obteve 100 mil 715 votos no pleito de 15 de novembro de 1974, tornando-se o décimo deputado federal mais votado dentre os 29 eleitos pelo MDB de São Paulo. Na maior parte, seus votos foram obtidos junto aos operários de Santos e da Grande São Paulo, notadamente no ABC.

Nascido em 1941 na cidade de Sertãozinho, Região de Ribeirão Preto, em São Paulo, é filho de Antônio Gatto Júnior e Dolores Rodrigues da Silva Júnior. Casado com D Renata Maria Barros de Azevedo, tem duas filhas, Patrícia Paula e Camilla. Antes de ser eleito para a Câmara, foi líder sindical, atuando sobretudo junto aos metalúrgicos.

Formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Católica de Direito de Santos, em 1972, e como químico industrial trabalhou na Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa). Em 1968 tomou posse como presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Santos, São Vicente, Cubatão e Guarujá, permanecendo nesse cargo até 1974.

Entre 1970 e 1972, foi

também presidente do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos — DIEESE. E dia 31 de janeiro de 1973 tomou posse como Vereador de Santos, sendo eleito para o cargo de segundo-secretário da Câmara Municipal. Dia 1.º de fevereiro de 1975 renunciou a esse mandato para assumir como Deputado na Câmara Federal, onde foi membro da Comissão de Trabalho e Legislação do Trabalho.

Na Câmara, especialmente na bancada do MDB, transformou-se em crítico da política salarial do Governo, baseando seus pronunciamentos em dados com que procurou mostrar a diminuição do poder aquisitivo dos trabalhadores, nos últimos 11 anos. Seus discursos eram considerados moderados e ele não era habitualmente incluído entre os parlamentares mais radicais da bancada oposicionista na Câmara.

Em seu primeiro ano de mandato, destacou-se no combate à censura. Discursou contra a proibição da peça *Abajur Ulás*, de Plínio Marcos, que vive em São Paulo. Fez ainda um requerimento, aprovado pela Maioria da Câmara, propondo a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para debater a política salarial brasileira.

198-PRO. C&S. 11.2. P.71

Ex-dirigente do PCB citou parlamentares

São Paulo — A primeira citação dos Deputados estaduais Alberto Goldmann e Néelson Fabiano Sobrinho e do Deputado federal Marcelo Gatto "como envolvidos com o ex-PCB", do qual teriam recebido auxílio para se eleger, foi feita pelo ex-Deputado federal Marco Antônio Tavares Coelho, preso no início de 1975 como um dos responsáveis pela tentativa de rearticulação da organização no país.

Marco Antônio Tavares Coelho citou também de passagem o Senador Orestes Quêrcia, cujo nome não foi mantido no inquérito distribuído posteriormente à imprensa. O ex-Deputado disse no depoimento que "o PCB aproveitou-se das eleições de 1974 para auxiliar alguns candidatos do MDB a se elegerem, como é o caso dos Deputados Néelson Fabiano, Marcelo Gatto, e também o Alberto Goldmann". Acrescentou que membros "do PCB fizeram contatos com esses deputados, explicando as finalidades do auxílio".

O ex-Deputado do PCB, eleito em 1945, quando o Partido vivia na legalidade, também afirmou que sua organização "procurou criar bases pastorais, fazendo contatos com algumas autoridades eclesásticas", mas não citou ninguém. Os no-

mes surgiram em depoimentos de outros 11 que estavam detidos na época — e que eram David Capistrano da Costa Filho, José Carlos Alves dos Santos, José Roberto Fongagliello, Melhem Edson Miguel, Frederico Pessoa da Silva, Gustavo Zillermann, Hélio Rodrigues, João de Sousa, Osvaldo Luis de Oliveira, Antônio Bernardino dos Santos e Sebastião Vitorino da Silva — mas não se conhecem esses depoimentos.

Preso em São Paulo, Marco Antônio Tavares Coelho foi levado para a Rua Tutóia, onde confessou sua participação na rearticulação do extinto PCB. Sua família chegou a reclamar de torturas que ele estaria sofrendo. Semanas depois ele foi filmado enquanto caminhava no pátio do local onde estava preso. O filme foi transmitido pela televisão, em cadeia nacional.

Depois disso, foi transferido para o DOPS, onde confirmou os depoimentos e se propôs a fazer sua própria defesa no julgamento realizado em novembro, quando foi condenado a cinco anos de prisão e perdeu os direitos políticos por 10 anos. No julgamento, ele não citou os deputados que teriam recebido "auxílio do ex-PCB".

Ato-5 funciona há sete anos

Brasília — Decorridos sete anos do Ato Institucional n.º 5, atingem a 104 deputados federais e 160 estaduais, além de seis senadores, os parlamentares que perderam seus mandatos. O AI-5 atingiu também o Supremo Tribunal Federal, aposentando os Ministros Hermes Lima, Evandro Lins e Silva e Vitor Nunes Leal.

Com 12 artigos, 10 parágrafos e sete itens, o AI-5 gerou seus efeitos desde o dia 30 de dezembro de 1968, quando foram punidos 11 deputados, entre eles o Sr Márcio Moreira Alves, causa da crise institucional em consequência de discurso que pronunciara, considerado ofensivo às Forças Armadas.

Num ambiente de turbulência política, o Ato que levaria o número 5 teve como primeiro defensor o General Albuquerque Lima, então Ministro do Interior. No dia 13 de dezembro de 1968, após o discurso do Sr Márcio Moreira Alves, o Conselho de Segurança Nacional aprovava a edição do ato de exceção.

Nos primeiros decretos, foram 94 deputados federais e 152 estaduais os atingidos, além de Ministros do Supremo e o ex-Governador Carlos Lacerda.

Por meio de um Ato Complementar, fruto das atribuições dadas a o Presidente da República pelo Ato Institucional, o Congresso foi posto em recesso durante 10 meses e oito dias. Já convocado o Congresso para eleger o novo Presidente da República, em outubro de 1969, a Junta Militar que governava o país, diante do impedimento do Presidente Costa e Silva, utilizou novamente o Ato Institucional n.º 5 para cassar nove deputados federais.

Entre os anos de 1969 e 1971, o AI-5 foi aplicado para punir centenas de juizes, militares e pequenos funcionários. O Ato foi igualmente aplicado para confiscar bens conseguidos ilícitamente por prefeitos e empresários, como para punir professores e outras pessoas.

Até o final do Governo Médici, o Governo havia utilizado os seus poderes excepcionais 579 vezes: 145 foram punições a funcionários civis, 142 a militares e 102 a policiais. Na magistratura e no Ministério Público foram atingidos 28 funcionários, 34 professores foram demitidos e por 10 vezes o Ato foi aplicado para

Falcão afirma que as cassações foram decretadas no interesse da Revolução

Brasília — "Boa tarde. Só passei aqui para cumprimentá-los e desejar a todos vocês um Ano Novo muito bom. Que 1976 seja muito feliz — disse o Ministro da Justiça, Sr Armando Falcão, aos repórteres que fazem a cobertura do Palácio do Planalto.

— Muito obrigado. Mas o Senhor poderia começar o ano dando-nos boas notícias — pediu um repórter.

— Ora — respondeu o Ministro — eu estou à disposição de vocês. O que eu puder esclarecer, eu esclareço.

— Está correndo nos meios políticos uma boataria de que o Presidente Geisel deve assinar decretos de cassação de alguns Deputados de São Paulo. O que o Senhor nos diz.

— É verdade. O Presidente Geisel acabou de assinar os atos.

— Quais são?

— São estes escritos aqui. Os Deputados Marcelo Gatto e Nelson Fabiano Sobrinho.

— Um momento, Ministro. O Senhor poderia repetir para a gravação?

— Pois não. O Presidente assinou um decreto, com base no AI-5, cassando os mandatos legislativos dos referidos deputados e suspendendo-lhes os direitos políticos por 10 anos.

— Mas, Ministro, quais foram os motivos que levaram o Presidente a assinar o decreto?

— Os motivos se podem traduzir numa só frase: o ato foi baseado no interesse da Revolução de 64. E' só.

— Ministro, os interesses da Revolução subentendem corrupção e subversão. Qual dos dois motivos teria levado o Presidente a tomar a decisão?

— Isto é tudo o que posso in-

formar. Vocês me desculpem a declaração que acabo de formular.

SURPRESA

Na ausência do Secretário de Imprensa, Sr Humberto Barreto, que não esteve ontem no Palácio do Planalto, coube ao Ministro Armando Falcão, anunciar o ato de punição dos Deputados Marcelo Gatto e Nelson Fabiano Sobrinho.

Após duas horas e meia em Palácio, incluindo um encontro com o Presidente Geisel, o General Hugo Abreu e o Deputado Francelino Pereira e outro com o Ministro Golbery do Couto e Silva, o Ministro da Justiça encontrou-se com os repórteres, "apenas para desejar um feliz ano novo, extensivo às famílias".

Ao ser interrogado sobre a veracidade de algumas notícias sobre a cassação de deputados paulistas, o Sr Armando Falcão disse que era verdade.

Surpresos com a tranquilidade do Ministro Armando Falcão, todos os presentes, entre os quais se incluíam assessores do Presidente Geisel, perguntaram:

— Quem são?

O Ministro Armando Falcão tirou do bolso esquerdo do paletó um pedaço de papel, onde estavam escritos a mão os nomes dos Deputados Marcelo Gatto e Nelson Fabiano Sobrinho.

No entanto, alegando que não poderia fornecer maiores informações, "pois a matéria é atinente à segurança nacional", o Ministro da Justiça acrescentou:

— E' só o que tenho a dizer.

AUSENCIA

Na residência do Secretário Humberto Barreto informava-se que ele estava de cama, gripado. O mesmo se dizia na Secretaria de Imprensa, mas o secretário-adjunto, professor Osvaldo Gusmão, re-

petiu durante todo o dia o que disse antes da cassação do ex-Senador Wilson Campos:

— Há algo no ar além dos aviões da carreira.

SINTOMAS

Embora esvaziados pelo fim de semana, os rumores sobre cassações ganharam nova força ontem diante da agenda do Presidente da República, prevendo um despacho com o Ministro da Justiça. A maioria das fontes do Palácio do Planalto deixaram transparecer a sua preocupação.

Um pouco antes das 15 horas nalto deixou transparecer a sua Justiça, que chegou pontualmente às 15h30m, subindo ao gabinete do Presidente da República pelo elevador privativo, fora da área normalmente frequentada pelos repórteres. Quarenta e cinco minutos depois chegou o presidente da Arena. Em seguida, entrou no gabinete do Chefe do Gabinete Militar, General Hugo Abreu, que se fazia acompanhar de dois coronéis. A presença do General Abreu no gabinete foi tomada como prenúncio de importantes decisões.

OUTRO ENCONTRO

As 16h30m, o Ministro Armando Falcão dirigiu-se ao gabinete do Ministro Golbery do Couto e Silva, onde permaneceria por uma hora e meia.

Enquanto o Ministro da Justiça se reunia com o Presidente da República e depois com o Chefe do Gabinete Civil, a Srta. Amália Lucy era homenageada pelos funcionários do Palácio, em virtude do seu aniversário. Com champanha e biscoitos, o Coronel Wilberto Lima, assessor especial do Presidente, saudou a aniversariante que agradeceu em seguida o apoio que os funcionários dão "ao Governo de meu pai".

Tensão domina Assembléia

São Paulo — Grande tensão dominou a Assembléia Legislativa desde as 14h de ontem, quando surgiram os primeiros comentários sobre a cassação dos Deputados Marcelo Gatto e Nelson Fabiano Sobrinho. Chegou-se a falar em lista de 60 cassações em todo o país, por motivos políticos e corrupção.

"O momento não está propício para comentários", foi a frase mais ouvida na Assembléia. Informou-se que o presidente nacional do MDB, Deputado Ulisses Guimarães (SP), solicitara aos deputados federais e estaduais que evitassem qualquer declaração isolada e aguardassem reunião do Diretório Nacional, hoje, quando seria divulgada nota oficial. O primeiro deputado a chegar na Assembléia e o último a sair foi o líder da bancada da Arena, Sr Nabi Abi Chedid, que também se negou a comentar as cassações.

O VAZIO

A Assembléia estava praticamente vazia, ontem, quando chegou o Deputado Januário Mantelli Neto, da Arena, indagando e pedindo informações sobre a cassação dos Deputados Marcelo Gatto e Nelson Fabiano Sobrinho. Desde os primeiros comentários, entretanto, não se falava no nome do Deputado Alberto Goldmann, também citado no inquérito do DEOPS, enviado a Auditoria Militar.

Os comentários aumentaram de intensidade às 15h, com a chegada do líder da bancada do MDB, Deputado Alberto Goldmann que, visivelmente irritado, se negou a fazer qualquer comentário, e trancou-se em seu gabinete, onde recebeu deputados, tanto do MDB como da Arena. Os Srs Gustavo Corte, Horácio Ortiz, Manuel Salla, Rubens Gronja, Vanderlei Macris, André Pescarini, General Sebastião Marcondes, Jihei Noda, Hélio César Rosas foram alguns dos deputados do MDB que estiveram com Alberto Goldmann, e procuraram ainda

pelos Deputados estaduais Eduardo Coutinho, Marco Antônio Castelo Branco e Paulo Kobayashi, da Arena.

Conversando em voz baixa, em pequenos grupos, os Deputados procuravam, também, na sala de que os rumores eram de que havia uma lista de 60 cassações em todo o país, por motivos políticos e corrupção. Mas se negavam a fazer qualquer comentário, dizendo, primeiro, que aguardavam confirmação oficial e, em seguida, que o momento não era propício.

Desde a confirmação oficial das cassações, a Assembléia foi-se esvaziando. O Deputado Alberto Goldmann permaneceu em seu gabinete até às 19h, saindo sem informar para onde ia. O líder foi para Santos, onde manteve contato com o Sr Marcelo Gatto. O presidente da Assembléia, Deputado Leonel Júlio, do MDB — que já foi acusado de infidelidade partidária — não compareceu.

OS COMENTÁRIOS

O líder da Arena Deputado Nabi Abi Chedid, chegou de manhã e passou o dia inteiro em seu gabinete, onde despachou normalmente com Prefeitos do interior e membros da Arena. Quando os comentários começaram a se espalhar, manteve contato por telefone com o Deputado Alberto Goldmann, mas nada quis comentar.

No começo da noite, o Deputado Nabi Chedid recebeu o Secretário do Trabalho, Deputado Jorge Malluli Neto, dizendo que trataram "apenas de assuntos de futebol" (o líder da Arena é candidato à presidência da Federação Paulista de Futebol). Alegando que acabava de chegar do interior, o Secretário Malluci Neto também afirmava que nada podia declarar.

Com a cassação do Deputado estadual Nelson Fabiano Sobrinho, a Assembléia Legislativa paulista

passa a contar com 69 Deputados, sendo 43 do MDB. A maioria absoluta caiu de 36 para 35, enquanto os dois terços diminuíram de 47 para 46.

O Presidente Nacional do MDB, Deputado Ulisses Guimarães, saiu de casa às 15h, dizendo que iria a um almoço e que só o procurassem no final da tarde, em casa. Pouco mais tarde, telefonou, informando que não voltaria para o jantar.

Em seu escritório, normalmente muito movimentado, o telefone não atendia. As informações, nos meios políticos, eram de que o Deputado Ulisses Guimarães já havia saído de casa com o propósito de se reunir com membros do MDB para se informar sobre as cassações, e pretendia viajar para Brasília. O Presidente do Diretório Regional do MDB, Deputado estadual Natal Gale, estava em Campinas, e afirmou que não poderia falar antes de conversar com o Sr Ulisses Guimarães, para receber orientação.

O Presidente da Câmara Federal, Deputado Célio Borja, (Arena-RJ), teve sua presença anunciada em São Paulo, mas não manteve contatos oficiais com a Arena local. Sem que ninguém esperasse, o Deputado Célio Borja chegou ao aeroporto de Congonhas, no começo da noite, e embarcou antes dos outros passageiros em um avião da Varig, em que seguiu, às 19h30m, para o Galeão, de onde embarcou para o Japão. As informações eram de que o Sr Célio Borja havia estado, à tarde, na casa do Governador Paulo Egidio.

As 22h de ontem terminou o plantão na Assembléia Legislativa de São Paulo, com a saída dos Deputados Nabi Chedid, Paulo Kobayashi e Jorge Malluli Neto, que reafirmaram a disposição de não fazerem comentários sobre a cassação dos Deputados Nelson Fabiano Sobrinho e Marcelo Gatto.

Arrobas revela os motivos das cassações

São Paulo — O Chefe da Casa Civil do Governador Paulo Egídio Martins, Secretário Arrobas Martins, confirmou que a causa da cassação dos Deputados Marcelo Gatto e Nelson Fabiano, ambos do MDB e eleitos em 1974 por Santos, foram as declarações que fizeram dia 25 de dezembro criticando os órgãos de segurança.

— Infelizmente se tornam necessárias cassações desse tipo — acrescentou, confirmando que o Governo federal solicitou o dossiê dos dois parlamentares, após aquelas declarações. A uma pergunta sobre o relacionamento entre o Executivo e o Legislativo paulista, disse o chefe da Casa Civil que "nada vai alterar e que apenas a maioria do MDB diminuiu".

Acredita o Sr Arrobas Martins que as cassações de ontem "não influenciarão nas próximas eleições", e lembrou que o episódio do ex-Senador Wilson Campos, que culminou igualmente em perda do mandato e suspensão de direitos políticos, "deixou o Governo fortalecido diante da opinião pública".

Admitiu também que a crise provocada com a formação do processo do ex-PCB "não deverá ter desdobramento político, embora venha a ocorrer, naturalmente, repercussão na Assembléia Legislativa após o recesso". Negou o Sr Arrobas Martins que os acontecimentos tenham sido a causa do atraso da viagem de recreio do Governador a Cabo Frio.

Informe que o Governador deverá viajar ainda hoje, retornando a São Paulo dia 10. O Sr Paulo Egídio, depois de saber das cassações, às 16h30m, em sua casa, por um telefonema do Ministro Armando Falcão, recebeu apenas o Chefe da Casa Civil e o seu chefe de gabinete, Sr Péricles da Silva Ramos. O Sr Paulo Egídio Martins não recebeu jornalistas.

sicionistas com ou sem mandatos, reunindo 60 nomes.

Apesar de terem sido apanhados de surpresa pela aplicação do AI-5 sobre os dois Deputados paulistas, políticos da Arena e do MDB passaram a admitir como correta, desde o início da noite de ontem, a tese segundo a qual os Srs Gatto e Fabiano foram cassados muito mais pelas críticas que fizeram aos órgãos de segurança e à metodologia das investigações policiais do que pelas acusações que pesavam sobre seus mandatos.

Essa teoria, endossada pessoalmente pelo Sr Arrobas Martins, Chefe da Casa Civil do Governador Paulo Egídio Martins, tem uma característica essencial: permite àqueles que acreditam nela a suposição de que o episódio é isolado e, portanto, não há porque acreditar em outras cassações.

Na verdade, desde o início de novembro de 1974 circulam periodicamente rumores de que existem listas de cassações com os nomes de parlamentares apoiados pelo clandestino Partido Comunista. Já se falou em listas com 15, 28 e nos últimos dias circulou também o rumor de que existiria outra, envolvendo o poro.

Caso os dois paulistas tenham sido cassados pela maneira com que vinham se portando diante das acusações e pelas declarações que fizeram contra os órgãos de segurança, é possível que mais uma vez os boatos das listas deixem de circular. A exclusão do nome do Deputado Alberto Goldmann, líder do MDB na Assembléia, que também é citado em depoimento divulgados pelo DEOPS, poderia ser explicada exatamente pelo fato dele não ter imitado o comportamento de seus dois companheiros. Neste caso, seu mandato poderia ser ameaçado pelo andamento normal do processo. Caso a Justiça considerasse necessário processá-lo, ele poderia ser condenado, perdendo a cadeira, como ocorreu, no plano federal, com o Deputado Francisco Pinto, condenado pelo Supremo Tribunal Federal.

Crítica aos órgãos de segurança foi decisiva

Eymar Mascaro

São Paulo — O destino político dos Deputados Marcelo Gatto e Nelson Fabiano Sobrinho começou a se complicar há 10 dias, quando ambos contestaram com críticas as informações dos órgãos de segurança, sobre auxílio que teriam recebido do extinto Partido Comunista Brasileiro, nas eleições de 1974. Se a situação política dos dois Deputados já era delicada, piorou muito nas últimas horas, quando disseram que "não retiramos uma só palavra do que dissemos".

As declarações foram provocadas pela divulgação de parte do inquérito que o DEOPS elaborou e encaminhou à Segunda Auditoria Militar, sobre as atividades do PCB nas eleições de 74, nas quais se envolveram vários Deputados do MDB, segundo depoimentos de diversos presos. Virando manchete de jornais, os Deputados Fabiano Sobrinho e Marcelo Gatto apressaram-se em desmentir ajuda do PCB, ao mesmo tempo em que faziam afirmações como esta: "O inquérito vem viciado por nulidade insanável em sua origem: a violência contra a pessoa humana". Ou como esta: "Este pseudo-inquérito representa a tentativa de comprometer o MDB e isolá-lo do povo brasileiro".

DECISÃO ERA ESPERADA

Há 24 horas estava sendo esperada nos círculos políticos de São Paulo uma decisão sobre os dois deputados, pois no documento que recentemente foi encaminhado às autoridades federais, juntamente com os dossiês, os dois deputados eram citados com destaque, não por terem sido arrolados no inquérito do PCB, mas por suas críticas aos órgãos de segurança. Nesse documento foi sugerido o enquadramento de ambos no Artigo 16 da Lei de Segurança Nacional, que diz o seguinte: "Divulgar, por qualquer meio de comunicação social, notícia falsa, tendenciosa ou fato verdadeiro truncado ou deturpado, de modo a indispor ou tentar indispor o povo com as autoridades constituídas. Pena, detenção de seis meses a dois anos."

Os 16 deputados do MDB citados no inquérito não apareceram como indiciados. Numa reunião que tiveram com o Secretário Antônio Erasmo Dias, da Segurança Pública, e com delegados do DEOPS, na residência do secretário particular do Governador Paulo Egídio, os deputados cassados confirmaram suas declarações, dizendo que nada tinham a retirar.

INSULTOS MÚTUOS

Nos últimos 10 dias houve cenas curiosas, sobretudo

o encontro dos deputados com autoridades estaduais, chegando a haver inclusive exaltação entre o Sr Nelson Fabiano e o Secretário de Segurança Pública. O líder da Arena na Assembléia Legislativa, Deputado Nabi Abi Chedid, chegou a citar a declaração feita por um outro deputado citado no inquérito, Sr Alberto Goldmann, como exemplo de equilíbrio e sem ataques aos órgãos de segurança.

— Foi uma declaração do tipo PSD — disse o Deputado Fabiano.

— E a sua, de que tipo foi? — perguntou o Deputado Abi Chedid.

— A minha é a la PTB — retrucou o Deputado Fabiano.

— Não pode ser também do tipo PCB? perguntou um dos presentes.

— Talvez — respondeu o Deputado Fabiano, acrescentando:

— Uma declaração do Partido de Comunicação Brasileiro.

A partir daí houve quem se alterasse, a começar pelo próprio Deputado Nelson Fabiano que, irritado, teve de ser contido. Houve também quem afirmasse que reuniões de pessoas supostamente ligadas ao PCB foram realizadas durante as eleições de 1974 no escritório de advocacia do Deputado, em Santos, e que elas estão citadas em inquéritos instaurados pelo DEOPS.

VIAGEM A BRASÍLIA

Todos os detalhes dessa reunião foram levados ao conhecimento do Governador Paulo Egídio no dia seguinte. Alguns dias após, os meios políticos de São Paulo eram surpreendidos com a viagem do Secretário de Segurança Pública a Brasília, onde se avistou com o General João Batista de Figueiredo, Chefe do Serviço Nacional de Informações — SNI. As primeiras informações filtradas entre políticos revelavam que essa viagem teria ocorrido por determinação do Governador Paulo Egídio, mas, ontem, o Chefe da Casa Civil, Sr Arrobas Martins, afirmou que ela ocorreu depois que o Governo federal pediu todos os detalhes sobre as declarações dos deputados.

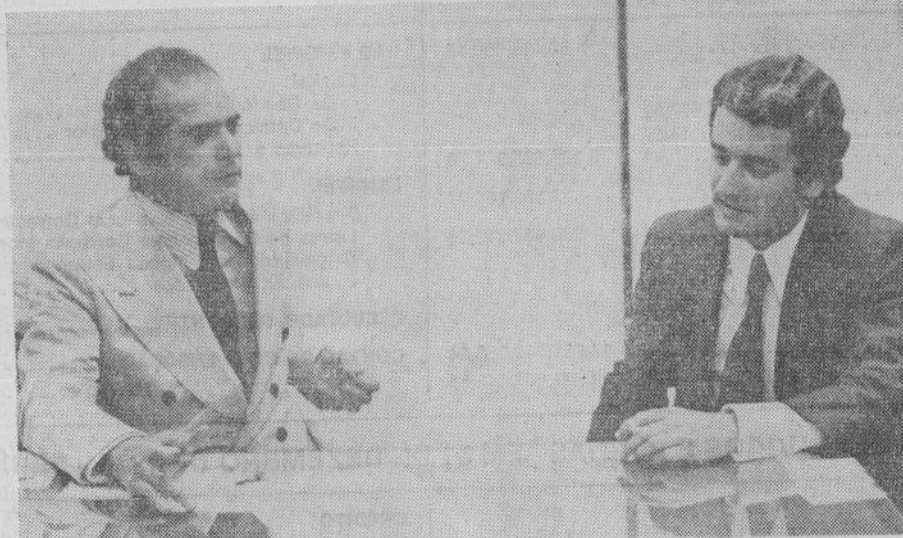
O inquérito do PCB, onde estão arroladas 105 pessoas, foi feito pelo DOPS com base no Artigo 43 da Lei de Segurança Nacional, após as eleições parlamentares de 74. Prevê pena de reclusão de dois a quatro anos, para quem "reorganizar ou tentar reorganizar de fato ou de direito, ainda que sob falso nome ou forma simulada, Partido político ou associação dissolvidos por força de disposição legal ou de decisão judicial, ou fazê-lo funcionar, nas mesmas condições, quando legalmente suspenso".

Cronologia da crise começa com nota 3 dias antes do Natal

Dia 22 de dezembro — Às 19 horas — O Departamento de Ordem Política e Social — DEOPS — entregava à imprensa a súmula de um relatório enviado à Segunda Auditoria Militar sobre atividades do ex-PCB. No documento constava que, no inquérito enviado à Justiça Militar, constante de 175 laudas, envolvendo 105 pessoas, pelos menos 11 depoimentos comprometiam os Deputados estaduais Alberto Goldman e Nelson Fabiano Sobrinho e o Deputado federal Marcelo Gatto, todos do MDB.

Dia 23 — Ao tomar conhecimento da súmula publicada pela imprensa, o Deputado estadual Alberto Goldman distribuía uma nota afirmando que "as acusações feitas a mim e a outros deputados, aliás anteriormente já feitas e tendo resultados inundados, fazem parte da tentativa de comprometer o MDB, levando-o a assumir em futuro próximo as responsabilidades de Governo, particularmente no Estado de São Paulo, e se têm dado, significativamente, em momentos em que o MDB paulista toma importantes decisões". Disse também o Sr Alberto Goldman que "apesar dessas pressões e tentativas de intimidação, não recuarei. Ao contrário, procurarei agir ainda com maior firmeza e autenticidade na defesa dos princípios partidários, na luta para se atingir o estado de direito, a independência econômica da Nação, a paz, a segurança e a felicidade dos brasileiros. Continuarei denunciando todos os atentados aos direitos da pessoa humana, onde quer que se verifiquem, bem como os desmandos que venham a ocorrer na administração pública".

Dia 25 — Os Deputados Marcelo Gatto e Nelson Fabiano Sobrinho procuraram a imprensa para refutar as acusações contidas no relatório policial, afirmando o primeiro que "esse pseudo-inquérito representa a tentativa de comprometer o MDB e isolá-lo do povo brasileiro". Disse também o Sr Marcelo Gatto que "o povo brasileiro sabe o quanto de sofrimento, tortura e medo estão ainda contido em cada linha desse inquérito. As acusações não me amedrontam e nem quebram o animo de continuar defendendo o que sempre defendi: a democracia, a liberdade, os direitos humanos e a justiça social. Não preciso dar explicações, pois a minha consciência não deve explicações. Representa esse pseudo-inquérito publicado sobre violência a tentativa de comprometer o MDB. Não conseguirei, porém, há os que se rejubilam pelos métodos empregados pelo DOI-CODI. Os homens dignos e a nação, porém, sentem vergonha. Outra tentativa desse pseudo-inquérito procura encontrar desculpas e bodes expiatórios para desviar a atenção e tentar justificar os malogros e a crise econômica que o país atravessa e até hoje não solucionados. Tranquilo como sempre, procurarei lutar pelo meu país, segundo o programa do MDB". Ao mesmo tempo, o Sr Nelson Fabiano Sobrinho disse que "sobre as supostas ligações minhas com o PCB, publicadas em pseudos-relatórios de inquéritos, dispense-me de comentá-las. Todo o povo brasileiro foi testemunha da forma como se processou o inquérito, que vem viciado por nulidade insanável em sua origem: a violência contra a pessoa humana. Por isso, me absteenho de comentar tais acusações, que são totalmente ridículas e inverídicas. Trata-se de uma inútil



Marcelo Gatto e Nelson atacaram os órgãos de segurança... e Erasmo Dias viajou ao DF para negociar cassações

tentativa de comprometer homens e parlamentares do MDB que não concordam com a atual situação do país, e buscam encontrar o verdadeiro caminho democrático para a nação.

Dia 26 — Diante das declarações dos Srs Gatto e Fabiano, o Secretário de Segurança, Coronel Erasmo Dias, declarava que "ao tomar conhecimento das declarações atribuídas a deputados, a respeito do inquérito aberto no DEOPS para apurar atividades do Partido Comunista, verifiquei que essas declarações — publicadas duas vezes — contêm inverdades, apreciações falsas e tendenciosas, e o que é mais grave, tentando indispor o povo contra os órgãos constituídos. As declarações dos deputados não correspondem, em absoluto, à verdade".

— Os Srs Gatto e Fabiano recusaram-se, em documento assinado pelo advogado Iberê Bandeira de Melo, a comparecer ao DEOPS, a fim de prestarem esclarecimentos a respeito das entrevistas concedidas aos jornais. Os parlamentares declararam que não compareceriam "por entenderem que, no estrito cumprimento do que determina a lei, única for-

ça a que se submetem, estão defendendo as prerrogativas de todos os parlamentares brasileiros". No mesmo documento informaram que "comunicaram ao Governador Paulo Egidio Martins o convite recebido".

— Os Srs Gatto e Fabiano fazem uma maratona às redações dos jornais, com "informações que consideravam preciosas". Uma autoridade do DEOPS havia informado ao advogado Iberê Bandeira de Melo que "os nomes dos Deputados Nelson Fabiano Sobrinho, Marcelo Gatto e Alberto Goldman, foram suprimidos pelo DEOPS do inquérito que os acusava de terem sido eleitos com o auxílio do ex-PCB. A página onde os três estavam citados foi retirada do original do DEOPS encaminhado à Justiça Militar. De acordo com o advogado dos deputados, a medida fora determinada pelo fato de não existirem "provas que caracterizassem a ligação com o ex-PCB". Paralelamente, as autoridades do DEOPS solicitavam às redações dos jornais a devolução do relatório já divulgado. A alegação: a divulgação do documento deixara em má situação uma autoridade do setor de ordem política e social.

— Os Srs Gatto e Fabiano ainda se encontravam nas redações quando receberam um convite do secretário particular do Governador Paulo Egidio Martins, Sr George Nogueira, para um encontro com o Secretário de Segurança Erasmo Dias. Objetivo declarado: "Colocar uma pá de cal sobre o assunto". Os Srs Gatto e Fabiano e o advogado Iberê dirigiram-se no mesmo automóvel à residência do Sr George Nogueira, no Morumbi. Lá já se encontravam o Sr Nabi Abi Chedid, líder do Governo na Assembléia; Sr Tácito Pinheiro, diretor do DEOPS; o Coronel Ermano Dias, o Delegado Tuma, também do DEOPS, e familiares do secretário do Governador. O encontro, que teve um início cordial, aos poucos foi ficando tenso, travando-se uma discussão feroz entre os deputados e o Coronel Ermano Dias, que a custo foram contidos pelo advogado Iberê e o anfitrião. O que seria um diálogo entre as partes interessadas, em busca de uma solução para a crise, terminou por ser um rompimento definitivo. O Coronel Ermano Dias retirou-se da residência do Sr George Nogueira.

Dia 27 — Os Deputados Nelson Fabiano Sobrinho e Marcelo Gatto desceram para Santos, seu reduto

eleitoral e onde residem as suas famílias. Pouco antes de partirem, enviaram um ramo de flores à esposa do Sr George Nogueira, com um sutil pedido de desculpas.

Dia 29 — O Governador Paulo Egidio Martins retornou a São Paulo e seus assessores informaram que à noite, no Bairro de Pai Caran, Município de Guarujá, que fica de frente a Santos, os jornalistas poderiam ouvi-lo a respeito da crise. À tarde, enquanto se realizava na Secretaria de Segurança uma solenidade em que eram homenageados policiais e jornalistas, o Coronel Erasmo Dias, em companhia do assessor de comunicação do Governo do Estado, Major Ismael Armond, e de dois delegados, embarcava num jato para Brasília, onde manteria demorado encontro com o General João Batista Figueiredo. Chefe do Serviço Nacional de Informações, a quem fez entrega de volumoso pacote contendo o inquérito e um relatório reservado da Secretaria de Segurança narrando os últimos acontecimentos. O Governador Paulo Egidio Martins suspendeu a viagem a Guarujá. Retornando a São Paulo, o Coronel Erasmo Dias, bem como seus acompanhantes, não fizeram nenhuma declaração.

Arquivo/25-12-75

Abrilpress

Coluna do Castello

Mais duas execuções

Brasília — O ato do Presidente da República cassando o mandato de dois deputados por São Paulo surpreendeu, embora previsto por setores de segurança. Quase 12 anos depois da primeira lista de pessoas cassadas e com direitos políticos suspensos, a aplicação de tal penalidade, que se banalizou ao longo do tempo, não mais gera comoção pública, antes desgasta o Presidente e põe em dúvida a técnica da Revolução de impor seus objetivos mediante atos de força. A reprodução do mesmo método e a verificação de que o Brasil não transpõe o círculo vicioso do regime autoritário provoca cansaço e indisposição sobretudo quando isso ocorre num tempo em que o Governo, mantendo o calendário eleitoral, quer praticar um ato típico de distensão, o pleito municipal. O Governador Paulo Egidio já sabe que suas dificuldades se agravaram em São Paulo como de resto em todo o país no qual prevalecia a esperança levantada pelo Presidente, de distensão e de conciliação. Cabe aqui lembrar, quando nada para fazer justiça, que o Presidente Médici não cassou mandato nem suspendeu direitos políticos de qualquer membro do Poder Legislativo.

Eram três os deputados envolvidos no inquérito do DEOPS de São Paulo sobre o Partido Comunista. Dos três, dois foram punidos e um, não. A dedução é que a punição não se deu em função do mérito da acusação mas da atitude dos deputados que atribuíram a inclusão de seus nomes a denúncias obtidas pela polícia na base de violação dos direitos humanos. Essa a acusação que o aparelho de segurança não suporta, sem embargo de ser ela repetida com certa frequência, embora sem caráter taxativo, em alusões de parlamentares e jornalistas. Esse é o ponto crítico do sistema, como o sabe o Senador Leite Chaves, que escapou da guilhotina graças a uma oportuna reatuação obtida pelo líder Petrônio Portela. O aparelho deixara claro, desde o começo da legislatura, que o limite à ação oposicionista estava na incolumidade do sistema repressor. A CPI, que se tentou criar para apurar o paradeiro de pessoas dadas como desaparecidas, foi bloqueada e vedado o comparecimento do Ministro da Justiça para prestar esclarecimentos à Câmara.

A experiência indica que políticos e jornalistas podem aludir à existência do problema. Denúncias de interessados com alegações de maus tratos têm sido publicadas. Nenhuma investigação, todavia, é permitida e a porta dos presídios políticos continua cerrada à curiosidade da Nação. Temos que aceitar como expressão da verdade as declarações oficiais e receber sem a possibilidade de contestação relatórios que exponham conclusões de inquéritos realizados sigilosamente, sem a presença, em qualquer fase, de advogados ou peritos na análise de fatos postos sob exame das autoridades cujos subordinados tenham sido denunciados. O aparelho paulista parece suscetibilizado pelas dúvidas suscitadas em torno das conclusões do inquérito sobre a morte do jornalista Herzog e isso terá justificado a reação extrema que levou o Presidente a decretar a pena política capital contra os dois deputados que contestaram a idoneidade das denúncias que os envolviam. O Presidente dispõe desse poder, como também o de movimentar comandos e o quadro de oficiais das Forças Armadas.

O Congresso, como se sabe, não tem autorização para transpor os limites da zona de segurança do sistema. Muito menos a terá a imprensa, que vive sob um regime híbrido de censura. Há jornais sem censura prévia e jornais com censura prévia. Admitiu-se que a censura incidiria sobre a imprensa de pequeno porte, contestatária, mas não sobre os grandes jornais. Onde ficaria a revista Veja, a maior tiragem das publicações do seu tipo? Pergunta-se o que aconteceria à Câmara se aprovasse uma CPI para examinar o tratamento dos presos políticos. Quem quiser que responda. A nós, jornalistas, cabe fazer-nos outra pergunta: que aconteceria a jornais que mandassem repórteres tomar depoimentos de egressos de prisões para definir a situação dos presídios políticos? A imprecisão dos critérios da censura é a resposta. Quem ferir esses critérios recairá na censura prévia.

A conclusão é simples. A liberdade de imprensa, devolvida aos grandes jornais, continua condicionada aos tabus do regime. Os jornais têm bastante sensibilidade para identificar as fronteiras e isso é o suficiente para que se entenda que a liberdade de imprensa ainda não deflui da Constituição e das leis mas de um contrato de risco, seja qual for a disposição de correr riscos. Todos nós, jornalistas e políticos, percebemos o fato, sem que a percepção importe em aceitação. O ato de ontem do Presidente, punindo deputados, deu a medida do imobilismo político a que o país está votado desde o AI-5, na verdade desde muito antes. Há afinal um impulso mais forte do que o que impele o Governo a tentar vencer as eleições municipais. Já não há eleições a ganhar, mas a perder, o que poderá conduzir à conclusão da inutilidade das eleições. Cremos ainda na obstinação e na sinceridade do Presidente. Na contrária, só nos restaria reproduzir a pergunta do Sr Francelino Pereira: que país é este?

Carlos Castello Branco

Gatto diz que seu mandato foi curto

São Paulo — "Não é num ano de mandato que um deputado novo pode pretender ter contribuído, além do possível, para apontar e resolver os grandes problemas nacionais", afirmou o Deputado Marcelo Gatto (MDB-SP), cassado ontem pelo Presidente da República.

O Sr Marcelo Gatto recebeu na sua casa, num encontro que chamou "familiar", vários deputados do seu Partido, como os Srs Jihei Noda, Alberto Goldmann, André Pescarini, Vanderlei Matriz e outros, para uma "conversa informal", que se iniciou às 20 horas. O Sr Alberto Goldmann disse que só se manifestaria se antes houvesse um pronunciamento oficial do MDB, através de sua direção nacional. Enquanto isto, o Secretário de Segurança, Coronel Erasmo Dias, informava que não tinha nada a dizer a respeito de sua viagem a Brasília.

NA REUNIÃO DO MDB

O Sr Marcelo Gatto depois da reunião em sua casa, na Avenida Washington Luiz, em Santos, divulgou, de próprio punho, esta nota oficial:

"Não é num ano de mandato que um deputado novo pode pretender ter contribuído, além do possível, para apontar e resolver os grandes problemas nacionais. Acredito, porém, que nenhum dos 100 mil 746 eleitores que votaram em mim tenham motivo de arrependimento. Para mim não há motivo de vergonha, nem diante dos meus concidadãos, nem diante dos meus eleitores, nem diante das minhas filhas.

Não perdi, e nem perco as esperanças de ver o meu Brasil, um país grande, superdesenvolvido, mas que seja dos brasileiros e acima de tudo seja justo para os seus filhos.

Foi por isso que lutei, quero a democracia, os direitos humanos e a justiça social.

Um dia a verdade será reencontrada."

DESASTRE

O Deputado Nelson Fabiano Sobrinho se dirigia para a casa do Sr Marcelo Gatto, quando foi informado de que seu pai havia sofrido um ferimento, num desastre automobilístico na Serra do Mar. Mas, segundo o deputado do MDB, um dos líderes na Assembléia, Sr Del Bosco do Amaral, "O pai do Fabiano sofreu ferimentos leves e ele, por isso deve vir para cá mais tarde".

Segundo o Sr Marcelo Gatto, o Sr Nelson Fabiano Sobrinho também deverá divulgar uma nota oficial a respeito de sua cassação.

O Deputado Del Bosco do Amaral explicou que "a intenção da reunião era trazer o maior número de deputados possível, para conseguir um pronunciamento de uma área ponderável do Partido a respeito do assunto".

— Creio que o importante agora é a união em torno do problema, que é sério. O melhor hoje é dormir com o assunto, e desta maneira, conseguiremos encontrar um ponto comum de união — afirmou.

4 - O ESTADO DE S. PAULO

Presidente cassa 2 deputados do MDB

Das Sucursais e dos Serviços Locais

O deputado federal Marcelo Gato e o deputado estadual Nelson Fabiano Sobrinho, ambos do MDB de São Paulo, tiveram ontem cassados os seus mandatos e suspensos os direitos políticos durante 10 anos por decreto assinado pelo presidente Ernesto Geisel, com base no Ato Institucional n.º 5, após consulta ao Conselho de Segurança Nacional.

A notícia foi divulgada exatamente às 18 horas, no Palácio do Planalto, pelo ministro da Justiça, Armando Falcão, que permaneceu no gabinete presidencial das 15 e 30 às 16 e 30, dirigindo-se depois ao gabinete do chefe da Casa Civil, general Golbery do Couto e Silva, de onde somente saiu para receber a imprensa credenciada na Presidência.

Em São Paulo, em restrições meios políticos, a informação da iminência das punições revolucionárias circulavam desde sábado. Segundo essas fontes, os atos estavam assinados há dias mas sua publicação somente ocorreria após as festas de fim de ano, por decisão do presidente da República. Essas fontes acrescentavam que as cassações poderão ter prosseguimento ainda durante este ano.

FALCÃO

Antes de divulgar a cassação de Marcelo Gato e Nelson Fabiano Sobrinho, o ministro Armando Falcão, postado à entrada do salão de reuniões do Ministério, cumprimentou todos os jornalistas um a um, desejando-lhes "um feliz 1976". Quando lhe perguntaram sobre os temas de seu despacho com o presidente, o ministro tirou um pedaço de papel do paletó com os nomes dos dois parlamentares opositoristas e anunciou as cassações, acrescentando que o decreto, sem qualquer exposição de motivos, podia ser resumido numa única frase: "O ato foi baseado no interesse da Revolução de 64".

Respondendo a uma pergunta sobre a ausência de referência a corrupção ou subversão como causas das punições, Falcão voltou a apontar "o interesse revolucionário", acrescentando que "isto é tudo o que posso informar". Diante da insistência dos jornalistas, enfatizou: "Nada tenho a acrescentar. É só. Vocês me desculpem a declaração que acabo de formular. Compreendo a curiosidade legítima de vocês, jornalistas, mas, em se tratando de matéria atinente à segurança nacional, nada mais posso acrescentar".

No entanto, ao se retirar da sala de reuniões, o ministro admitiu que, "provavelmente, as punições aos deputados se limitarão às cassações de mandato e suspensão de direitos políticos". As medidas serão publicadas no Diário Oficial que circulará hoje.

CLIMA NO PALACIO

Além ser pelo fato de o presidente da República haver contrariado praxe de deixar o palácio pela rampa principal, como faz habitualmente às segundas-feiras, e permanecer em seu gabinete até depois das 19 horas, conversando com o ministro Golbery do Couto e Silva, a rotina palaciana em nada indicava, durante o dia de ontem, que o AI-5 mais uma vez seria utilizado para punir parlamentares. O ambiente do Planalto, como de hábito, mostrou-se fechado aos insistentes boatos que circulavam nos meios políticos, referentes às cassações de mandatos dos deputados Marcelo Gato, Nelson Fabiano e Alberto Goldman. O ministro Armando Falcão negou-se a comentar se a exclusão de Goldman podia ser interpretada como garantia de que ele não seria punido pelo AI-5.

Desde a hora em que Falcão chegou ao palácio — alguns minutos antes das 15 e 30, logo após o presidente regressar para o expediente da tarde — os repórteres credenciados no Planalto aguardavam sem maiores informações os acontecimentos. Na ausên-

cia do assessor de imprensa, Humberto Barreto, que, embora em Brasília, permaneceu em sua residência por se encontrar gripado, segundo a Secretaria de Imprensa, as fontes mais procuradas eram o adjunto Osvaldo Quinsan e o assessor especial do presidente, coronel Wilberto Lima. Em vão. A única notícia liberada dizia respeito a um fato ameno: Amália Lucy Geisel fazia aniversário e gentilmente convidava os jornalistas para o tradicional brinde com champanha "Veuve Clicquot Pansardin". O comparecimento não foi possível, pois todos se encontravam em vigília, esperando o ministro Armando Falcão.

NA CAMARA

Eram 18 horas quando os repórteres obtiveram a confirmação oficial da assinatura do ato das cassações, no salão do café da Câmara, quando esperavam o deputado Theodor Albuquerque (Arena-BA), que viria trazer o itinerário das atividades dos "renovadores", a serem desenvolvidas, a partir do dia 9, no Rio e outras cidades fluminenses. O parlamentar baiano, ao chegar, ainda não sabia das novidades e procurou contato telefônico com o gabinete do ministro da Justiça. Ao ser informado de que Armando Falcão já regressara do Palácio do Planalto, chamou o deputado Geraldo Bulhões, que estava a seu lado, e saíram, aparentemente, sem a confirmação das notícias.

O dia de ontem no prédio do Congresso foi caracterizado pela escassez de notícias, embora desde cedo houvesse apreensões quanto à possibilidade de assinatura dos atos de cassações, dados, como prontos há vários dias. O presidente do Congresso, senador Magalhães Pinto, bem como toda a mesa diretora do Senado, se encontram ausentes. Isso ocorre, também, na Câmara, cujo 2.º vice-presidente Alencar Furtado, embarcou ontem pela manhã para o interior do Paraná. Ausentes se encontram também os principais líderes.

Motivo: as declarações

"O processo não criou nenhum problema para eles. A reação que tiveram após a divulgação do processo é que mudou as perspectivas deles. Foram as declarações que tornaram a situação mais grave. Eles reagiram aquilo que tomaram como atitude violenta. Se não fossem as declarações possivelmente não se chegaria ao processo de cassação".

Essas foram as declarações dadas ontem pelo chefe da Casa Civil, Arrobas Martins, ao deixar a residência do governador Paulo Egydio, às 19 horas, depois de ter chegado a São Paulo a notícia da cassação dos deputados.

Arrobas Martins havia chegado à casa de Paulo Egydio, na rua Amarilis, 1.200, no Morumbi, às 17 e 40. Ao sair, explicou que não sabia, oficialmente, da aplicação do AI-5 cassando os deputados (a essa hora, o ministro Armando Falcão já havia telefonado ao governador para comunicar a decisão do presidente Geisel). Inicialmente, Arrobas disse que havia conversado com Paulo Egydio "sobre os deputados, mas não sobre cassações".

Depois esclareceu que o "processo" (inquerito do Deops sobre atividades do Partido Comunista Brasileiro) não chegou a criar problema para os de-

putados, "pois eles não foram indiciados... o processo apenas menciona". Ainda segundo Arrobas, o fato de os deputados terem reagido à divulgação de seus nomes como envolvidos com o PCB é que "tornou a situação mais grave".

Arrobas esclareceu, também, que o processo de cassação não tem nada a ver com a "oposição" que os deputados faziam nas atividades parlamentares: "bom longe disso". Quanto ao deputado estadual Nelson Fabiano, o chefe da Casa Civil disse que o conheceu num programa de televisão e que lhe pareceu "inteligente e equilibrado".

Sobre a possibilidade de novas cassações, o chefe da Casa Civil afirmou que "a isso só o presidente Geisel pode responder". Explicou, ainda, que um "processo de cassação só se forma no Conselho de Segurança Nacional" e que "não corre em público".

Para Arrobas, as repercussões das duas cassações se limitaram a alguns protestos dos políticos e discursos nos parlamentos, "mas não devem influir nas próximas eleições".

EGYDIO

O governador Paulo Egydio passou todo o dia de ontem em sua nova residência, no Morumbi, depois de adiar mais uma

vez a viagem para Cabo Frio, onde pretendia passar alguns dias pescando. No Palácio dos Bandeirantes, somente no gabinete do secretário particular do governador, George Nogueira, havia alguma movimentação e o telefone não parou de tocar durante toda a tarde.

Na residência do governador, que se negou a avistar-se com os jornalistas, apesar da insistência destes, não houve grande movimentação. Apenas uma assessora da d. Lyla Egydio Martins entrou e saiu; alguns funcionários de uma firma de cozinhas e das listas telefônicas também entraram e saíram; os pais de Paulo Egydio, d. Julia e dr. Paulo, estavam presentes, desde a passagem do ano. Somente no final da tarde chegaram o assessor da Casa Civil, Pericles da Silva Ramos, para alguns despachos, e o chefe da Casa Civil, Arrobas Martins.

Até as 16 horas comentava-se no Palácio dos Bandeirantes como certa a viagem de Paulo Egydio a Cabo Frio, independentemente da decisão do presidente da República sobre o caso dos deputados. No entanto, ao deixar a residência, Arrobas Martins declarou que o governador havia adiado a viagem, mas que poderia ir para Cabo Frio ainda hoje ou amanhã.

Um inquérito com 2 versões

O desdobramento dos fatos que resultaram na cassação dos dois deputados paulistas indica com certa clareza que os seus motivos básicos — as afirmações a respeito da forma com que foi realizado o inquerito sobre o clandestino Partido Comunista Brasileiro — são totalmente artificiais.

De acordo com informantes dignos de crédito, esse inquerito, tal como foi entregue à 2.ª Auditoria Militar, não menciona o nome dos três deputados emedebistas — Alberto Goldman, Nelson Fabiano e Marcelo Gato. A cópia que chegou ao conhecimento da imprensa, todavia, indicava a sua participação no PCB.

A ironia do episódio, bastante amarga para os dois cassados, é que eles se defenderam pela imprensa (e por isso foram cassados) de uma acusação que efetivamente não existia. Quando eles se viram envolvidos pelas notícias dos jornais, replicaram violentamente e despertaram entre os responsáveis pela segurança o espírito de represália que resultou na cassação.

Alberto Goldman foi mais político e defendeu-se de forma inflamada, como os outros dois, mas não se referiu expressamente às circunstâncias em que o inquerito teria sido realizado. Por essa razão ele foi poupado. Alguns elementos ligados aos setores de segurança acreditam que o fato de ser

judeu o beneficiou, porque o Sistema não estaria interessado em provocar um incidente que pudesse ser relacionado com o controvertido episódio Wladimir Herzog.

As informações de que se dispõe a respeito do inquerito sobre o PCB dão conta de que foi elaborado um relatório reservado, para ser encaminhado ao governador, que conteria uma série de informações adicionais, inexistentes nos autos enviados à Justiça Militar. É esse relatório que chegou ao conhecimento da imprensa, motivando a reação dos parlamentares nele citados. Os termos do inquerito ainda são mantidos sob sigilo, mas alguns informantes autorizados afirmam que ele não faz menção a nomes (pelo menos dos três envolvidos).

A existência dessas duas peças pôde ser constatada pelas declarações feitas à imprensa pelo próprio governador Paulo Egydio Martins, quando afirmou, com base em dados fornecidos pelo Deops, que não tinha conhecimento da inclusão de Goldman, Fabiano e Gato no inquerito do PCB. Naquela altura, o chefe do Executivo não havia dado conta da existência das duas peças — uma real, encaminhada à Justiça Militar, e outra reservada, da qual só tomou conhecimento mais tarde. Ele só conhecia a primeira.

É de se notar que Paulo Egydio não conseguiu man-

ter a situação sob controle e, embora tivesse feito uma tentativa para evitar a cassação, em certo momento recolheu-se ao silêncio e ficou aguardando que o episódio se desdobrasse fora de seu alcance e influência, ou seja, nas áreas de segurança.

Os fatos estão a indicar que o processo de cassação foi desenvolvido pelo secretário da Segurança, coronel Antônio Erasmo Dias, obtido o aval de altas autoridades do II Exército e chegou a Brasília praticamente na forma de uma exigência. Soube-se que as expressões utilizadas por Gato e Fabiano foram consideradas injuriosas pelos militares que servem em São Paulo, pelo fato de levantar grandes suspeitas sobre o procedimento das autoridades encarregadas de realizar os inqueritos que apuram crimes contra a segurança nacional. O caso teria sido considerado como "ponto de honra" para o II Exército, por ter sido atingido, embora indiretamente, pelas expressões dos cassados.

Pelo que até agora filtrou nos bastidores políticos, o governador paulista foi antecedido nesse processo pelo seu secretário da Segurança, ao qual coube a iniciativa de estabelecer os contatos e entendimentos que conduziram à cassação. — A. T. C.

Uma indagação em Brasília: é a retomada das cassações?

CARLOS CHAGAS

A grande indagação que começava a ganhar a Capital nas primeiras horas da noite de ontem, através de telefonemas dos Estados, dados por apreensivos parlamentares aos poucos companheiros desinformados que aqui permaneciam, era relativa à retomada do processo de cassações políticas. Terá voltado o tempo daquelas cassações ou o Ato atingindo os deputados Marcelo Gato e Nelson Fabiano Sobrinho deveu-se a motivos não políticos, constituindo-se num episódio isolado?

Pelas parcimoniosas declarações do ministro Armando Falcão, parece improvável que o governo venha a público para explicar a razão das duas cassações de ontem. "O ato se baseou no interesse da Revolução" — disse o titular da pasta da Justiça, recusando-se a outros comentários. A partir daí, dimensionam-se mais uma vez as apreensões no Congresso. Possivelmente, estarão em Brasília, a partir de hoje, muitos líderes de expressão do MDB, bem como alguns da Arena. Porque nem a uns nem a outros as cassações deixaram de representar um choque. Os habituais porta-vozes do Palácio do Planalto acentuam não ver motivos para intranquilidade, mas limitam-se a declarar que o AI-5, estando em vigor, permite ao presidente afastar quantos parlamentares julgar necessário e sem referir abertamente os motivos.

Ainda que o presidente Geisel tenha reiterado um sem-número de vezes a disposição de não abrir mão do Ato Institucional n.º 5, bem como de utilizá-lo sempre que se registrasse o interesse da Revolução, a expectativa nos meios políticos era de que durante o seu governo não ocorreriam cassações de mandatos parlamentares por motivos políticos. Quando Geisel utilizou a

legislação revolucionária para afastar o então senador Wilson Campos de suas funções, os motivos foram muito mais relacionados com a corrupção do que com a política. E quando importantes setores revolucionários levaram-lhe sugestões, antes e depois do episódio Wilson Campos, para cassar parlamentares como o deputado Lyssneas Maciel e o senador Leite Chaves, o chefe do governo reagiu. No primeiro caso, simplesmente arquivando suposta denúncia de subversão e, no outro, de forma dramática, acentuando que se tratava de um "caso político", devendo assim merecer solução política. Ainda que levado a renegar um infeliz aparte a propósito do papel das Forças Armadas no processo de repressão às atividades subversivas, o senador pelo Paraná não foi cassado. Retratou-se ao tempo em que a Mesa do Senado fazia retirar dos Anais, do Diário do Congresso e até das fitas magnéticas aquela intervenção explosiva. E isto, vale repetir, contra a opinião de setores revolucionários de grande influência.

Tinha-se, dessa forma, a impressão de que as cassações por motivos políticos não se verificariam na atual administração, atribuindo-se tal intenção ao presidente Geisel — ainda que permanecesse em aberto a possibilidade, pela simples presença do AI-5 na realidade institucional.

Agora, com a cassação dos deputados Marcelo Gato e Nelson Fabiano Sobrinho, indaga-se: seriam apolíticos os motivos determinantes da decisão presidencial de ontem ou seriam errôneas as interpretações a respeito de suas intenções? Ou teria o presidente mudado de idéias ou de intenções? Em especial, pergunta-se com muito intranquilidade: o processo agora retomado se esgotará nos mandatos dos dois deputados paulistas ou se estenderá a outros, de outros Estados?

Gato e Fabiano foram há pouco citados pelos órgãos de segurança de São Paulo como ligados ao Partido Comunista, que os teria apoiado e trabalhado para suas eleições. Concluem os observadores ter sido a cassação de ontem gerada por motivos políticos. Ou seja: parlamentares eleitos com votos comunistas ou apoiados pelo PC devem merecer a punição revolucionária. Acontece que há pouco menos de um ano, também proveniente de São Paulo, circulou na imprensa um documento da mesma forma oriundo das forças de segurança. Foi logo após a apresentação do depoimento do ex-deputado Marco Antonio Coelho, preso e posteriormente condenado por tentar rearticular o Partido Comunista. Naquele documento, não só os nomes dos dois deputados ontem cassados eram referidos, porém muitos mais. A começar pelo presidente do MDB, Ulysses Guimarães, e mais Thales Ramalho, Amaral Peixoto, Lyssneas Maciel, Danton Jobim, Franco Montoro e inúmeros outros líderes da oposição.

Estariam todos, agora, diante da perspectiva de receber igual tratamento por parte do governo? Ainda que à primeira vista a hipótese pareça um absurdo, não há como evitá-la na forma de uma possibilidade. Desconhecem-se os argumentos em que o presidente Geisel se baseou para cassar dois mandatos. Presume-se, apenas, que sejam de ordem política. Assim, nada impede que outras cassações venham a seguir as de ontem.

**DOENÇAS VENÉREAS
DISTÚRBIOS SEXUAIS
UROLOGIA**

Dr. JOSÉ MARCILIO (CRM 1623)
Dr. HARUO OKAWARA (CRM 12916)
Dr. HOSSAMU YASSUDA (CRM 13197)
Dr. DEMERVAL MATTOS JR. (CRM 14411)

TELS.: 80-9249 - 81-1521 - 81-1579

CLÍNICA MASTER - Av. Brig. Luiz Antonio, 3841 - Entre Brasil - Estados Unidos - Das 8/20 hs. - sábados das 8/12 hs. Estac. próprio

COBERTURAS
Em cimento amianto

SANOCALHA 43-ATÉ 7,50m
SANOCALHA 90-ATÉ 9,20m
TELHA MODULAR-ATE 3,70m

LINHA COMPLETA DE CIMENTO AMIANTO
CHAPAS ONDA LARGA E ONDA CURTA
VERMELHINHAS • CAIXA D'ÁGUA
TUBOS E CONEXÕES

Após a posse de Médici, a 1.ª punição política

Embora Marcelo Gato seja o 109.º deputado federal cassado com base no Ato Institucional n.º 5, esta é a primeira vez, desde a posse do general Médici na Presidência, que o dispositivo atinge o Congresso por motivos políticos. Apenas o senador Wilson Campos, acusado de corrupção, fôra punido. Nelson Fabiano Sobrinho, afastado junto com Gato, é o 160.º deputado estadual cassado a partir da assinatura do Ato-5.

Baixado expressamente para dotar o governo de instrumentos para a "adoção de medidas que impeçam sejam frustrados os ideais superiores da Revolução, preservando a ordem, a segurança, a tranquilidade, o desenvolvimento econômico e cultural e a harmonia política e social do País, comprometidos por processos subversivos e de guerra revolucionária", o Ato foi seguido imediatamente pela cassação de 11 deputados federais.

Entre eles estavam Márcio Moreira Alves, do MDB carioca, autor do discurso que precipitou a crise; Davi Lerer, Gastone Righi, Lurtz Sabiá e Heitor Navarro, todos de São Paulo; Renato Archer, ex-candidato a governador do Maranhão; e José Carlos Guerra, o único da Arena, eleito por Pernambuco. Ao mesmo tempo eram suspensos os direitos políticos do ex-governador Carlos Lacerda, que iniciara a constituição da chamada Frente Ampla de oposição.

Nos dias que se seguiram, o Ato foi empregado para afastar mais algumas dezenas de parlamentares. Atingiu então pessoas tão diferentes quanto Edgar da Mata Machado, liberal católico, e Oswaldo Lima Filho, ex-ministro do governo Goulart; Mário Covas, líder do MDB na Câmara, eleito pela baixada santista, e Flores Soares, articulador da candidatura Lacerda no Sul; Zaire Nunes, ligado ao ex-governador Brizola, e Cunha Bueno, um dos coordenadores da Arena paulista.

Entretanto, não foram apenas parlamentares os punidos. O Ato fornece ao presidente poderes suficientemente amplos para decretar o recesso do Congresso, para confiscar bens, pa-

ra determinar o Estado de Sítio, para suspender direitos políticos, para afastar juizes e demais funcionários antes vitalícios e inamovíveis, para reformar militares e até mesmo para baixar novos Atos.

Nesses termos, os ministros Evandro Lins e Silva e Vitor Nunes Leal foram afastados do Supremo Tribunal Federal; o general Pery Bevilacqua, do Superior Tribunal Militar; Nioimar Moniz Sodré Bittencourt, ex-diretora do Correio da Manhã, teve seus direitos políticos suspensos por 10 anos. Vários auditores da Justiça Militar foram aposentados compulsoriamente, assim como professores universitários — caso de Florestan Fernandes, Caio Prado Junior, Paulo Duarte, Vilanova Artigas e outros. E diversos deputados, mantendo os direitos políticos, perderam os mandatos, o que possibilitaria a um deles, Israel Dias Novaes, voltar à Câmara.

Logo antes da posse do general Médici, o Ato-5 foi empregado pela última vez para cassações por motivos oficialmente políticos. A partir daí, pelo menos segundo as interpretações vigentes, as punições visaram exclusivamente casos de corrupção. Até essa data, porém, 108 deputados federais e 158 estaduais perderam o mandato — depois seguidos por Osvaldo Mutran, da Assembléia paranaense — além de seis senadores. No que se refere a parlamentares, as punições com base no Ato-5 foram ainda mais severas que as decretadas em 1964, na vigência do Ato Institucional n.º 1, quando 109 deputados e senadores foram afastados, embora 376 brasileiros tivessem seus direitos políticos suspensos.

O presidente Geisel empregou o Ato-5, por uma vez, com objetivos políticos, intervindo na Prefeitura de Rio Branco. Mas o único parlamentar cassado nesse período — além de Francisco Pinto, que teve seu mandato extinto pela Mesa da Câmara, após condenado como incurso na Lei de Segurança Nacional — fôra o senador Wilson Campos.

Cassado diz que honrou mandato

Da Sucursal de SANTOS

O ex-deputado Marcelo Gato, logo após ouvir a notícia da cassação, declarou que procurou cumprir o seu mandato como "havia de tê-lo cumprido", não sendo melhor porque, em apenas um ano, não conseguiu fazer um "trabalho excepcional", apesar de sua boa vontade.

Em sua casa, ao lado da esposa, do ex-deputado Nelson Fabiano Sobrinho (também cassado) e de dois amigos, Marcelo Gato afirmou que tem de se enquadrar no "estatuto dos cassados", mas ainda fez algumas declarações.

"Nunca perdi — disse — e nem perco a esperança no meu País, de vê-lo um Brasil grande, superdesenvolvido; mas que seja um Brasil dos brasileiros e justo para os seus filhos. Acho que um dia todos esses equívocos serão devidamente esclarecidos. Penso que os 100.746 eleitores que votaram em mim não têm nenhum motivo de arrependimento. Diante de meus concidadãos, do meu povo e das minhas filhas, não tenha nenhum motivo de me envergonhar. Tenho muita fé no

futuro de meu País, na reconquista do pleno Estado de Direito, da democracia, dos direitos humanos e da justiça social. Foi por isso que lutei. A vocação do povo brasileiro é essencialmente democrática".

Nelson Fabiano Sobrinho, que não chegou a ouvir as notícias de sua cassação, retirou-se da companhia de Marcelo Gato, ao receber uma informação de que seu pai sofrera um acidente automobilístico, afirmando apenas que não poderia "fazer mais pronunciamentos".

ADVOCACIA

Marcelo Gato esclareceu que agora pretende voltar a exercer a advocacia. Sua atividade profissional, antes de se dedicar à política, era de assessor técnico da siderúrgica de Piaçaguera. "Fiz muito aço para o Brasil", declarou. Ele está desligado dessas funções desde 1968, quando foi eleito presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos, e o seu afastamento da empresa foi prolongado quando se elegeu vereador, e continuou após a eleição para deputado.

Em Santos, o deputado estadual Del Bosco Amaral declarou que o MDB deverá reunir-se "na esfera nacional e estadual para analisar os fatos".

Gato, um líder sindical

O deputado federal Marcelo Gato, químico industrial e advogado, de 34 anos, começou sua carreira política no extinto PDC, no qual fundou a Juventude Democrática Cristã. Ingressou no MDB em 1970, elegendo-se vereador em Santos, em 1972, com 4.779 votos. Ainda em Santos, presidiu o Sindicato dos Metalúrgicos desde 1968, com reeleições sucessivas, licenciando-se do cargo ao assumir a Câmara Federal, para a qual foi eleito com 100.746 votos.

De estatura baixa, fumante e aparência calma, Marcelo Gato fez logo amizade com seus colegas, em Brasília, nas conversas sobre política na sala do café da Câmara dos Deputados ou mesmo em festas e recepções de parlamentares, onde costumava citar Pablo Neruda e, nos momentos de maior descontração, chegava a cantar um tango argentino.

Dado como um "autentico" do MDB, mas de postura moderada, sua atividade parlamentar objetivou, basicamente, problemas trabalhistas e se concentrou no combate à política salarial dos governos revolucionários. Com sua experiência à

frente do DIEESE — Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos, Sociais e Econômicos — e do Sindicato dos Metalúrgicos, ocupou varias vezes a tribuna da Câmara para condenar como um dos principais responsáveis pela constituição da CPI dos salários.

Marcelo Gato pronunciou também um longo discurso de condenação à censura à imprensa, apresentando na Câmara um **dossier** de matérias jornalísticas censuradas nos últimos anos e opiniões de varios setores da sociedade sobre a censura. Denunciou, em outra oportunidade, a polícia particular da Companhia Docas de Santos, responsabilizando-a pela prática de violências contra trabalhadores.

Eleito em 1974, para a Câmara Federal, Marcelo Gato, com base eleitoral na Baixada Santista e em sindicatos de trabalhadores de todo o Estado, já tinha pronto para a sessão legislativa deste ano, com as assinaturas necessarias, um requerimento para constituição de uma CPI destinada à investigação da censura no Brasil, tanto na imprensa como em todas as atividades culturais.

Fabiano, o fiscalizador

Nelson Fabiano Sobrinho, de 32 anos, foi o deputado estadual mais votado da Baixada Santista, em novembro de 1974, com 43.656 votos. Formado em Direito pela Faculdade Católica de Santos, com cursos de pós-graduação na Fundação Getúlio Vargas e Nova York University, pertenceu ao extinto MTR (Movimen-

tais as que dispõem sobre o levantamento da intervenção no Sindicato dos Motoristas de Guindastes do Porto de Santos, a liberação da peça "Abajur Lilás", de Plínio Marcos; medidas de fiscalização visando à segurança no trabalho do pessoal da Companhia Docas de Santos; readmissão de trabalhadores portuarios dispensa-

TERÇA-FEIRA, 6 DE JANEIRO DE 1976

Borja nada declara, Magalhães lamenta

Das Sucursais, correspondentes
e do Serviço Local

Enquanto o presidente da Câmara, deputado Celso Borja, dizia ontem à noite no Rio, antes de embarcar para o Paquistão em missão oficial, que "nada tinha a declarar" a propósito da cassação dos mandatos dos deputados Marcelo Gato e Nelson Fabiano, o presidente do Senado, Magalhães Pinto, afirmava em Belo Horizonte "lamentar, como presidente do Congresso Nacional, a aplicação do AI-5 pelo presidente Geisel contra os dois parlamentares", acrescentando "estar certo, no entanto, de que o presidente da República só usou os poderes excepcionais para resguardar os princípios da Revolução de 1964".

No partido da oposição, a reação ao anúncio da punição dos deputados paulistas foi de surpresa e de crítica à decisão presidencial. Em **Porto Alegre**, o senador Paulo Brossard, vice-presidente do MDB, comentou: "O Brasil não tem Constituição. A própria Carta outorgada resume-se num artigo, o 182, com base no qual o chefe do Poder Executivo pode praticar qualquer ato, ainda que este importe na lesão ou na eliminação de um poder constituído pelo voto popular. Nenhuma nação civilizada admite isso". Já o líder do MDB no Senado, Franco Montoro, declarou em **São Sebastião** que a cassação dos mandatos de Marcelo Gato e Nelson Fabiano "representa um retrocesso inadmissível na vida pública brasileira; trata-se de uma página negra na nossa história".

SURPRESA

A notícia da cassação dos dois deputados surpreendeu particularmente a todos os parlamentares que se encontravam no **Rio**, à exceção dos líderes da Arena na Câmara e no Senado, José Bonifácio e Petronio Portella, e do presidente da Câmara, avisados da decisão do presidente Geisel à tarde por meio de uma comunicação telefônica feita pelo chefe do Gabinete Militar da Presidência da República e secretário do Conselho de Segurança Nacional, general Hugo de Andrade Abreu. Tanto os parlamentares arenistas como os da ala "moderada" do MDB evitavam comentar esta aplicação do AI-5, embora se afirmasse em outras fontes políticas que a cassação dos deputados do MDB de São Paulo representava uma "nitida advertência de que o Ato Institucional n.º 5 continua em plena vigência e será acionado sempre que o governo entender necessário".

Em **Belo Horizonte**, onde se encontra desde domingo e hoje à noite será homenageado pela Associação Comercial de Minas Gerais, o senador Magalhães Pinto, momentos antes de tomar conhecimento da cassação dos dois mandatos parlamentares, havia declarado que a distensão política no País "irá acontecer aos poucos, já tendo sido amplamente discutida no Congresso durante o

ano de 1975". Mais tarde, disse lamentar a aplicação do AI-5, acrescentando estar certo de que o presidente da República usou os poderes excepcionais para resguardar os princípios da Revolução.

Para o senador Franco Montoro, a hipótese de cassação de mandato mediante o AI-5 nunca poderia ser admitida, pois, "qualquer violação mais grave das normas vigentes deveria ser submetida à apreciação do Poder Judiciário para possibilitar aos interessados o direito de defesa". O líder emedebista no Senado disse que deixaria a cargo do presidente do partido, deputado Ulysses Guimarães, opinar sobre a repercussão da cassação de Gato e Fabiano na campanha eleitoral que se inicia, mas assegurou que a imagem do Brasil no exterior certamente será prejudicada.

Em Salvador, enquanto o senador Luiz Vianna Filho, da Arena, explicava que "o governo é o único juiz desse processo e que seria uma levandade ele, em Salvador, comentar uma coisa que ocorreu em Brasília", o ex-senador emedebista Josafá Marinho enfatizava: "Nenhum cidadão, ainda o mais humilde, deve ser acusado e sobretudo condenado sem defesa." E acrescentou: "Se o governo tinha elementos contra os dois deputados, por que não tomou a iniciativa do processo previsto na Carta e preferiu aplicar o AI-5, que autoriza punição sem defesa, nem julgamento público?"

De passagem por **São Paulo**, o senador cearense Mauro Benevides, vice-líder do MDB, assim se pronunciou: "O anúncio da cassação de mandato de dois distinguidos parlamentares do MDB de São Paulo surpreende os círculos políticos, num instante em que a distensão, mesmo gradualmente como se processa, parecia caminhar em busca da normalidade institucional. Num ano em que os partidos se aprestam para uma disputa eleitoral, é altamente desestimulante a retomada do ciclo punitivo como agora acontece".

"Para início de um ano eleitoral, não poderia haver pior prenúncio". Este é o comentário que fez o presidente do MDB do Rio Grande do Sul, deputado Pedro Simon, sobre as cassações de ontem. Simon considerou esta "a primeira notícia do ano e, sem dúvida, uma má notícia". Concordando com Simon, o deputado Lelio Souza, líder da oposição na Assembleia Legislativa gaúcha, acrescentou: "A cassação de dois mandatos parlamentares sem processo regular, sem direito de defesa, com base em mera suspeita, robustecida em procedimento policial de cunho eminentemente inquisitorial, é a demonstração cabal do quadro deplorável de insegurança jurídica existente no País".

VOTO SEM COR

O deputado J. G. de Araujo Jorge, "autentico" do MDB fluminense, considerou que a cassação dos mandatos dos deputados Marcelo Gato e Nelson Fabiano "foi o ato mais lamentável do governo Geisel". Dis-

se achar estranho que os deputados tenham sido punidos por terem recebido apoio dos comunistas, lembrando que "quando pesou idêntica acusação contra o presidente Juscelino Kubitschek, o sr. Armando Falcão, que na ocasião exercia a função de líder do governo na Câmara, objetou dizendo que "voto dentro da urna não tem cor".

Por sua vez, o deputado Aldo Fagundes, do MDB gaúcho, integrando a Executiva Nacional, disse que "a cassação de Marcelo Gato veio aumentar o número de líderes populares que têm caído na luta pela restauração democrática do País", e lamentou que "no ordenamento jurídico brasileiro ainda existem atos deste primitivismo". Afirmou ainda o ex-líder do MDB na Câmara: "Mais como brasileiro que como deputado da oposição, deploro profundamente a aplicação, mais uma vez, do AI-5, cassando o mandato de um congressista e de um deputado estadual".

Falando no **Recife**, o deputado Sergio Murilo, do MDB de Pernambuco, afirmou que o ano de 1976 começou mal, "com mais um ato de violência". Murilo confessou não saber os motivos em que se fundamentou o governo para cassar os deputados paulistas, mas, "sejam quais forem, desde que não lhes foi assegurado o sagrado direito de defesa, é mais um ato de violência. Como democrata, sinto a tristeza de quem vê nisso um retrocesso no caminho da prometida distensão. 76 começa mal". Em **Brasília**, o deputado Olivir Garbato, do MDB paranaense, assim se manifestou: "Estas cassações não têm nenhum sentido. Não se podia usar o AI-5 para cassar mandatos, principalmente quando havia um processo judicial em curso, possibilitando portanto o direito de defesa dos acusados. Foi uma medida inteiramente desnecessária". "Foi uma violência desnecessária" — acrescentou o deputado Getulio Dias, do MDB do Rio Grande do Sul.

No entender do deputado do MDB cearense Paes de Andrade, que ontem se encontrava em **Fortaleza**, "o governo com esta medida de arbítrio através da qual arranca da vida pública mais dois representantes da oposição, expõe a sua imagem perante a opinião pública interna e externa". E destacou: "O chefe do governo deixa perplexas nesta hora as correntes de opinião deste país. Estamos diante de um quadro político-institucional que novamente se fecha, com mais um ano de retrocesso".

Em **Salvador**, o deputado estadual Clodoaldo Campos, também do MDB e segundo secretário da Assembleia Legislativa baiana, disse: "Recebi a notícia da cassação dos deputados profundamente chocado, sobretudo porque esse novo ato de arbítrio nos distancia ainda mais da implantação de um Estado de Direito".